

Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos

# Relatório Anual 2022



**AlepePrev**

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DA ALEPE

**FUNDO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**



Assembleia Legislativa do  
Estado de Pernambuco

A Casa de Todos os Pernambucanos

# ÍNDICE

---

<b>Mensagem da Diretoria Executiva</b>	<b>04</b>
<b>Plano de Benefícios do ALEPEPREV</b>	<b>06</b>
<b>Estatísticas da População do Plano ALEPEPREV</b>	<b>08</b>
<b>Gestão dos Investimentos</b>	<b>10</b>
Breve Histórico da Situação do Mercado Financeiro	10
Estratégia de Investimentos	14
Demonstrativo de Investimentos	16
Política de Investimentos	18
Resultados dos Investimentos do Plano ALEPEPREV	33
Rentabilidade Anual do Plano de Benefícios e do PGA	34
Carteiras de Investimentos do ALEPEPREV	37
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>42</b>
Despesas do Plano de Gestão Administrativa	42
<b>Demonstrações Contábeis e Pareceres</b>	<b>43</b>
Demonstrações Contábeis Consolidadas	43
Notas Explicativas	48
Relatório dos Auditores Independentes do ALEPEPREV	65
Parecer sobre a Avaliação Atuarial	68
Parecer do Conselho Fiscal do ALEPEPREV	76
Manifestação do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV	77
Manifestação dos Auditores da Patrocinadora	78

<b>Retrospectiva dos Exercícios Anteriores</b>	<b>79</b>
Evolução das Contribuições dos Participantes Acumuladas	80
Evolução das Contribuições das Patrocinadoras Acumuladas	81
Evolução das Contribuições Resgatadas	82
Evolução do Patrimônio Líquido do Plano ALEPEPREV	83
Evolução do Fundo Administrativo do Plano ALEPEPREV	85
<b>Resumo do Relatório Anual</b>	<b>86</b>
Síntese da Situação Atuarial do Plano ALEPEPREV	86
Síntese dos Resultados dos Investimentos do Plano ALEPEPREV	89
Síntese da Situação Patrimonial do ALEPEPREV	95
Síntese da Evolução de Contribuições do Plano ALEPEPREV	96
Síntese da Evolução do Patrimônio Líquido do ALEPEPREV	99
Síntese do Plano de Gestão Administrativa do ALEPEPREV	101

# ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ALEPEPREV

---

## DIRETORIA EXECUTIVA

### Presidente

Gildo Dantas Corrêia de Góis

### Diretora Administrativa e Financeira

Flávia Zirpoli Sobral

### Diretora de Seguridade

Daniele Guedes Moura

## CONSELHO DELIBERATIVO

### Titulares

Álvaro Porto de Barros  
(Presidente de 01/01/2020 a 31/12/2023)

Manoel Ferreira da Silva  
(Conselheiro de 01/01/2020 a 31/12/2023)

Francklin Bezerra Santos  
(Conselheiro de 01/01/2020 a 31/12/2023)

Salviano Rufino de Souza  
(Conselheiro de 01/07/2022 a 30/06/2025)

Eduardo Gomes de Araújo  
(Conselheiro de 01/07/2022 a 30/06/2025)

### Suplentes – Conselho Deliberativo

Rogério Araújo Leal  
(Conselheiro de 01/01/2020 a 31/12/2023)

Simone Maria da Conceição  
(Conselheira de 01/01/2020 a 31/12/2023)

Dirlayne Maria Almeida de Araújo  
(Conselheira de 01/07/2022 a 30/06/2025)

Sebastião Rufino Ribeiro  
(Conselheiro de 01/07/2022 a 30/06/2025)

## CONSELHO FISCAL

### Titulares

Ricardo José de Oliveira Costa  
(Presidente de 01/01/2020 a 06/02/2023)

Waldemar A. Borges Rodrigues Neto  
(Conselheiro de 01/01/2020 a 31/12/2023)

Isaltino José do Nascimento Filho  
(Conselheiro de 01/07/2022 a 30/06/2025)

### Suplentes – Conselho Fiscal

Ignácio Raphael de Souto Júnior  
(Conselheiro de 01/01/2020 a 31/12/2023)

Antônio de Moraes Andrade Neto  
(Conselheiro de 01/01/2020 a 31/12/2023)

Cynthia Maria Freitas Barreto  
(Conselheira de 01/07/2022 a 30/06/2025)

## **MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA**

---

Em atendimento às exigências legais e regulamentares, é com grande satisfação que a Diretoria Executiva do ALEPEPREV apresenta aos seus Participantes e Patrocinadoras o **Relatório Anual de Informações 2022**.

Este Relatório está estruturado, basicamente, em 05 (cinco) grandes itens:

- ✓ **Plano de Benefícios do ALEPEPREV**, onde consta uma breve apresentação sobre o Plano de Benefícios, informações relativas às provisões matemáticas e às estatísticas da população do Plano.
- ✓ **Gestão dos Investimentos**, onde consta um breve histórico da Situação do Mercado Financeiro no ano de 2022, as Estratégias de Investimentos, as Políticas de Investimentos com as respectivas avaliações e o Resumo das Informações sobre o Demonstrativo de Investimentos, além dos dados inerentes à Rentabilidade do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.
- ✓ **Demonstrações Contábeis e Pareceres**, onde constam as Demonstrações Contábeis do ALEPEPREV, as Notas Explicativas que complementam as Demonstrações, o Relatório dos Auditores Independentes que tem por objetivo informar a opinião dos auditores independentes a respeito das Demonstrações Contábeis e o Parecer sobre a Avaliação Atuarial que visa demonstrar a solvência das obrigações atuais e futuras dos Participantes e Assistidos.

Pelo fato do Conselho Fiscal exercer um papel fundamental para o controle das ações dos administradores e o Conselho Deliberativo por representar o órgão máximo da Entidade, fizemos constar também o Parecer e as Manifestações do Conselho Fiscal e Deliberativo a respeito das Demonstrações Contábeis e Atuariais do ALEPEPREV relativas ao exercício 2022, finalizando com as Manifestações dos Auditores da Patrocinadora, acerca dos aspectos contábeis, atuariais, controles internos e qualidade das informações do Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV.

**Retrospectiva de Exercícios Anteriores** - visando proporcionar uma maior transparência dos procedimentos adotados, apresentamos toda a história desta Entidade Previdenciária através de quadros demonstrativos, onde, de modo simples, os Participantes, Assistidos ou interessados poderão identificar as origens e a destinação dos recursos operacionalizados pelo ALEPEPREV. Neste tópico são demonstradas às seguintes evoluções: das contribuições dos Participantes, das contribuições das Patrocinadoras, dos Pagamentos dos

Benefícios e dos Resgates e, por fim, a evolução do Patrimônio Líquido do Plano ALEPEPREV.

- ✓ **Resumo do Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos**, onde é apresentado um resumo dos resultados obtidos pelo ALEPEPREV no ano de 2022. Consta neste item, uma Síntese da Situação Atuarial, Resultados dos Investimentos, Situação Patrimonial do Plano de Previdência e demonstrativo de despesas do PGA.

Vale ressaltar que as ações em 2022 permaneceram focadas para os controles internos como um instrumento de governança corporativa, permitindo o adequado gerenciamento dos riscos, contribuindo para a perenidade da Entidade e que os bons resultados confirmam o acerto das estratégias e do modelo de gestão que vem sendo adotados pela Entidade, fruto de um trabalho conjunto com todos os envolvidos (Participantes, Assistidos, Patrocinadoras, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo, Colaboradores e Consultores), aos quais agradecemos pelo empenho, colaboração e confiança.

Boa leitura,

Diretoria Executiva

## **PLANO DE BENEFÍCIOS DO ALEPEPREV**

---

O Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco - ALEPEPREV, instituído pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE através da Lei 13.931 de 27/12/2007, é pessoa jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, enquadrando-se como Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, regida pelas leis complementares 108 e 109/2001.

A aprovação da Constituição da Entidade e do Plano de Benefícios pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através das Portarias 2.591 e 2.985 datadas de 30/12/2008 e 30/07/2009, respectivamente.

O ALEPEPREV tem por objetivo administrar o Plano de Benefícios Previdenciários da ALEPE, constituído exclusivamente para os Agentes Políticos e Servidores não efetivos, de forma a propiciar uma aposentadoria adicional àquela paga pelo regime geral de Previdência Social, tendo como princípios norteadores, a ética, a responsabilidade, a transparência e a credibilidade, contribuindo constantemente para a ampliação e fortalecimento da Previdência Complementar no Brasil.

O Plano ALEPEPREV iniciou suas atividades no dia 30/12/2008.

É formado por um conjunto de direitos e obrigações com objetivo de pagar benefícios previdenciários aos seus Participantes e Assistidos, mediante a formação de poupança advinda das contribuições dos Patrocinadores, Participantes e da rentabilidade dos investimentos.

O Plano é composto pelos seguintes benefícios:

- Para Participantes: Renda Mensal de Aposentadoria Voluntária e Renda de Aposentadoria por Invalidez Permanente.
- Para Beneficiários: Renda Mensal por Morte de Participante Ativo e Renda Mensal por Morte do Participante Assistido.



Em, 31/12/2022 o Plano de Benefícios apresentou equilíbrio, uma vez que a soma dos benefícios concedidos e a conceder se iguala com o ativo líquido do plano, possuindo patrimônio para financiar todas as obrigações com pagamentos.

Valores em R\$ 1,00

ITEM	31/12/2022	31/12/2021	VARIACÃO
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 51.811.852,68	R\$ 45.841.963,93	13,02%
Benefícios Concedidos	R\$ 4.931.411,09	R\$ 5.567.259,85	-11,42%
Benefícios a conceder	R\$ 46.880.441,59	R\$ 40.274.704,08	16,40%
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO	R\$ 51.811.852,68	R\$ 45.841.963,93	13,02%
<b>RESULTADO</b>	-	-	-

As Provisões Matemáticas do Plano totalizaram a importância de R\$ 51.811.852,68, sendo compostas de R\$ 46.880.441,59, relativo às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, e por R\$ 4.931.411,09, referente às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

Portanto, a situação atuarial do Plano de Benefícios apresentou equilíbrio, uma vez que a soma dos benefícios concedidos e a conceder se iguala com o ativo líquido do plano, possuindo patrimônio para financiar todas as obrigações com pagamentos, de forma tal a demonstrar solidez, em ritmo de capitalização compatível com as suas necessidades e com recursos suficientes para o pagamento de todos os benefícios futuros de seus participantes, assistidos e dependentes.

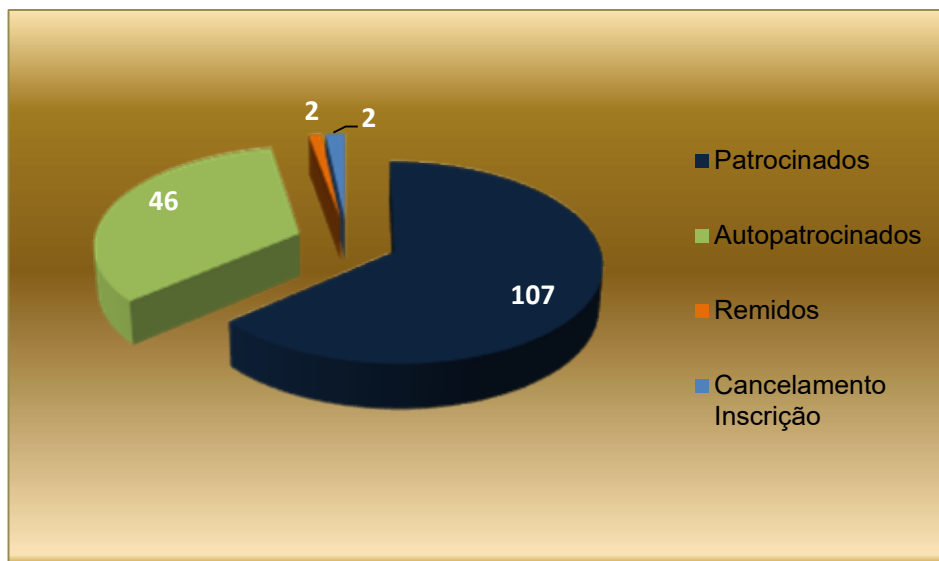
O Plano de Benefícios conta, ainda, com um saldo registrado na conta de Fundos Administrativo e Previdencial, cujo montante é de R\$ 2.152.404,88 e R\$ 127.712,08 respectivamente.

Conforme demonstrado no quadro acima, podemos constatar que o Plano se encontra sólido, em ritmo de capitalização compatível com as suas necessidades e com recursos suficientes para o pagamento de todos os benefícios futuros de seus Participantes, Assistidos e Beneficiários.

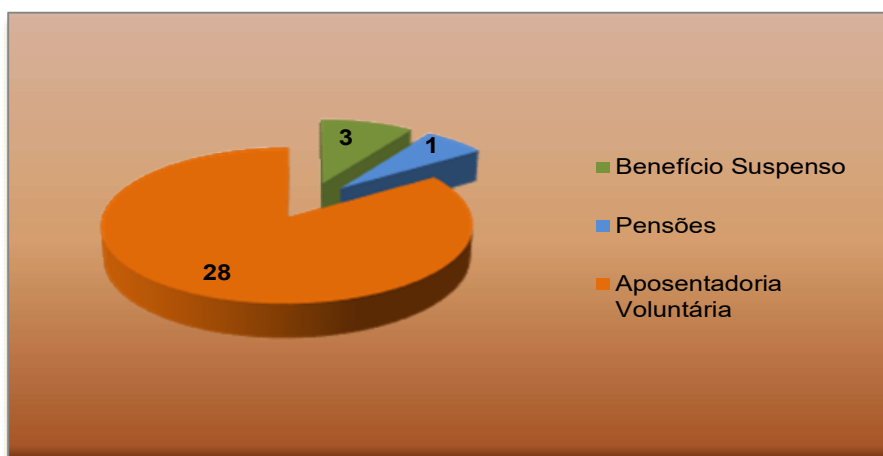
## Estatísticas da População do Plano ALEPEPREV

Em 31/12/2022, o Plano ALEPEPREV contava com 189 Participantes, sendo 157 Ativos e 32 Assistidos.

Dos 157 Participantes encontrados na situação de Ativos, temos 107 Patrocinados, 46 Autopatrocinados, 2 Remidos e 2 Ativos com Cancelamento de Inscrição, que até o momento não optaram pelo Instituto do Resgate ou da Portabilidade.



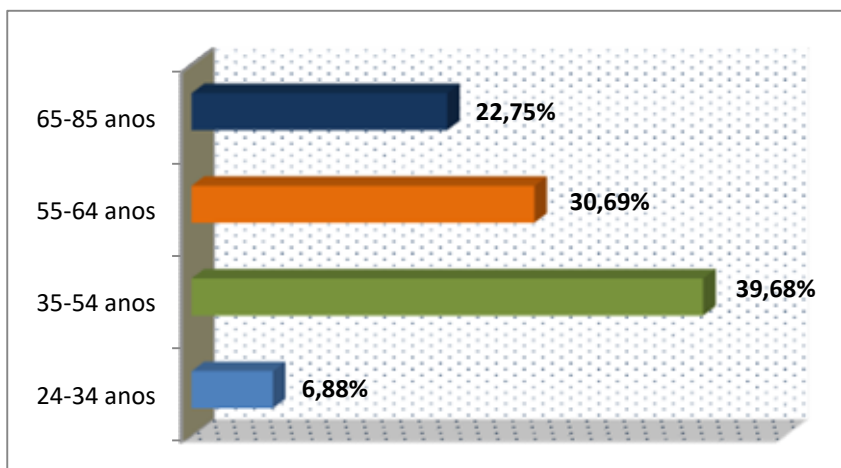
Com relação ao pagamento dos 32 benefícios de prestação continuada, o ALEPEPREV encerrou o ano de 2022, com 28 Benefícios de Aposentadoria Voluntária, 03 benefícios atualmente suspenso (assistidos falecidos, aguardando indicação de beneficiários) e 01 Benefício de Pensão por Morte.



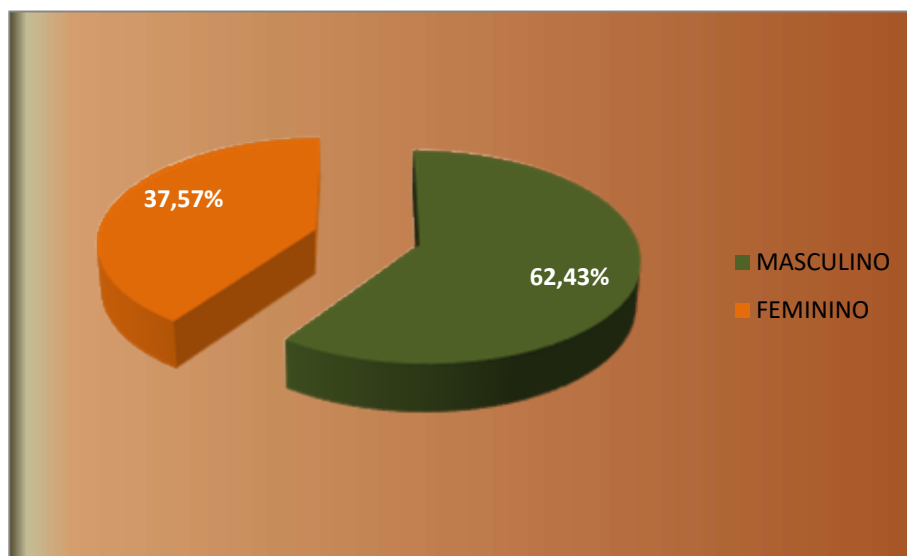
## Perfil dos Participantes

Informamos a seguir o perfil dos Participantes e Assistidos do ALEPEPREV por faixa etária e por sexo.

Do total de 189 Participantes e Assistidos do Plano, podemos constatar que 6,88% encontram-se na faixa etária de 24 a 34 anos, 39,68% estão na faixa etária de 35 a 54 anos, 30,69% na faixa etária de 55 a 64 anos e 22,75% na faixa etária de 65 a 85 anos.



Do total de 189 Participantes e Assistidos, 37,57% são do sexo feminino e 62,43% do sexo masculino.



# GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

---

## Breve Histórico da Situação do Mercado Financeiro

O atual cenário econômico brasileiro possui grande influência do ambiente Global, sendo que para este esperamos que os próximos dois ou três anos devam ser determinados pela prevalência do ciclo econômico descrito abaixo, com seus evidentes riscos.

Até 2008, a normalidade era que os blocos econômicos (Estados Unidos, Zona do Euro e Ásia) compensassem entre si os diferentes estágios dos ciclos econômicos, em que eles se encontravam. O crescimento na América do Norte suaviza os efeitos globais da desaceleração econômica na zona do Euro, além de servir como impulso para as economias asiáticas cuja pauta de exportações é relevante para o PIB.

No entanto, após a crise de 2008 e, especialmente, dos ajustes nas dívidas públicas dos países da zona do Euro em 2012, este ciclo compensatório não tem conseguido suavizar a intensidade das quedas na atividade econômica dos blocos. Mesmo com a economia americana crescendo acentuadamente, e já quase ao final do ciclo de expansão, este crescimento não foi percebido na zona do Euro, onde o Banco Central Europeu, apesar de um amplo esforço de impulso monetário, não foi bem sucedido em evitar a estagnação do bloco.

As economias asiáticas, notadamente China e Japão, também não foram beneficiadas com este crescimento. No caso chinês, a economia enfrenta um ajuste para baixo em seu espetacular crescimento das últimas décadas. Embora um crescimento de seis por cento ao ano, seja muito bom para qualquer país do globo, no caso da economia chinesa que cresceu a média de 10% na década passada, é um ajuste negativo. Ao passo que a economia japonesa permanece com crescimento em torno de zero, o bloco asiático não deve contribuir com crescimento global de forma relevante nos próximos anos.

Um dos efeitos de curto prazo desta perda de capacidade e da “estacionariedade” da economia global são os juros para títulos de cinco e dez anos negociados em patamares negativos. De forma geral, a demanda por estes títulos ficou tão elevada que os mesmos passaram a apresentar retornos negativos. Manter parte dos recursos aplicados em títulos da Alemanha, por exemplo, mesmo com retorno negativo, tem se mostrado atrativo para muitos investidores, frente às alternativas de investimentos.

Voltando à economia americana, esta permanece com um desafio: ao final de um ciclo de expansão a ameaça inflacionária é presente. No início de 2019, o Federal Reserve (banco central americano) tratava claramente dos riscos associados à inflação e o possível início de um ciclo de alta nos juros. Ao perceber que os riscos associados a uma

desaceleração global eram maiores, este inverteu sua direção e passou a sinalizar, e realizar, cortes na taxa de juros básica da economia.

Em resumo, a desaceleração global, a falta de resposta do resto do mundo aos ciclos econômicos que estávamos acostumados a ver antes de 2008, levou o Federal Reserve a adotar a políticas de juros baixos, concluindo que é melhor permanecer no campo monetário estimulativo, do que arriscar uma contração que pode resultar em uma recessão global de magnitude considerável.

Esse ambiente global já desafiador por conta dos juros baixos inclusive no mercado brasileiro, foi impactado de forma extrema por conta da pandemia do corona vírus COVID-19. O reflexo das medidas de restrição de circulação implementadas em quase todas as economias e as incertezas provocadas por esse fato, proporcionou movimentações bruscas nos preços dos ativos de risco, de forma mais rápida e acentuada quando em comparação com crises anteriores.

Como o ambiente anterior já demonstrava desaceleração econômica e necessidade de estímulo monetário, os Bancos Centrais e agentes públicos, promoveram uma série de estímulos fiscais extraordinários, de acordo com cada capacidade econômica, para amenizar os impactos nas famílias com menor poupança e que perderam sua renda, além de empresas que necessitavam de fluxo de caixa, e setores específicos como o de turismo e aviação.

Com o enfrentamento a crise sanitária, observamos ao longo de 2021 a vacinação em massa nos países desenvolvidos e emergentes. A partir de melhores índices observados de contaminação e mortes decorrentes de complicações do COVID-19, observa-se uma normalização gradual nas atividades globais.

Por conta do alto impacto em toda a cadeia produtiva ao longo de 2020, esse cenário de reabertura econômica e normalização pós pandemia, resultou em desequilíbrios econômicos muito presentes no cenário atual, que devem ser pautas para os próximos anos, entre eles: i) estímulos monetários; ii) crise energética; iii) desalavancagem global e China; e o iv) cenário eleitoral brasileiro.

i) estímulos monetários:

A partir de março de 2020, com a implementação de lockdowns nas economias, os estímulos monetários foram necessários, para suprir a necessidade das populações de obter renda e das empresas de se manter sem fluxo de caixa. Com a liquidez proporcionada por esse fato e o processo gradual de juros baixos que já havia sendo implementado, observamos menor queda no PIB de alguns países (em comparação com o estimado no início da crise), em contrapartida de economias mais alavancadas e governos atingindo patamares excepcionais de endividamento.

ii) crise energética

Ao longo do ano de 2021, como explicito anteriormente, observamos o ciclo de normalização das variáveis macro econômicas. Como esperado, a retomada econômica não foi de maneira uniforme e proporcionou diversos gargalos nas cadeias produtivas. Um dos maiores impactos provém do setor de energia, onde além da crise do COVID, observou-se o impacto ambiental na geração de energia. Tanto no Brasil com a crise hídrica, na China com escassez de carvão, na Europa com o custo do gás natural, ou global com os preços do Petróleo, o mercado de energia de maneira geral está com custo elevado e esse fato trará impactos mais relevantes na inflação de todo o mundo.

### iii) desalavancagem global e China

Um dos fatores de risco que o mercado tem observado de perto, é o desenvolvimento da crise de alavancagem das grandes economias. Por conta dos estímulos monetários e taxas de juros próximas de zero, muitas empresas utilizaram o crédito como fonte de recursos para financiar a operação e investir. Porém, o cenário atual traz muitos riscos para a desalavancagem dessas economias e empresas, como observado na China, principalmente no setor de construção civil. O que se espera para o futuro, é como será solucionado essa normalização das dívidas globais e redução dos estímulos monetários. A China nesse caso, que já possuía inclusive questões de acordos comerciais a serem cumpridos, pode ver sua economia desacelerar de forma abrupta, que proporciona reflexos diretos à economia brasileira.

### iv) Deterioração do equilíbrio fiscal

O cenário para 2022 é desafiador não só pelos pontos elencados anteriormente, mas teremos também, o pleito eleitoral para presidência. Por conta do histórico das últimas eleições, o mercado espera muita volatilidade dos ativos, em consequência da incerteza do resultado eleitoral e medidas adotadas pelo próximo presidente eleito. A busca por proteção parece ser muito importante ao traçar a expectativa de investimentos da Entidade para os próximos anos.

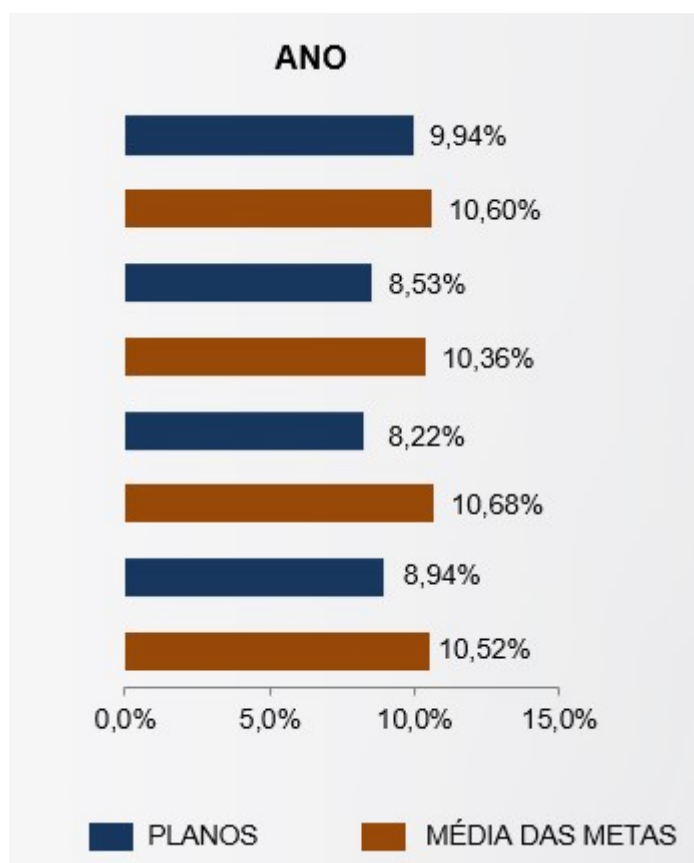
Nesse ambiente temos ainda mais desafios para as Entidades de Previdência complementar, no que se refere ao alcance de suas metas atuárias. A normalização de política monetária implementada pelo COPOM ao longo de 2021 proporcionou retornos mais expressivos dos ativos de renda fixa (pós fixados e crédito), porém ao mesmo tempo em que as taxas de juros maiores melhoram as rentabilidades dos ativos com baixo risco de mercado, os chamados títulos públicos federais, ainda não se torna suficiente para alcançar as metas atuárias, o que implica na necessidade de assunção de maiores riscos de mercado e de novas classes de ativos.

A consequência para as carteiras de investimentos das EFPC é aumentar a exposição a investimentos de maior risco, tais como ativos de créditos, fundos de renda variável ativos, fundos multimercados, fundos imobiliários e investimentos no exterior – que são ativos com expectativas de retornos mais aderentes ao cumprimento das metas atuárias.

Dentro destas classes de ativos, a EFPC incluirá nas alternativas de aplicação investimentos em ativos de créditos de primeira linha, por estes voltarem a apresentar taxas atrativas; fundos imobiliários, cujo mercado está em retomada e com boas perspectivas nos próximos períodos e investimentos no exterior, e pelo efeito de diversificação e hedge para a carteira de investimentos.

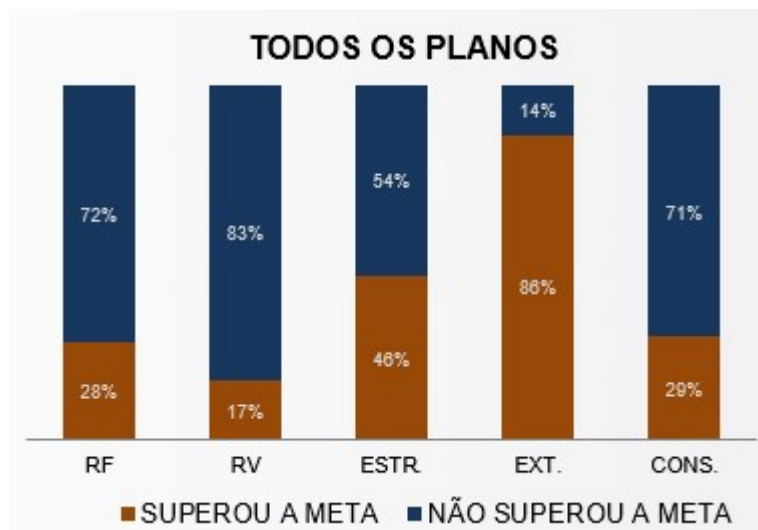
É natural e esperado que a volatilidade seja aumentada em relação aos anos anteriores, o que demandará ainda mais a importância da diversificação e otimização da carteira através de uma gestão eficiente dos riscos.

Diante do cenário desafiador exposto acima, as EFPCs não conseguiram superar seus objetivos de rentabilidade para o ano de 2022. O gráfico abaixo apresenta uma comparação entre o desempenho dos planos e a variação média das metas atuariais com base na amostra de planos acompanhados pela ADITUS, consultoria contratada pelo ALEPEPREV:



Observe que o desempenho considera: (i) somente os ativos mobiliários e (ii) taxas brutas, isto é, sem o desconto da taxa de transferência ao PGA.

O gráfico abaixo apresenta o percentual de planos que superam suas metas em 2022, em cada caso:



Apesar da redução das metas para o exercício de 2022, a alta da inflação contribuiu para que grande parte das Fundações tivessem dificuldades em atingir suas metas.

Diante deste contexto, o ALEPEPREV mantém a cautela e acredita que novas oportunidades devem surgir nos próximos anos, através de investimentos em ativos com um maior grau de volatilidade, vistos os baixos níveis das taxas de juros no Brasil.

## Estratégias de Investimentos

Diante do cenário exposto para o exercício de 2022, o ALEPEPREV por prudência, seguiu em sua estratégia de investimentos mais direcionada para ativos com menor volatilidade (mais conservadora).

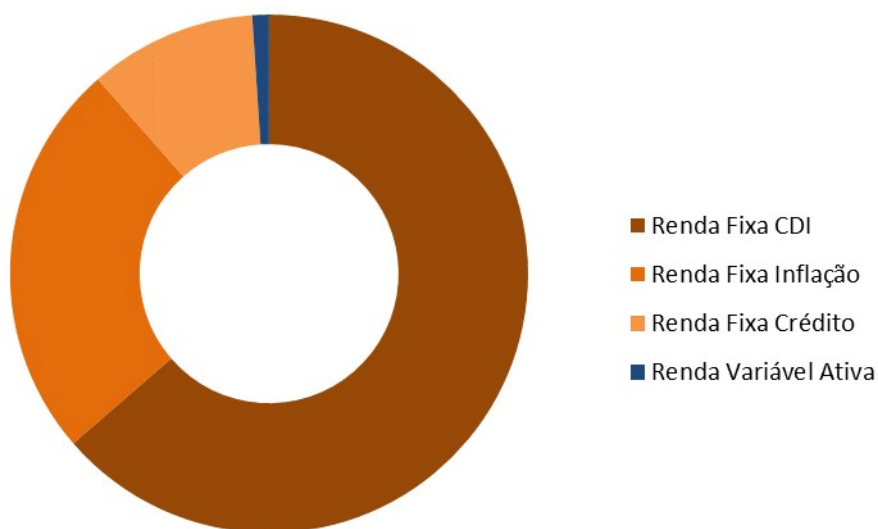
Ressaltamos, porém, que seguimos vivendo em um contexto desafiador para o mercado local, com as taxas de juros oscilando e as reformas estruturais de longo prazo com razoáveis chances de serem aprovadas nos próximos meses.

Se esse for, de fato, o cenário futuro, então os ajustes na alocação estratégica têm de acontecer de maneira tempestiva, e as alocações táticas ao longo do ano se tornarão não só importantes, mas essenciais.

A Carteira de Investimentos do ALEPEPREV apresenta uma boa diversificação dentre os produtos e gestores que lhe são permitidos.

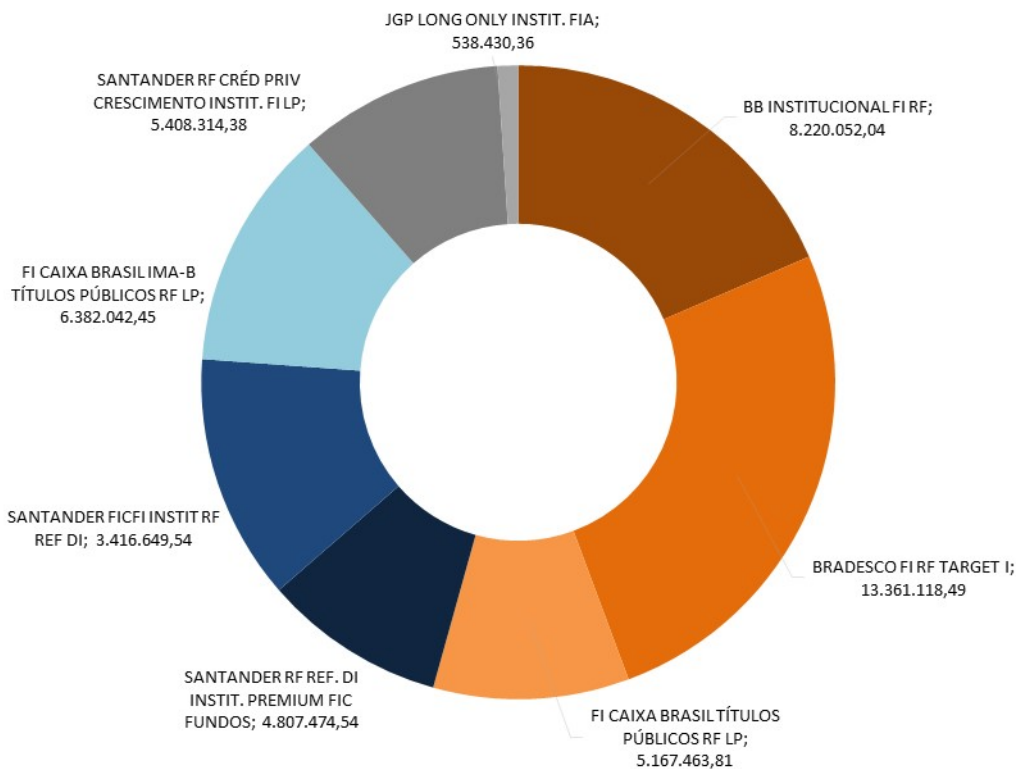
Os recursos do Plano de Benefícios estão alocados nos segmentos de Renda Fixa (98,96%) e Renda Variável (1,04%), sendo que na Renda Fixa além da segregação por fundos e gestores, estão desmembrados por estratégia, sendo: Renda Fixa Tradicional (63,64%), Renda Fixa Inflação (24,87%) e Renda Fixa Crédito (10,45%).





A Renda Fixa da Entidade é segmentada em quatro gestores, a saber: Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco do Brasil e Santander. A alocação em Renda Variável, por sua vez, é feita através da JGP Investimentos em um fundo com gestão ativa. Os recursos do segmento de Renda Fixa estão aplicados predominantemente em títulos públicos federais que são considerados como de menor risco de crédito do mercado.

Abaixo segue uma representação gráfica da segregação dos Investimentos da Carteira do Plano de Benefícios – Distribuição por Fundos de Investimentos em 30/12/2022 – Valor Total R\$ 51.744.708,48.



Considerando o Fundo Previdencial, cujos os recursos no valor de R\$ 16.346,44 estão alocados na Caixa Econômica Federal, no fundo FI CAIXA BRASIL RF REF. DI LP, a Carteira de Títulos do ALEPEPREV, totalizou em 30/12/2022, a importância de R\$ 51.744.708,48.

Já a Carteira dos Investimentos do Plano de Gestão Administrativa, cujos recursos estão alocados no Santander no fundo SANTANDER RF REF. DI INSTIT. PREMIUM FIC FUNDOS, totalizou o valor de R\$ 4.493.239,73.

## Demonstrativo de Investimentos

Abaixo apresentamos a síntese das informações sobre o Demonstrativo de Investimentos do Plano de Benefícios – Plano ALEPEPREV e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, posicionados em 30/12/2022.

# Síntese das informações sobre o Demonstrativo de Investimentos

Resumo do Exercício – 2º Semestre de 2022

## Alocação dos Recursos Aplicados – Plano de Benefícios



Plano de Contribuição Definida - CNPB: 2008004856 - AD0235		
Cód Conta	Conta	Saldo Atual
1.1.0	Disponível	284.283,04
1.1.1.2.01	Caixa Economica - Cód: BCEF	
1.1.1.2.01	Caixa Economica - Cód: BCEF	284.283,04
1.2.3	Investimentos	51.744.707,60
1.2.3.4	FUNDOS DE INVESTIMENTO	51.744.707,60
2.1.3	Exigível Operacional - Investimentos	-
2.2.3	Exigível Contingencial - Investimentos	-
-	Recursos Garantidores	52.028.990,64

30/12/2022

## Alocação dos Recursos Aplicados – Plano de Gestão

### Administrativa

Plano de Gestão Administrativa - PGA - CNPB: 9970000000 - 990364		
Cód Conta	Conta	Saldo Atual
1.1.0	Disponível	11.304,34
1.1.1.2.01	Caixa Economica - Cód: BCEF	1.251,04
1.1.1.2.01	Banco Santander Brasil - Cód: SANB	10.053,30
1.2.3	Investimentos	4.493.239,61
1.2.3.4	FUNDOS DE INVESTIMENTO	4.493.239,61
2.1.3	Exigível Operacional - Investimentos	-
2.2.3	Exigível Contingencial - Investimentos	-
-	Recursos Garantidores	4.504.543,95

O Plano ALEPEPREV, considerando a posição de fechamento do 2º Semestre de 2022, investia parcela preponderante dos seus recursos no segmento de Renda Fixa. A Renda Fixa da Entidade é segmentada em quatro gestores, a saber: Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco do Brasil e Santander. A alocação em Renda Variável é feita através da JGP Investimentos em um fundo com gestão ativa. É importante ressaltar também que, grande parcela dos investimentos do ALEPEPREV está alocada em títulos públicos federais, que são os investimentos considerados como de menor risco de crédito do mercado.

Além disso, o PGA do ALEPEPREV investia 100% de seus recursos no segmento de Renda Fixa através de um fundo gerido pelo Santander.

### **Política de Investimentos**

Os resumos das Políticas de Investimentos, exercício 2022, do Plano ALEPEPREV, instituído na modalidade de Contribuição Definida – CD e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, foram extraídos das Políticas de Investimentos do ALEPEPREV, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 13 de dezembro de 2021. Essas Políticas têm como objetivo principal, estabelecer as diretrizes e as condições gerais do processo de gestão dos recursos garantidores das reservas da Entidade, definindo os parâmetros para a avaliação de oportunidade e de risco, com o propósito primordial de otimizar os resultados e preservar o equilíbrio atuarial do Plano de Benefícios.

Os parâmetros definidos nas Políticas de Investimentos do ALEPEPREV estão embasados na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, legislação que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e em suas alterações posteriores. Adicionalmente, as estruturas de gestão e regras de controle estabelecidas, estão em conformidade com o Guia PREVIC – Melhores Práticas nos Fundos de Pensão e com a Instrução Normativa nº 06, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

### **Plano de Benefícios – Modalidade Contribuição Definida - CD**

Os limites, controles e procedimentos apresentados ao longo deste documento se aplicam ao seguinte Plano de Benefícios:

<b>QUADRO RESUMO DE INFORMAÇÕES</b>	
Entidade Fechada de Previdência Complementar	ALEPEPREV
Vigência	2022-2026
Ata do Conselho Deliberativo - Data de Reunião	13/12/2021
Nome	Plano de Benefícios ALEPEPREV
Cadastro Nacional do Plano de Benefícios (CNPB)	2008004856
Modalidade do Plano	Contribuição Definida
Meta Atuarial	INPC + 4,50% a.a.
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)	Sra. Flávia Zirpoli Sobral
Administrador Responsável pela Gestão de Riscos (ARGR)	Sra Daniele Guedes Moura
Divulgação aos Participantes	Através do site: <a href="http://www.alepeprev.org.br">www.alepeprev.org.br</a>

## 1. Diretrizes para Alocação de Recursos

As diretrizes que norteiam a Política de Investimentos do ALEPEPREV constituem um conjunto de princípios e procedimentos aos quais todos os envolvidos, sejam eles executivos, gestores, administradores, auditores e consultores, aderem de forma irrevogável.

## 2. Alocação de Recursos para o Plano

As Tabelas a seguir apresentam a alocação estratégica do Plano de Benefícios do ALEPEPREV, os limites de alocação e os parâmetros de rentabilidade. Com base na Resolução CMN nº 4.994/22, apresentam-se os parâmetros por segmento de aplicação:

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
<b>Renda Fixa</b>	<b>100%</b>	<b>89,60%</b>	<b>90,00%</b>	<b>100,00%</b>
Renda Fixa CDI (Tradicional)		44,62%		
Renda Fixa Inflação		30,18%		
Renda Fixa Crédito CDI*		14,80%		
<b>Renda Variável</b>	<b>70%</b>	<b>6,90%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00%</b>
<b>Estruturado</b>	<b>20%</b>	<b>3,50%</b>	<b>0,00%</b>	<b>5,00%</b>
<b>Imobiliário</b>	<b>20%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>20,00%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>15%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Exterior**</b>	<b>10%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>5,00%</b>

\* Como as alocações nessas classes são relativamente baixas, os investimentos nas mesmas podem ser realizados através de fundos de investimentos; \*\* O ALEPEPREV não realizará investimentos diretos em ativos classificados como "Investimento no Exterior". Entretanto, é permitido o investimento indireto, através de fundos de ações e multimercados, respeitando-se tanto o regulamento do fundo quanto o limite legal de alocação, conforme a coluna de Alocação Máxima.

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.
Renda Fixa	INPC + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA	INPC + 9,00% a.a.
Estruturado	INPC + 8,00% a.a.	INPC + 8,00% a.a.
Exterior	-	-
Imobiliário	-	-
Operações com Participantes	-	-

A alocação objetivo é resultado do Estudo de ALM e é uma referência para a distribuição dos investimentos entre os segmentos de aplicação estabelecidos pela legislação vigente. Entende-se, no entanto, que a carteira de investimentos pode apresentar uma composição diferente da alocação objetivo, desde que respeite os limites inferiores e superiores estabelecidos pela Política de Investimentos. Cabe ressaltar, também, que a não aderência a essa alocação não configura nenhum tipo de desenquadramento.

Entende-se como **índice de referência**, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características dos investimentos. Esse índice está, evidentemente, sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a **meta de rentabilidade** reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados pelo ALEPEPREV – rentabilidade esta que, normalmente, apresenta menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do Plano de Benefícios.

### **3. Avaliação e Controle de Riscos – Gestão do Plano**

No processo de gestão do Plano, foram identificados os seguintes riscos:

- Risco Integrado;
- Risco Atuarial;
- Risco de Solvência;
- Risco de Mercado;
- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;
- Risco de Terceirização;
- Risco Legal;
- Risco Sistêmico;
- Risco de Investimentos Estruturados; e
- Risco de Gestão.

Estes riscos serão avaliados, controlados e monitorados constantemente pelo ALEPEPREV, conforme os critérios estabelecidos na Política de Investimentos do Plano. Outros riscos que eventualmente venham a ser identificados serão tratados no próprio processo de controles internos da Entidade.

Especificamente para a gestão do risco operacional, foram estabelecidos procedimentos que visam mapear as rotinas de trabalho e promover a adoção das melhores práticas de governança, em linha com o que estabelece o Guia PREVIC – Melhores Práticas nos Fundos de Pensão e a Instrução Normativa nº 06.

Esses procedimentos são constantemente avaliados e buscam mitigar os riscos decorrentes de controles inadequados, de falhas de gerenciamento e de erros humanos.

Dentre os esforços para reduzir os riscos operacionais decorrentes de erros humanos, cabe destacar o plano de certificação dos profissionais envolvidos no processo decisório dos investimentos, por meio do qual o ALEPEPREV, vem adotando como estratégias, a certificação por experiência e por provas.

#### 4. Avaliação e Controle de Riscos

A seguir são analisadas as Alocações dos Recursos, as Vedações, os Limites e Restrições Específicas do Plano, o Risco de Crédito e os Custos das Taxas de Administração e de Performance dos fundos investidos, as quais encontram-se em conformidade com o estabelecido na Política de Investimentos – 2022:

#### Alocações dos Recursos

Recursos Garantidores (em mil R\$)	1º Semestre		2º Semestre	
	Financeiro	Part. (%)	Financeiro	Part. (%)
<b>Segmentos de Aplicação</b>	<b>49.996,13</b>	<b>100%</b>	<b>52.028,99</b>	<b>100%</b>
Renda Fixa	49.533,37	99,07%	51.557,13	99,09%
Renda Variável	462,76	0,93%	471,86	0,91%
Estruturado	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Imobiliário	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Operações com Participantes	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Exterior	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>Renda Fixa (Art. 21)</b>	<b>99,09%</b>	<b>100,00%</b>	<b>89,60%</b>	<b>90,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>OK</b>
Total dos recursos em (Inciso I):	70,18%	100,00%	-	0,00%	100,00%	OK
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna (Inciso I, alínea a)	68,94%	-	-	0,00%	100,00%	OK
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos (Inciso I, alínea b)	1,24%	-	-	0,00%	100,00%	OK
Total dos recursos em (Inciso II):	27,45%	80,00%	-	0,00%	80,00%	OK
Ativos financeiros de RF de instituições financeiras autorizadas pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	14,71%	-	-	0,00%	80,00%	OK
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	14,37%	-	-	-	-	-
DPGEs	0,35%	-	-	-	-	-
Poupança	0,00%	-	-	-	-	-
Ativos financeiros de RF de sociedade por ações de capital aberto e cias securritizadoras (Inciso II, alínea b)	12,74%	-	-	0,00%	80,00%	OK
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	-	-	-	-	-
Debêntures	11,71%	-	-	-	-	-
NCEs e CCEs	0,49%	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	0,54%	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF (Inciso II, alínea c)	0,00%	-	-	0,00%	80,00%	OK

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Total dos recursos em (Inciso III):	1,01%	20,00%	-	0,00%	20,00%	OK
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais (Inciso III, alínea a)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País (Inciso III, alínea b)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito (Inciso III, alínea c)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
LH, LCI e LCA	0,00%	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	0,00%	-	-	-	-	-
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso III, alínea d)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB (Inciso III, alínea e)	1,01%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	1,01%	-	-	-	-	-
CCBs e CCCBs	0,00%	-	-	-	-	-
CPR, CRA, CDCA e WA (Inciso III, alínea f)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Demais ativos (§ 3º)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Conjunto de ativos financeiros listados nos incisos II e III (§ 1º)	28,46%	80,00%	-	0,00%	80,00%	OK
Ativos transitórios RF	0,00%	-	-	-	-	-
Caixa e disponível	0,56%	-	-	-	-	-
Provisões, despesas e passivos	-0,11%	-	-	-	-	-
Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,00%	-	-	-	-	-

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>Renda Variável (Art. 22)</b>	<b>0,91%</b>	<b>70,00%</b>	<b>6,90%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>OK</b>
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial (Inciso I)	0,88%	70,00%	-	0,00%	10,00%	OK
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial (Inciso II)	0,02%	50,00%	-	0,00%	10,00%	OK
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III, BDR de ETF e ETF exterior (Inciso III)	0,00%	10,00%	-	0,00%	10,00%	OK
Ouro físico (Inciso IV)	0,00%	3,00%	-	0,00%	3,00%	OK
Opções	0,00%	-	-	-	-	-

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>Estruturado (Art. 23)</b>	<b>0,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>3,50%</b>	<b>0,00%</b>	<b>5,00%</b>	<b>OK</b>
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP (Inciso I, alínea a)	0,00%	15,00%	-	0,00%	5,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM (Inciso I, alínea b)	0,00%	15,00%	-	0,00%	5,00%	OK
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso (Inciso I, alínea c)	0,00%	15,00%	-	0,00%	5,00%	OK
Certificado de Operações Estruturadas - COE (Inciso II)	0,00%	10,00%	-	0,00%	5,00%	OK

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>Imobiliário (Art. 24)</b>	<b>0,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>OK</b>
Total dos recursos em:	0,00%	20,00%	-	0,00%	20,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII (Inciso I)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (Inciso II)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Células de crédito imobiliário - CCI (Inciso III)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Estoques Imobiliários*	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	OK

\* Art. 37, § 5º: A EFPC pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>Operações com Participantes (Art. 25)</b>	<b>0,00%</b>	<b>15,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>OK</b>

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>Exterior (Art. 26)</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>5,00%</b>	<b>OK</b>
Total dos recursos em:	0,00%	-	-	0,00%	5,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa" (Inciso I)	0,00%	-	-	0,00%	5,00%	OK
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" - 67% (Inciso II)	0,00%	-	-	0,00%	5,00%	OK
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (Inciso III)	0,00%	-	-	0,00%	5,00%	OK
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível I (Inciso IV)	0,00%	-	-	0,00%	5,00%	OK
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais (Inciso V)	0,00%	-	-	0,00%	5,00%	OK
Ativos transitórios Exterior	0,00%	-	-	-	-	-

No encerramento do 2º Semestre de 2022, os investimentos do Plano de Benefícios apresentavam-se em conformidade em relação aos Artigos 21 ao 26 da Resolução CMN nº 4.994 e com os limites inferiores e superiores definidos na Política de Investimentos.

Limites de Alocação por plano	Maior (%) Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
<b>Emissores (Art. 27)</b>				
Tesouro Nacional (Inciso I)	68,94%	100,00%	100,00%	OK
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen (Inciso II)	4,12%	20,00%	20,00%	OK
Demais Emissores	1,24%	10,00%	10,00%	OK

No encerramento do 2º Semestre de 2022, o plano CD da EFPC estava em conformidade com os limites de alocação por emissor conforme estabelecido pelo Art. 27 da Resolução CMN nº 4.994 e com os limites definidos segundo a Política de Investimentos.

A seguir foram analisados os percentuais de títulos depositados com margem requerida e o percentual gasto com compra de opções, a partir dos dados brutos coletados nos arquivos XMLs de posição para cada veículo de investimento, e constatamos que estão:



- a. Em conformidade com o proposto no inciso V do Art. 30 da Resolução CMN 4.994. Depósito de margem requerida limitado a 15% da posição em títulos da
- b. dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações aceitos pela Clearing;
- c. Em conformidade com o proposto no inciso VI do Art. 30 da Resolução CMN 4.994. Valor total dos prêmios de opções pagos limitados a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Descrição	Total Plano	Limite Legal	Maior Observado	Veículo de Investimentos com Maior limite observado.	Status
Depósito em Margem	1,64%	15,00%*	1,36%	FI CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF LP	OK
Prêmios Opções	0,00%	5,00%	0,12%	JGP LONG ONLY INSTIT. FIA	OK

\* Art. 30, Inciso V refere-se a margem requerida limitada a 15%, tal informação não encontra-se disponível no arquivo XML. Eventuais dúvidas deverão ser direcionadas ao administrador/ gestor do fundo.

Conforme apresentado na tabela acima, tanto o plano CD da EFPC quanto os veículos de investimento estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.994.

## Vedações

Requisitos e Vedações	Status
Realizar operações de compra e venda, ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos de uma mesma EFPC (Inciso I)	-
Realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras (Inciso II)	-
Aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas (Inciso III)	OK
Aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas (Inciso IV)	OK
Aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedade por ações de capital fechado (Inciso V)	OK
Realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão (Inciso VI) <sup>1</sup>	OK
Derivativos a descoberto (Inciso VII, alínea a)	OK
Aplicar em veículos que gerem possibilidade de perda superior ao PL (Inciso VII, alínea b) <sup>2</sup>	OK
Operações day-trade (Inciso VIII) <sup>3</sup>	-
Aplicar recursos no exterior por meio da carteira própria ou administrada (Inciso IX)	OK
Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma (Inciso X)	-

Requisitos e Vedações	Status
Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros (Inciso XI) <sup>4</sup>	OK
Atuar como incorporadora, de forma direta ou indireta (Inciso XII)	-
Adquirir terrenos e imóveis (Inciso XIII)	-
Aplicar em ativos sem ISIN (Art. 18)	OK
Fundos em desacordo com os limites de derivativos (Art. 30)	OK
Derivativos sem garantia (Art. 30, Inciso IV)	OK
Aplicar em ativos ou modalidades não previstas na Resolução CMN nº 4.994 e alterações posteriores	OK

<sup>1</sup>Exceto nos casos de distribuição pública, exercício do direito de preferência, conversão de debêntures em ações, exercício do bônus de subscrição, casos previstos em regulamentação estabelecida pela SPC e demais casos expressamente previstos na Resolução CMN nº 4.994 e alterações posteriores;

<sup>2</sup>Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos, portanto, consideraremos enquadrados nesse quesito os fundos que possuem vedação a esse tipo de operação em seu regulamento;

<sup>3</sup>Através dos arquivos que recebemos, não é possível identificar se houve, ou não, operações de day trade. Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos;

<sup>4</sup>Será considerado o somatório dos mesmos ativos informados no arquivo XML para resultado final da operação.

Conforme apresentado nas tabelas acima, no encerramento do 2º Semestre de 2022, o plano CD da EFPC apresentava-se em conformidade em relação aos requisitos dos ativos e vedações da Resolução CMN nº 4.994.

## Limites e Restrições Específicas do Plano

Descrição	Limite Plano	Status
Alocação em ativos da patrocinadora e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora	0,00%	OK
Realização de investimentos em Parcerias Público-Privadas (PPPs)	0,00%	OK
Realização de investimento em títulos de emissão de governos estaduais ou municipais	0,00%	OK
Realização de investimentos em papéis securitizados pelo Tesouro Nacional	0,00%	OK
Realização de investimentos em TDAs e Moedas de Privatização	0,00%	OK
Aquisições de títulos classificados como grau especulativo	0,00%	OK
Realização de investimentos diretos em ativos classificados como "Investimento no Exterior"	0,00%	OK

No fechamento do 2º Semestre de 2022, o Plano de Benefícios da ALEPEPREV estava de acordo com os limites e restrições específicas da Política de Investimentos.

## Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito visa mitigar a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, resultando em prejuízo ao plano.

É preciso verificar se a emissão ou emissor possui rating por pelo menos uma das agências classificadoras de risco, e se a nota é, de acordo com a escala da agência no mercado local, igual ou superior às faixas classificadas como “Investimento” a seguir:

TABELA DE RATINGS						
Faixa	Fitch	S&P	Moody's	Liberum	Austin	Grau
1	AAA (bra)	brAAA	AAA.br	AAA	brAAA	Investimento
2	AA+ (bra)	brAA+	Aa1.br	AA+	brAA+	
	AA (bra)	brAA	Aa2.br	AA	brAA	
	AA- (bra)	brAA-	Aa3.br	AA-	brAA-	
3	A+ (bra)	brA+	A1.br	A+	brA+	
	A (bra)	brA	A2.br	A	brA	
	A- (bra)	brA-	A3.br	A-	brA-	
4	BBB+ (bra)	brBBB+	Baa1.br	BBB+	brBBB+	
	BBB (bra)	brBBB	Baa2.br	BBB	brBBB	
	BBB- (bra)	brBBB-	Baa3.br	BBB-	brBBB-	
5	BB+ (bra)	brBB+	Ba1.br	BB+	brBB+	Especulativo
	BB (bra)	brBB	Ba2.br	BB	brBB	
	BB- (bra)	brBB-	Ba3.br	BB-	brBB-	
6	B+ (bra)	brB+	B1.br	B+	brB+	

	B (bra)	brB	B2.br	B	brB
	B- (bra)	brB-	B3.br	B-	brB-
7	CCC (bra)	brCCC	Caa.br	CCC	brCCC
	CC (bra)	brCC	Ca.br	CC	brCC
	C (bra)	brC	C.br	C	brC
8	D (bra)	brD	D.br	D	brD

Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- Aplicações em DPGE (Depósitos a Prazo com Garantia Especial) serão sempre consideradas como “Grau de Investimento”, desde que sejam respeitados os limites de cobertura de R\$ 40 milhões do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) por instituição;
- Se não houver rating válido atribuído, o ativo será classificado como Grau Especulativo.

A alocação em títulos com risco de crédito é monitorada com base nos seguintes limites:

<b>Categoria de Risco</b>	<b>% Observado</b>	<b>Limite</b>	<b>Status</b>
Grau de investimento + grau especulativo	28,46%	50,00%	OK
Grau especulativo	0,43%	10,00%	OK

## Custos

### Taxas de administração e performance dos fundos investidos:

<b>Fundo / veículos de investimentos</b>	<b>Taxa de Administração</b>	<b>Taxa de Performance</b>
BB INSTIT. FI RF	0,20%	-
BRAPRESA FI RF TARGET I	0,30%	-
BRAPRESA INSTIT. FIC FI RF IMA-B	0,20%	-
FI CAIXA BRASIL RF REF. DI LP	0,20%	-
FI CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF LP	0,20%	-
FI CAIXA BRASIL IMA-B TIT PUB RF LP	0,20%	-
JGP LONG ONLY INSTIT. FIA	2,75%	-
SANTANDER RF CRÉD PRIV CRESCIMENTO INSTIT. FI LP	0,30%	20% DO QUE EXCEDER 102% DO CDI
SANTANDER RF REF. DI INSTIT. PREMIUM FIC FUNDOS	0,20%	-

Em relação ao consolidado da EFPC, observou-se, no encerramento do 2º Semestre de 2022, os seguintes limites:

Limites de concentração por EFPC				
Emissores (Art. 28)	Maior (%) Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
PL de uma mesma inst. financ. autorizada a funcionar pelo Bacen (Inciso I, alínea a)	0,01%	25,00%	25,00%	OK
FIDC ou FICFIDC <sup>1</sup> (Inciso I, alínea b)	0,01%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento em cotas de índice de renda fixa (Inciso I, alínea c)	0,07%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas (Inciso I, alínea c)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de índice do exterior (Inciso I, alínea c)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo ou FIC classificado no segmento de investimentos estruturados <sup>1</sup> , FIP <sup>2</sup> (Inciso I, alínea d)	0,00%	25,00%	25,00%	OK

Limites de concentração por EFPC				
Emissores (Art. 28)	Maior (%) Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
FII e FICFII <sup>1</sup> (Inciso I, alínea e)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento constituído no Brasil com o sufixo "Investimento no Exterior" <sup>1</sup> (Inciso I, alínea f)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo local com ativos financeiros no exterior <sup>1</sup> (Inciso I, alínea f)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com regime fiduciário <sup>2</sup> (Inciso II)	0,00%	25,00%	25,00%	OK
Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o Inciso II do art. 26 (Inciso III, alínea a)	0,00%	15,00%	15,00%	OK
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso III, alínea b)	0,00%	15,00%	15,00%	OK
Mesma série de títulos ou valores mobiliários (§ 1º)	0,03%	25,00%	25,00%	OK
Mesma classe de cotas de FIDC (§ 2º)	0,01%	25,00%	25,00%	OK
Quantidade de ações que representem capital total e capital votante de uma mesma companhia aberta (§ 6	0,00%	25,00%	25,00%	OK

<sup>1</sup> § 3º O limite estabelecido no inciso I do caput não se aplica a fundo de investimento em cotas de fundo de investimento, desde que as aplicações do fundo de investimento investido observem os limites do artigo 28.

<sup>2</sup> § 4º A disposição prevista no § 3º também se aplica ao FIP que invista seu patrimônio líquido em cotas de outros FIP, conforme regra da Comissão de Valores Mobiliários.

<sup>3</sup> Através de fontes públicas, não é possível identificar o patrimônio separado constituído nas emissões.

Conforme apresentado nas tabelas acima, no encerramento do 2º Semestre de 2022, a EFPC apresentava-se em conformidade em relação aos limites de concentração estabelecidos pelo Art. 28 da Resolução CMN nº 4.994 e aos limites definidos na Política de Investimentos vigente.

## 4.2. Dos Custos da Gestão de Investimentos

### Custos – Contrato Consultoria Financeira, Custódia e CETIP (custo fixo).

Observa-se, conforme tabela abaixo, que no 2º semestre de 2022, os custos com a gestão dos investimentos sofreram alterações, em virtude do reajuste do Contrato de Consultoria, Custódia e dos custos CETIP, conforme a seguir:

Descrição	2022	2021
Consultoria Investimentos	R\$ 72.513,04	R\$ 60.090,72
Manutenção Conta Individualizada CETIP	R\$12.169,50	R\$ 10.839,95
Custódia Centralizada - Contrato CEF	R\$23.694,39	R\$ 21.285,63
Total	R\$108.376,93	R\$ 92.216,30

### Política de Investimentos - PGA

A Meta de Rentabilidade dos investimentos do Plano de Gestão Administrativa - PGA é o INPC + 4,5% ao ano. Abaixo observamos um Quadro Resumo das informações do PGA:

QUADRO RESUMO DE INFORMAÇÕES	
Entidade Fechada de Previdência Complementar	ALEPEPREV
Vigência	2022-2026
Ata do Conselho Deliberativo - Data de Reunião	13/12/2021
Nome	Plano de Gestão Administrativa
Modalidade do Plano	PGA
Meta Atuarial	INPC + 4,50% a.a.
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)	Sra Flávia Zirpoli Sobral
Administrador Responsável pela Gestão de Riscos (ARGR)	Sra Daniele Guedes Moura
Divulgação aos Participantes	Através do site: <a href="http://www.alepeprev.org.br">www.alepeprev.org.br</a>

## 1. Diretrizes para Alocação de Recursos

As diretrizes que norteiam a Política de Investimentos do PGA constituem um conjunto de princípios e procedimentos aos quais todos os envolvidos, sejam eles executivos, gestores, administradores, auditores e consultores, aderem de forma irrevogável.

## 2. Alocação de Recursos para o Plano

As Tabelas a seguir apresentam a alocação estratégica do PGA, os limites de alocação e os parâmetros de rentabilidade. Com base na Resolução CMN nº 4.994, apresentam-se os parâmetros por segmento de aplicação.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda Fixa CDI (Tradicional)		100,00%		
Renda Variável	70%	0,00%	0,00%	0,00%
Estruturado	20%	0,00%	0,00%	0,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com participantes	15%	0,00%	0,00%	0,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%	0,00%

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.
Renda Fixa	INPC + 4,50% a.a.	INPC + 4,50% a.a.
Renda Variável	-	-
Estruturado	-	-
Exterior	-	-
Imobiliário	-	-
Operações com Participantes	-	-

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está, evidentemente, sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta de rentabilidade reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados pelo ALEPEPREV – rentabilidade esta que, normalmente, apresenta menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do PGA.

### **3. Avaliação e Controle de Riscos**

No processo de gestão do PGA, foram identificados os seguintes riscos:

- Risco Integrado;
- Risco de Mercado;
- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;
- Risco de Terceirização;
- Risco Legal;
- Risco Sistêmico;
- Risco de Investimentos Estruturados; e
- Risco de Gestão.

Estes riscos são avaliados, controlados e monitorados constantemente pelo ALEPEPREV conforme os critérios estabelecidos na Política de Investimentos do PGA.

Outros riscos que eventualmente venham a ser identificados são tratados no próprio processo de controles internos da Entidade.

A seguir são analisadas as Alocações dos Recursos, as Vedações, os Limites e Restrições Específicas do PGA, o Risco de Crédito e os Custos das Taxas de Administração e de Performance dos fundos investidos, as quais encontram-se em conformidade com o estabelecido na Política de Investimentos – 2022:

## Alocações dos Recursos

Recursos Garantidores (em mil R\$)	1º Semestre		2º Semestre	
	Financeiro	Part. (%)	Financeiro	Part. (%)
<b>Segmentos de Aplicação</b>	<b>3.461,32</b>	<b>100%</b>	<b>4.504,54</b>	<b>100%</b>
Renda Fixa	3.461,32	100,00%	4.504,54	100,00%
Renda Variável	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Estruturado	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Imobiliário	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Operações com Participantes	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Exterior	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>Renda Fixa (Art. 21)</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>OK</b>
Total dos recursos em (Inciso I):	59,83%	100,00%	-	0,00%	100,00%	OK
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna (Inciso I, alínea a)	59,83%	-	-	0,00%	100,00%	OK
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos (Inciso I, alínea b)	0,00%	-	-	0,00%	100,00%	OK
Total dos recursos em (Inciso II):	38,94%	80,00%	-	0,00%	80,00%	OK
Ativos financeiros de RF de instituições financeiras autorizadas pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	23,42%	-	-	0,00%	80,00%	OK
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	23,03%	-	-	-	-	-
DPGEs	0,39%	-	-	-	-	-
Poupança	0,00%	-	-	-	-	-
Ativos financeiros de RF de sociedade por ações de capital aberto e cias securitizadoras (Inciso II, alínea b)	15,52%	-	-	0,00%	80,00%	OK
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	-	-	-	-	-
Debêntures	13,36%	-	-	-	-	-
NCEs e CCEs	1,19%	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	0,97%	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF (Inciso II, alínea c)	0,00%	-	-	0,00%	80,00%	OK

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Total dos recursos em (Inciso III):	1,00%	20,00%	-	0,00%	20,00%	OK
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais (Inciso III, alínea a)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País (Inciso III, alínea b)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito (Inciso III, alínea c)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
LH, LCI e LCA	0,00%	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	0,00%	-	-	-	-	-
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso III, alínea d)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB (Inciso III, alínea e)	1,00%	-	-	0,00%	2,00%	OK
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	1,00%	-	-	-	-	-
CCBs e CCCBs	0,00%	-	-	-	-	-
CPR, CRA, CDCA e WA (Inciso III, alínea f)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Demais ativos (§ 3º)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	OK
Conjunto de ativos financeiros listados nos incisos II e III (§ 1º)	39,94%	80,00%	-	0,00%	80,00%	OK
Ativos transitórios RF	0,00%	-	-	-	-	-
Caixa e disponível	0,25%	-	-	-	-	-
Provisões, despesas e passivos	-0,02%	-	-	-	-	-
Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,00%	-	-	-	-	-

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>Renda Variável (Art. 22)</b>	<b>0,00%</b>	<b>70,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>OK</b>
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial (Inciso I)	0,00%	70,00%	-	0,00%	0,00%	OK
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial (Inciso II)	0,00%	50,00%	-	0,00%	0,00%	OK
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III (Inciso III)	0,00%	10,00%	-	0,00%	0,00%	OK
Ouro físico (Inciso IV)	0,00%	3,00%	-	0,00%	0,00%	OK
Opções	0,00%	-	-	-	-	-

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetiva	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>Estruturado (Art. 23)</b>	<b>0,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>OK</b>
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP (Inciso I, alínea a)	0,00%	15,00%	-	0,00%	0,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM (Inciso I, alínea b)	0,00%	15,00%	-	0,00%	0,00%	OK
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso (Inciso I, alínea c)	0,00%	15,00%	-	0,00%	0,00%	OK
Certificado de Operações Estruturadas - COE (Inciso II)	0,00%	10,00%	-	0,00%	0,00%	OK

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>Imobiliário (Art. 24)</b>	<b>0,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>OK</b>
Total dos recursos em:	0,00%	20,00%	-	0,00%	0,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII (Inciso I)	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	OK
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (Inciso II)	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	OK
Células de crédito imobiliário - CCI (Inciso III)	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	OK
Estoques Imobiliários*	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	OK

\* Art. 37, § 5º. A EFPC pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>Operações com Participantes (Art. 25)</b>	<b>0,00%</b>	<b>15,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>OK</b>

Subcategorias de Alocação	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
<b>Exterior (Art. 26)</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>OK</b>
Total dos recursos em:	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	OK
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa" (Inciso I)	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	OK
Cotas de fundos de índice do exterior (Inciso II)	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	OK
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" - 67% (Inciso III)	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	OK
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (Inciso IV)	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	OK
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível I (Inciso V)	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	OK
Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1" (Inciso V)	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	OK
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais (Inciso VI)	0,00%	-	-	0,00%	0,00%	OK
Ativos transitórios Exterior	0,00%	-	-	-	-	-

No encerramento do 2º Semestre de 2022, os investimentos do PGA apresentavam-se em conformidade em relação aos Artigos 21 ao 26 da Resolução CMN nº 4.994 e com os limites inferiores e superiores definidos na Política de Investimentos.

Limites de Alocação por plano	Maior (%) Observado	Limite Legal	Limite Plano	Status
<b>Emissores (Art. 27)</b>				
Tesouro Nacional (Inciso I)	59,83%	100,00%	100,00%	OK
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen (Inciso II)	5,98%	20,00%	20,00%	OK
Demais Emissores	1,13%	10,00%	10,00%	OK

No encerramento do 1º Semestre de 2022, o PGA estava em conformidade com os limites de alocação por emissor conforme estabelecidos pelo Art. 27 da Resolução CMN nº 4.994 e com os limites definidos segundo a Política de Investimentos.

A seguir foram analisados os percentuais de títulos depositados com margem requerida e o percentual gasto com compra de opções, a partir dos dados brutos coletados nos arquivos XMLs de posição para cada veículo de investimento e constatamos que estão:

- Em conformidade com o proposto no inciso V do Art. 30 da Resolução CMN 4.994. Depósito de margem requerida limitado a 15% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações aceitos pela Clearing;
- Em conformidade com o proposto no inciso VI do Art. 30 da Resolução CMN 4.994. Valor total dos prêmios de opções pagos limitados a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Descrição	Total Plano	Limite Legal	Maior Observado	Veículo de Investimentos com Maior limite observado.	Status
Depósito em Margem	0,00%	15,00%*	0,00%	-	OK
Prêmios Opções	0,00%	5,00%	0,00%	-	OK

\* Art. 30, Inciso V refere-se a margem requerida limitada a 15%, tal informação não encontra-se disponível no arquivo XML. Eventuais dúvidas deverão ser direcionadas ao administrador/gestor do fundo.



Conforme apresentado na tabela acima, tanto o PGA quanto os veículos de investimento estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.994.

## Vedações

Requisitos e Vedações	Status
Realizar operações de compra e venda , ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos de uma mesma EFPC (Inciso I)	-
Realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras (Inciso II)	-
Aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas (Inciso III)	OK
Aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas (Inciso IV)	OK
Aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedade por ações de capital fechado (Inciso V)	OK
Realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão (Inciso VI) <sup>1</sup>	OK
Derivativos a descoberto (Inciso VII, alínea a)	OK
Aplicar em veículos que gerem possibilidade de perda superior ao PL (Inciso VII, alínea b) <sup>2</sup>	OK
Operações day-trade (Inciso VIII) <sup>3</sup>	-
Aplicar recursos no exterior por meio da carteira própria ou administrada (Inciso IX)	OK
Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma (Inciso X)	-

Requisitos e Vedações	Status
Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros (Inciso XI) <sup>4</sup>	OK
Atuar como incorporadora, de forma direta ou indireta (Inciso XII)	-
Adquirir terrenos e imóveis (Inciso XIII)	-
Aplicar em ativos sem ISIN (Art. 18)	OK
Fundos em desacordo com os limites de derivativos (Art. 30)	OK
Derivativos sem garantia (Art. 30, Inciso IV)	OK
Aplicar em ativos ou modalidades não previstas na Resolução CMN nº 4.994 e alterações posteriores	OK

<sup>1</sup>Exceto nos casos de distribuição pública, exercício do direito de preferência, conversão de debêntures em ações, exercício do bônus de subscrição, casos previstos em regulamentação estabelecida pela SPC e demais casos expressamente previstos na Resolução CMN nº 4.994 e alterações posteriores;

<sup>2</sup>Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos, portanto, consideraremos enquadrados nesse quesito os fundos que possuem vedação a esse tipo de operação em seu regulamento;

<sup>3</sup>Através dos arquivos que recebemos, não é possível identificar se houve, ou não, operações de day trade. Tal conferência deve ser realizada pelo administrador de cada um dos fundos;

<sup>4</sup>Será considerado o somatório dos mesmos ativos informados no arquivo XML para resultado final da operação.

Conforme apresentado nas tabelas acima, no encerramento do 2º Semestre de 2022, o PGA da EFPC apresentava-se em conformidade em relação aos requisitos dos ativos e vedações da Resolução CMN nº 4.994.

## Limites e Restrições Específicas do Plano

Descrição	Limite Plano	Status
Alocação em ativos da patrocinadora e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora	0,00%	OK
Realização de investimentos em Parcerias Público-Privadas (PPPs)	0,00%	OK
Realização de investimento em títulos de emissão de governos estaduais ou municipais	0,00%	OK
Realização de investimentos em papéis securitizados pelo Tesouro Nacional	0,00%	OK
Realização de investimentos em TDAs e Moedas de Privatização	0,00%	OK
Aquisições de títulos classificados como grau especulativo	0,00%	OK

No fechamento do 2º Semestre de 2022, o PGA do ALEPEPREV estava de acordo com os limites e restrições específicas da Política de Investimentos.

## Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito visa mitigar a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, resultando em prejuízo ao plano.

É preciso verificar se a emissão ou emissor possui rating por pelo menos uma das agências classificadoras de risco, e se a nota é, de acordo com a escala da agência no mercado local, igual ou superior às faixas classificadas como “Investimento” a seguir:

TABELA DE RATINGS							
Faixa	Fitch	S&P	Moody's	Liberum	Austin	Grau	
1	AAA (bra)	brAAA	AAA.br	AAA	brAAA	Investimento	
2	AA+ (bra)	brAA+	Aa1.br	AA+	brAA+		
	AA (bra)	brAA	Aa2.br	AA	brAA		
	AA- (bra)	brAA-	Aa3.br	AA-	brAA-		
3	A+ (bra)	brA+	A1.br	A+	brA+		
	A (bra)	brA	A2.br	A	brA		
	A- (bra)	brA-	A3.br	A-	brA-		
4	BBB+ (bra)	brBBB+	Baa1.br	BBB+	brBBB+		
	BBB (bra)	brBBB	Baa2.br	BBB	brBBB		
	BBB- (bra)	brBBB-	Baa3.br	BBB-	brBBB-		
5	BB+ (bra)	brBB+	Ba1.br	BB+	brBB+		Especulativo
	BB (bra)	brBB	Ba2.br	BB	brBB		
	BB- (bra)	brBB-	Ba3.br	BB-	brBB-		
6	B+ (bra)	brB+	B1.br	B+	brB+		
	B (bra)	brB	B2.br	B	brB		
	B- (bra)	brB-	B3.br	B-	brB-		
7	CCC (bra)	brCCC	Caa.br	CCC	brCCC		
	CC (bra)	brCC	Ca.br	CC	brCC		
	C (bra)	brC	C.br	C	brC		
8	D (bra)	brD	D.br	D	brD		

Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- Aplicações em DPGE (Depósitos a Prazo com Garantia Especial) serão sempre consideradas como “Grau de Investimento”, desde que sejam respeitados os limites de cobertura de R\$ 40 milhões do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) por instituição;
- Se não houver rating válido atribuído, o ativo será classificado como Grau Especulativo.

A alocação em títulos com risco de crédito é monitorada com base nos seguintes limites:

<b>Categoria de Risco</b>	<b>% Observado</b>	<b>Limite</b>	<b>Status</b>
Grau de investimento + grau especulativo	39,94%	50,00%	OK
Grau especulativo	0,58%	10,00%	OK

## Custos

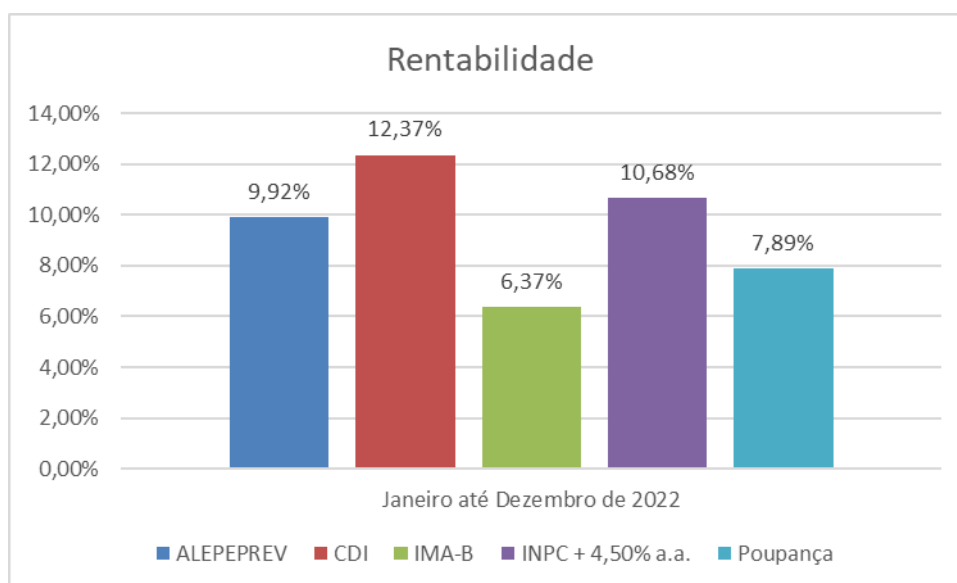
### Taxas de administração e performance dos fundos investidos

<b>Fundo / veículos de investimentos</b>	<b>Taxa de Administração</b>	<b>Taxa de Performance</b>
SANTANDER RF REF. DI INSTIT. PREMIUM FIC FUNDOS	0,20%	-

## Resultados dos Investimentos do Plano ALEPEPREV

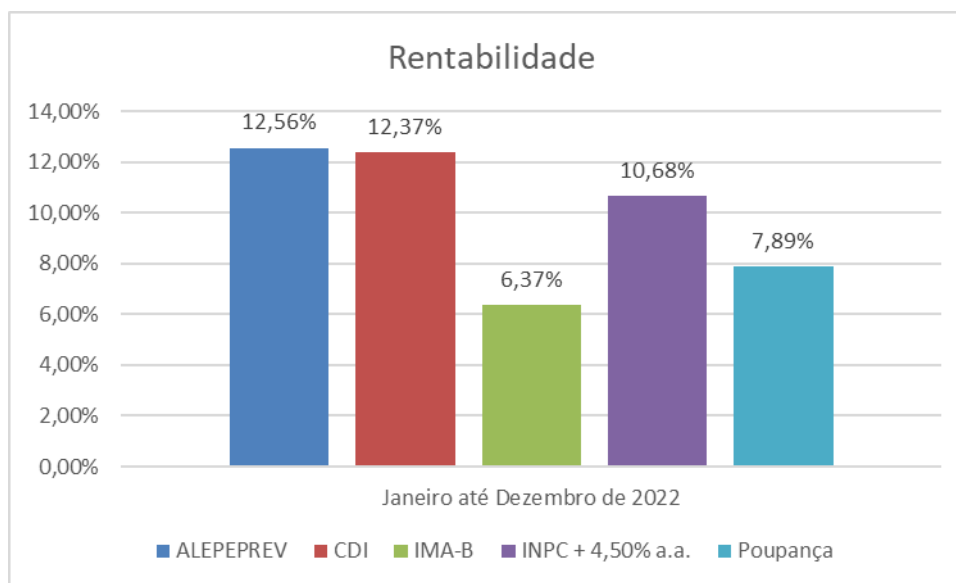
O Plano de Benefícios do ALEPEPREV obteve em 2022 um retorno de 9,92%, contra 12,37% da taxa CDI e 7,89% da Poupança, porém, não conseguiu superar a sua meta de investimentos definida pela Política de Investimentos (INPC + 4,5% ao ano) cujo resultado foi de 10,68%.

### Rentabilidade Plano de Benefícios



O Plano de Gestão Administrativa – PGA superou o CDI, ficando 1,88% acima do índice, conforme poderá ser constatado no gráfico abaixo:

### Rentabilidade Plano de Gestão Administrativa – PGA



### Rentabilidade Anual do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa – PGA no Período de 2009-2022

#### Plano de Benefícios

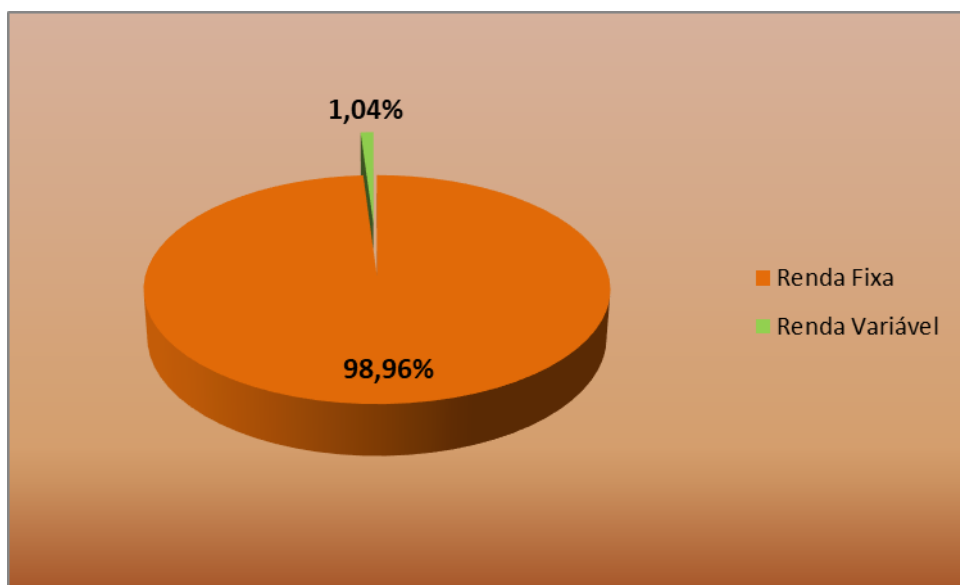
Ano	Plano	Meta de Retorno	Poupança
2009	9,56%	10,36%	7,09%
2010	11,76%	12,85%	6,81%
2011	14,81%	12,44%	7,50%
2012	26,36%	12,57%	6,58%
2013	-9,07%	10,84%	6,38%
2014	12,79%	11,01%	7,08%
2015	10,22%	16,28%	8,07%
2016	19,01%	11,36%	8,30%
2017	11,08%	6,60%	6,61%
2018	8,13%	8,05%	4,62%
2019	10,62%	9,20%	4,26%
2020	3,46%	10,17%	2,11%
2021	2,98%	15,10%	2,99%
2022	9,92%	10,68%	7,89%

## Plano de Gestão Administrativa - PGA

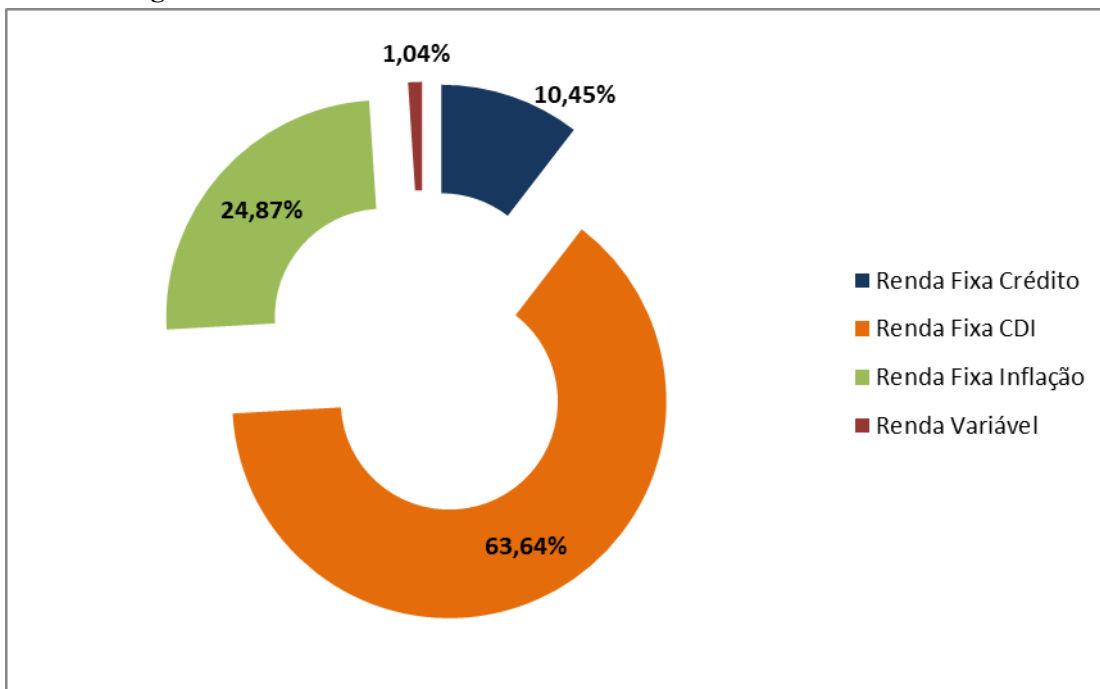
Ano	PGA	Meta de Retorno	Poupança
2009	**	**	**
2010	11,85%	12,85%	6,81%
2011	14,84%	12,44%	7,50%
2012	11,65%	12,57%	6,58%
2013	8,08%	10,84%	6,38%
2014	10,95%	11,01%	7,08%
2015	13,48%	16,28%	8,07%
2016	14,14%	11,36%	8,30%
2017	10,17%	6,60%	6,61%
2018	6,35%	8,05%	4,62%
2019	5,82%	9,20%	4,26%
2020	2,10%	10,17%	2,11%
2021	5,01%	15,10%	2,99%
2022	12,56%	10,68%	7,89%

Os recursos do Plano de Benefícios estão alocados nos segmentos de Renda Fixa (98,96%) e Renda Variável (1,04%), sendo que na Renda Fixa além da segregação por fundos e gestores, estão desmembrados por estratégia, sendo: Renda Fixa Tradicional (63,64%), Renda Fixa Inflação (24,87%) e Renda Fixa Crédito (10,45%).. Dessa forma, podemos dividir assim a carteira:

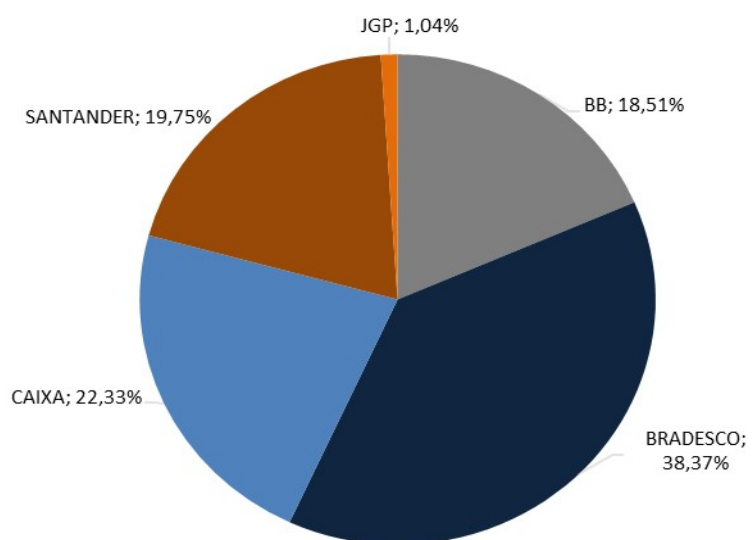
### Por Segmentos:



**Por Estratégia:**



**Total de Investimentos do Plano ALEPEPREV por Gestor**



### Carteira de Investimentos – Plano ALEPEPREV – Posicionada em 30/12/2022

NOME DO GESTOR	NOME DO FUNDO DE INVESTIMENTOS	SALDO ATUAL	% APLICADO
<b>RENDA FIXA</b>			
BRADESCO	BRADESCO INSTIT. FIC FI RF IMA-B e BRADESCO TARGET I	19.849.912,28	38,37%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	FI CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF LP, FI CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RF LP e FI CAIXA BRASIL RF REF. DI LP	11.565.852,70	22,33%
BANCO DO BRASIL	BB INSTITUCIONAL FI RF	9.574.724,23	18,51%
SANTANDER	SANTANDER RF REF. DI INSTIT. PREMIUM FIC FUNDOS e SANTANDER RF CRÉD PRIV CRESCIMENTO INSTIT. FI LP	10.215.788,91	19,75%
<b>RENDA VARIÁVEL</b>			
JGP	JGP INSTITUCIONAL FIA	538.430,36	1,04%
<b>TOTAL CARTEIRA INVESTIMENTOS - PLANO ALEPEPREV</b>		<b>51.744.708,48</b>	<b>100%</b>

### Carteira de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa – Posicionada em 30/12/2022

NOME DO GESTOR	NOME DO FUNDO DE INVESTIMENTOS	SALDO ATUAL	% APLICADO
SANTANDER	SANTANDER RF REF. DI INSTIT. PREMIUM FIC FUNDOS	4.493.239,73	100%

### Fundo Previdencial

A partir da aprovação da alteração regulamentar pela PREVIC, que se deu no dia 30/04/2015, os eventuais saldos remanescentes na Conta Individual passaram a ser transferidos para o Fundo Previdencial.

Os recursos destinados ao Fundo Previdencial estão investidos 100% (cem por cento) no segmento de Renda Fixa em um fundo de investimentos da Caixa Econômica Federal, CAIXA FI BRASIL DI LP.

<b>NOME DO GESTOR</b>	<b>NOME DO FUNDO DE INVESTIMENTOS</b>	<b>SALDO ATUAL</b>	<b>% APLICADO</b>
Caixa Econômica Federal	CAIXA FI BRASIL DI LP	16.346,44	100%

As alocações dos investimentos do Plano ALEPEPREV e do Plano de Gestão Administrativa – PGA estão em conformidade com as estratégias e as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos e na legislação em vigor.

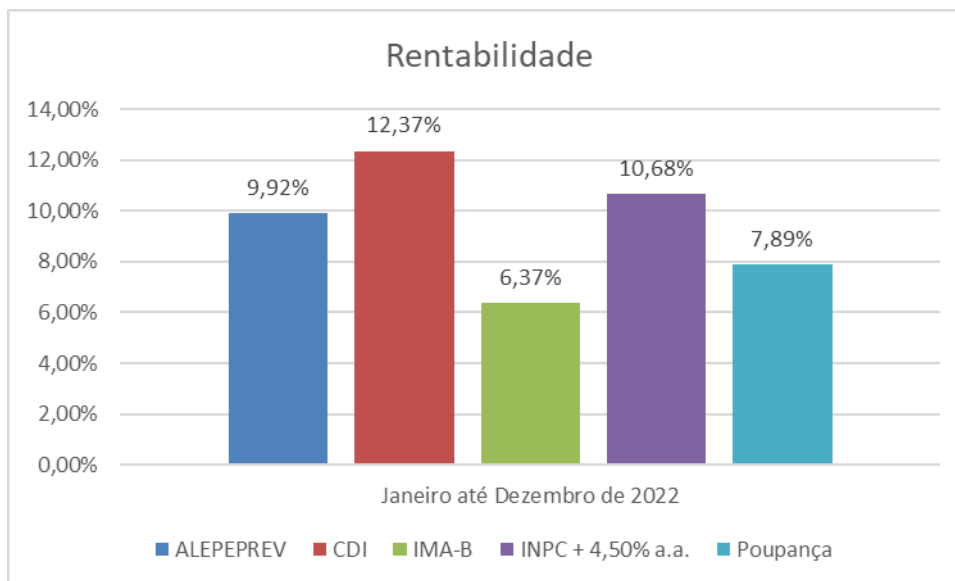
A maior preocupação do ALEPEPREV, diante do atual cenário, consiste na manutenção do equilíbrio atuarial do Plano de Benefícios, através de investimentos com boas perspectivas de rentabilidade para um nível de risco considerável aceitável ao perfil dos Participantes da Entidade.

## **Rentabilidade dos Planos**

### **Plano de Benefícios**

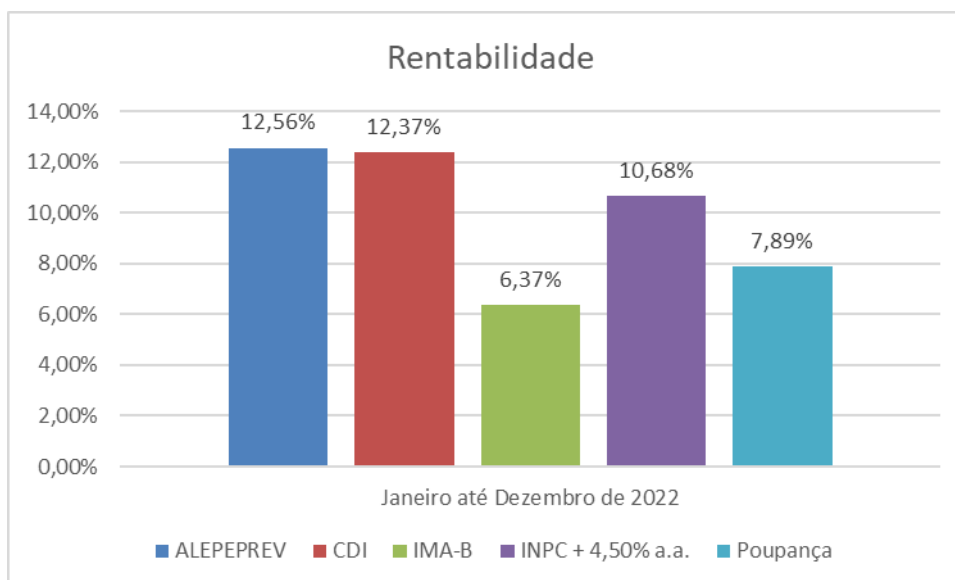
O Plano de Benefícios do ALEPEPREV obteve em 2022 um retorno de 9,92%, contra 12,37% da taxa CDI e 7,89% da Poupança, porém, não conseguiu superar a sua meta de investimentos definida pela Política de Investimentos (INPC + 4,5% ao ano) cujo resultado foi de 10,68%.





### Plano de Gestão Administrativa – PGA

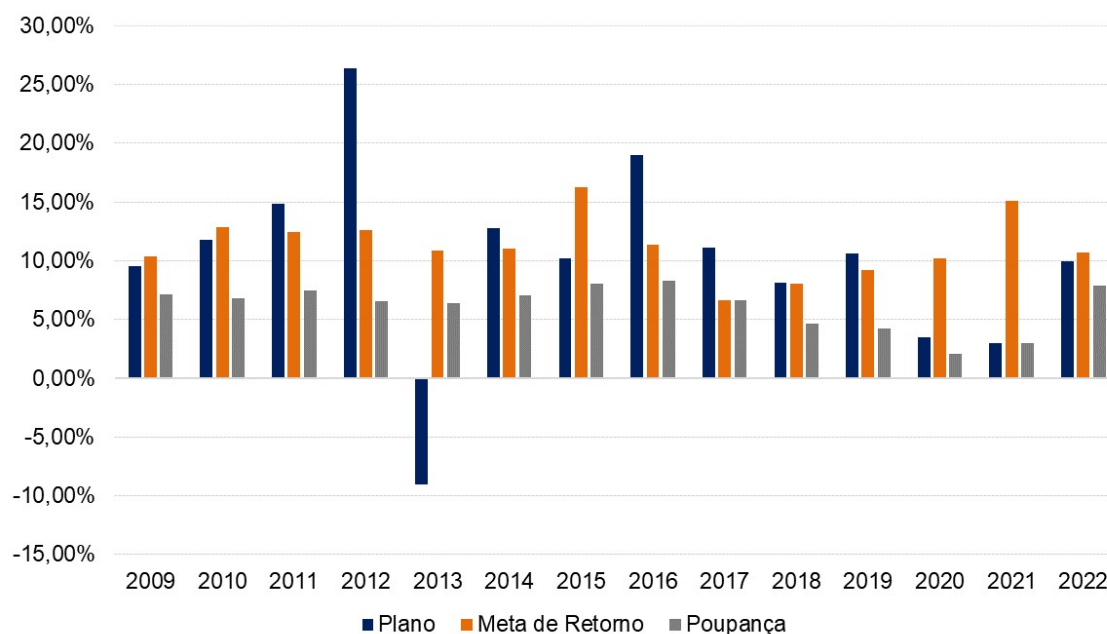
O Plano de Gestão Administrativa – PGA superou o CDI, ficando 1,88% acima do índice, conforme poderá ser constatado no gráfico abaixo:



**Rentabilidade Anual do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa –  
PGA no Período de 2009-2022**

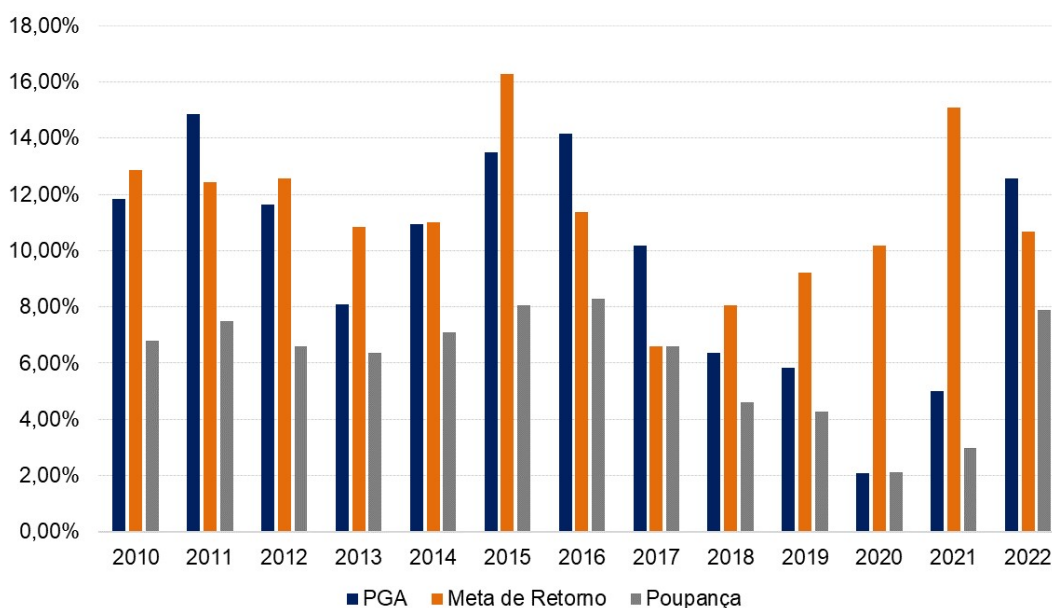
**Plano de Benefícios**

Ano	Plano	Meta de Retorno	Poupança
2009	9,56%	10,36%	7,09%
2010	11,76%	12,85%	6,81%
2011	14,81%	12,44%	7,50%
2012	26,36%	12,57%	6,58%
2013	-9,07%	10,84%	6,38%
2014	12,79%	11,01%	7,08%
2015	10,22%	16,28%	8,07%
2016	19,01%	11,36%	8,30%
2017	11,08%	6,60%	6,61%
2018	8,13%	8,05%	4,62%
2019	10,62%	9,20%	4,26%
2020	3,46%	10,17%	2,11%
2021	2,98%	15,10%	2,99%
2022	9,92%	10,68%	7,89%



## Plano de Gestão Administrativa – PGA

Ano	PGA	Meta de Retorno	Poupança
2009	**	**	**
2010	11,85%	12,85%	6,81%
2011	14,84%	12,44%	7,50%
2012	11,65%	12,57%	6,58%
2013	8,08%	10,84%	6,38%
2014	10,95%	11,01%	7,08%
2015	13,48%	16,28%	8,07%
2016	14,14%	11,36%	8,30%
2017	10,17%	6,60%	6,61%
2018	6,35%	8,05%	4,62%
2019	5,82%	9,20%	4,26%
2020	2,10%	10,17%	2,11%
2021	5,01%	15,10%	2,99%
2022	12,56%	10,68%	7,89%



A maior preocupação do ALEPEPREV consiste na manutenção do equilíbrio atuarial do Plano de Benefícios, através de investimentos com boas perspectivas de rentabilidade para um nível de risco considerável aceitável ao perfil dos Participantes e Assistidos da Entidade.

## GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

### Despesas do Plano de Gestão Administrativa - PGA

O Plano de Gestão Administrativa tem por objetivo obter recursos destinados para o pagamento das suas respectivas despesas.

Em cumprimento ao disposto no Inciso V do Artigo 3º da Resolução CGPC nº 23/2006, combinado com o Artigo 17 da Resolução CGPC nº 13/2004, apresentamos a seguir de forma segregada, os gastos com pessoal, serviços de terceiros, despesas gerais, impostos e tributos, custos dos investimentos (serviços de consultoria) e Custódia.

Vale ressaltar que conforme determinação do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV, constante da Ata da Segunda Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de março de 2021, bem como, em cumprimento ao Artigo 6º da Resolução CGPC nº 29/2009, a Entidade deverá observar como limite das despesas administrativas, à taxa de carregamento de até 9% (nove por cento).

Durante os exercícios sociais de 2022 e 2021, foram apuradas as seguintes despesas:

	R\$ MIL	
Despesas Administrativa	2022	2021
<b>A. Pessoal</b>	<b>1.112</b>	<b>796</b>
Remuneração de Pessoal	650	465
Encargos Trabalhistas	463	331
<b>B. Serviços de Terceiros</b>	<b>210</b>	<b>193</b>
Consultoria Atuarial	22	22
Consultoria Contábil	33	30
Informática	135	122
Gestão / Planejamento Estratégico	10	9
Auditoria Contábil	10	10
<b>C. OUTRAS</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
Outras	12	6
<b>D. Despesas Gerais</b>	<b>6</b>	<b>12</b>
Cartoriais	3	6
Entidade de Classe - ABRAPP/SINDAPP	2	2
Tarifa Bancária	2	4
<b>E. Impostos/ Tributos</b>	<b>98</b>	<b>27</b>
Pis Administrativo	13	3
Cofins Administrativo	79	18
TAFIC	5	5
CIM	1	1
<b>F. Serviços de Terceiros - Investimentos</b>	<b>73</b>	<b>60</b>
Consultoria de Investimentos	73	60
<b>G. Custódia</b>	<b>11</b>	<b>10</b>
Custódia - Fundo Referenciado	11	10
<b>Total (A+B+C+D+E+F+G)</b>	<b>1.523</b>	<b>1.098</b>

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PARECERES

As Demonstrações Contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira, assim, proporciona aos participantes, órgãos fiscalizadores e demais interessados, uma visão precisa sobre o desempenho da entidade e a atuação da administração em face dos deveres e responsabilidades na gestão dos recursos que lhe foram confiados.

## Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, foram auditadas pela empresa PHF Auditores Independentes S/S e aprovadas pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo e contemplam as seguintes informações:

### 1) Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, no exercício social, a posição patrimonial e financeira da Entidade.

Podemos constatar, através do Balanço Patrimonial, que as obrigações atuariais e administrativas estão totalmente lastreadas pelos ativos nos exercícios sociais de 2022 e 2021:

		R\$ Mil			
ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>296</b>	<b>31</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>2.513</b>	<b>183</b>
			Gestão Previdencial	113	69
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>56.309</b>	<b>48.788</b>	Gestão Administrativa	2.400	113
Gestão Previdencial	23	18			
Gestão Administrativa	48	36	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>INVESTIMENTO</b>	<b>56.238</b>	<b>48.733</b>	Gestão Administrativa	0	0
Fundos de Investimento	56.238	48.733			
			<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>54.092</b>	<b>48.637</b>
			Patrimônio de Cobertura do Plano	51.812	45.842
			Provisões Matemáticas	51.812	45.842
			Benefício Concedidos	4.931	5.567
			Benefício a Conceder	46.880	40.275
			<b>Fundos</b>	<b>2.280</b>	<b>2.795</b>
			Fundos Previdenciais	128	1.102
			Fundos Administrativo	2.152	1.693
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>56.605</b>	<b>48.819</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>56.605</b>	<b>48.819</b>

## 2) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social /DMPS

A Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) consolidada destina-se   evidenciac o das alterac es do patrimônio social consolidado da Entidade, e discrimina:

- O saldo do patrimônio social no início do exercício;
- As transac es que aumentam o patrim nio social (adiç es);
- As transac es que diminuem o patrim nio social (deduç es);
- Os acr scimos e decr scimos no patrim nio social; e
- As constituic es de fundos administrativos e de investimentos.

		R\$ Mil		
DESCRIÇÃO		2022	2021	Variação (%)
<b>A) Patrim�nio Social - início do exercício</b>		<b><u>48.637</u></b>	<b><u>46.956</u></b>	<b><u>3,58%</u></b>
<b>1. Adiç�es</b>		<b><u>11.145</u></b>	<b><u>5.338</u></b>	<b><u>108,80%</u></b>
(+)	Contribuiç�es Previdenciais	4.015	3.729	7,67%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.158	1.166	342,25%
(+)	Receitas Administrativas	1.803	355	408,48%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	168	88	90,23%
(+)	Reversão L�quida de Conting�ncias - Gestão Administrativa			
<b>2. Destinaç�es</b>		<b><u>-5.690</u></b>	<b><u>-3.656</u></b>	<b><u>55,61%</u></b>
(-)	Benefícios	-2.412	-2.259	6,77%
(-)	Resgates	-334	-310	7,83%
(-)	Outras Destinaç�es	-1.432	0	0,00%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	0	0,00%
(-)	Despesas administrativas	-1.512	-1.088	39,02%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa			
(-)	Constituic�o L�quida de Conting�ncia - Gestão administrativa	0	0	0,00%
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Patrim�nio Social (1+2)</b>		<b><u>5.455</u></b>	<b><u>1.681</u></b>	<b><u>224,47%</u></b>
(+/-)	Provis�es Matemáticas	5.970	1.883	216,99%
(+/-)	Fundos Previdencial	-974	443	-320,01%
(+/-)	Fundos Administrativos	459	-645	-171,18%
<b>5. Operaç�es Transit�rias</b>		<b><u>0</u></b>	<b><u>0</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>B) Patrim�nio Social - final do exercício (A+3+4)</b>		<b><u>54.092</u></b>	<b><u>48.637</u></b>	<b><u>11,22%</u></b>

## 3) Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido/DMAL - Plano de Contribuição Definida

A Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) destina-se   evidenciac o das alterac es do ativo líquido do plano de benefícios, e discrimina:

- O saldo do ativo líquido no início do exercício;
- As adições do ativo líquido;
- As deduções do ativo líquido;
- Os acréscimos e decréscimos no ativo líquido; e
- As constituic es de fundos administrativos e de investimentos

				R\$ Mil
DESCRIÇÃO		2022	2021	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>		<b>46.944</b>	<b>44.618</b>	<b>5,21%</b>
<b>1. Adições</b>		<b>9.540</b>	<b>5.244</b>	<b>81,93%</b>
(+)	Contribuições	4.382	4.078	7,44%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.158	1.166	342,25%
<b>2. Destinações</b>		<b>-4.544</b>	<b>-2.919</b>	<b>55,68%</b>
(-)	Benefícios	-2.412	-2.260	6,72%
(-)	Resgates	-334	-310	7,83%
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	0	0,00%
(-)	Custeio administrativo	-366	-349	4,95%
(-)	Outras Destinações	-1.432	0	0,00%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>		<b>4.996</b>	<b>2.326</b>	<b>114,79%</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	5.970	1.883	216,99%
(+)	Fundos Previdenciais	-974	443	-320,01%
<b>5. Operações Transitórias</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>		<b>51.940</b>	<b>46.944</b>	<b>10,64%</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>		<b>2.152</b>	<b>1.693</b>	<b>27,10%</b>
(+/-)	<b>Fundos Administrativos</b>	<b>2.152</b>	<b>1.693</b>	<b>27,10%</b>

#### 4) Demonstrações do Ativo Líquido/DAL – Plano de Contribuição Definida

A Demonstração do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do plano de benefícios que compõem o Ativo Líquido do plano Previdencial ALEPEPREV, e discrimina:

- Os saldos dos grupos de contas do ativo;
- Os saldos dos grupos de contas do passivo (operacional e contingencial); e
- Os saldos dos grupos de contas do patrimônio social.

				R\$ Mil
DESCRIÇÃO		2022	2021	Variação (%)
<b>1. Ativo</b>		<b>54.205</b>	<b>48.704</b>	<b>11,29%</b>
<b>Disponível</b>		284	22	1216,77%
<b>Recebível</b>		<b>2.176</b>	<b>1.712</b>	<b>27,10%</b>
<b>Investimento</b>		<b>51.745</b>	<b>46.971</b>	<b>10,16%</b>
Fundos de Investimento		51.745	46.971	10,16%
<b>2. Obrigações</b>		<b>-113</b>	<b>-68</b>	<b>64,94%</b>
Operacional		-113	-68	64,94%
Contingencial		0	0	0,00%
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>		<b>-2.152</b>	<b>-1.693</b>	<b>27,10%</b>
Fundos Administrativos		-2.152	-1.693	27,10%
<b>4. Resultado a Realizar</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>		<b>51.940</b>	<b>46.944</b>	<b>10,64%</b>
Provisões Matemáticas		51.812	45.842	13,02%
Fundos Previdenciais		128	1.102	-88,41%

## 5) Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa /DPGA

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidada explica a atividade administrativa da EFPC, evidenciando as alterações do fundo administrativo, e discrimina:

- Receitas administrativas do exercício;
- Despesas administrativas, segregadas por administrações Previdencial, de investimentos, assistencial e outras do exercício;
- Resultado negativo dos investimentos;
- Sobras ou insuficiência da gestão administrativa; e
- Constituição ou reversão do fundo administrativo no exercício.

	R\$ Mil		
DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação ( % )
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>1.693</b>	<b>2.338</b>	<b>-27,58%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>1.971</b>	<b>443</b>	<b>344,99%</b>
<b>1.1 Receitas</b>	<b>1.971</b>	<b>443</b>	<b>344,99%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	366	349	4,95%
Receitas Diretas	5	6	-7,18%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	168	88	90,23%
Reversão de Contingências	0	0	0,00%
Outras Receitas	1.432	0	0,00%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>-1.512</b>	<b>-1.088</b>	<b>39,02%</b>
<b>2.1. Administração dos Planos Previdenciais</b>	<b>-1.512</b>	<b>-1.088</b>	<b>39,02%</b>
Pessoal e Encargos	-1.112	-796	39,77%
Serviços de Terceiros	-294	-253	16,04%
Despesas Gerais	-8	-12	-31,50%
Tributos	-97	-26	270,90%
Contingências	0	0	0,00%
<b>3. Constituição/Reversão de Contingencias Administrativas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>459</b>	<b>-645</b>	<b>-171,18%</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>459</b>	<b>-645</b>	<b>-171,18%</b>
<b>8. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)</b>	<b>2.152</b>	<b>1.693</b>	<b>27,10%</b>

## 6) Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios /DPT – Plano de Contribuição Definida

A Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais passivos relativos ao patrimônio de cobertura do plano, e apresenta a composição dos valores comprometidos com o pagamento dos benefícios administrado pela entidade.



DESCRIÇÃO	R\$ Mil		
	2022	2021	Variação ( % )
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4)</b>	<b>52.052</b>	<b>47.012</b>	<b>10,72%</b>
<b>1. Provisão Matemática</b>	<b>51.812</b>	<b>45.842</b>	<b>13,02%</b>
<b>1.1 Benefício Concedidos</b>	<b>4.931</b>	<b>5.567</b>	<b>-11,42%</b>
Benefício Concedidos	4.931	5.567	-11,42%
<b>1.2 Benefício a Conceder</b>	<b>46.880</b>	<b>40.275</b>	<b>16,40%</b>
Contribuição Definida	46.880	40.275	16,40%
Saldo de contas - parcela patrocinador	24.660	21.562	14,37%
Saldo de contas - parcela participantes	22.221	18.713	18,74%
Saldo de contas - parcela Seguradora	-	-	0,00%
<b>1.3 ( - ) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
( - ) Serviço Passado	-	-	0,00%
( - ) Patrocinador(es)	-	-	0,00%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
<b>3. Fundos Previdenciais</b>	<b>128</b>	<b>1.102</b>	<b>-88,41%</b>
3.1. Fundos Previdenciais	128	1.102	-88,41%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>113</b>	<b>68</b>	<b>64,94%</b>
4.1. Gestão Previdencial	113	68	64,94%

# NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas são um conjunto de informações complementares as demonstrações contábeis necessárias ao pleno esclarecimento da situação patrimonial e financeira da entidade. Desse modo, oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nos relatórios contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores em R\$ Mil)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída nos termos da Lei Complementar nº108 e 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, sem fins lucrativos por imposição legal, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, autorizada a funcionar através da Portaria nº 2.591, de 30 de Outubro de 2008, do Ministério da Previdência Social – MPS44000.001842/2008-10.

O ALEPEPREV é administrador do plano na modalidade de Contribuição Definida e possui como Patrocinadoras Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE e o Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de PE - ALEPEPREV. A mesma tem sede na cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco, podendo criar órgãos de representação, para atender exigências legais, através de deliberação do Conselho Deliberativo.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, o ALEPEPREV tem por objeto a constituição e a administração do plano de benefícios de natureza previdenciária, vedando-se terminantemente a assunção de qualquer encargo sem correspondente fonte de custeio. Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições das PATROCINADORAS, dos PARTICIPANTES e dos ASSISTIDOS, recursos financeiros e patrimoniais, de qualquer natureza e origem, que forem destinados ao Plano de Benefícios ou por direito lhe pertencerem, receitas patrimoniais e financeiras, receitas decorrentes de suas atividades, doações, legados, auxílios, frutos civis e outras aquisições de disponibilidades econômicas de qualquer natureza.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o ALEPEPREV não distribui dividendo, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o ALEPEPREV registrou as seguintes quantidades de Participantes e assistidos:

	Quantidade	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos</b>	<b>157</b>	<b>167</b>
<i>Patrocinados</i>	107	110
<i>Autopatrocinados</i>	46	53
<i>Remidos</i>	2	2
<i>Cancelamentos de Inscrição</i>	2	2
<b>Assistidos</b>	<b>32</b>	<b>32</b>
<i>Aposentados</i>	28	27
<i>Assistido Falecido</i>	3	3
<i>Pensionistas</i>	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>189</b>	<b>199</b>

### 1.1. De Natureza Previdenciária

O ALEPEPREV administra o seguinte Plano Previdenciário:

**Plano de Benefícios Previdenciários da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – Plano ALEPEPREV, constituído na modalidade Contribuição Definida – CD**, inscrito sob o nº 2008.0048-56 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, no qual o valor dos benefícios programados é definido com base nas reservas de contribuições acumuladas até a data da concessão.

---

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

As Demonstrações contábeis são apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº. 43, de 6 de agosto de 2021, Instrução PREVIC nº. 44, de 23 de novembro de 2021, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a ITG 2001 (NBC TE 11), e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas às gestões previdenciais e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que

a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (NBC T 19.27).

O ALEPEPREV apresenta mensalmente balancetes do plano de benefícios previdencial, do plano de gestão administrativa e consolidado, segregando os registros contábeis por tipos de gestão, compreendendo a natureza e a finalidade das transações entre Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

Objetivando visualizar a real situação patrimonial e as mutações ocorridas no patrimônio, a escrituração contábil da entidade é feita de forma autônoma, segregando os direitos e obrigações do plano de benefícios, livre e desvinculada das atividades administrativas.

---

### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS**

---

A contabilidade do ALEPEPREV é elaborada por planos de benefícios segregados por tipo de gestão, formando um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas. Os tipos de gestão são: Previdencial e Administrativa. Além disso, é apresentado o fluxo dos investimentos que é comum às duas gestões. As definições seguintes demonstram suas características:

- Gestão Previdencial: registra a atividade precípua e de existência obrigatória em uma EFPC, destinado ao registro contábil dos planos de benefícios de caráter previdenciário.
- Gestão Administrativa: é destinada ao gerenciamento da administração (receitas e despesas administrativas) para a gestão dos planos de benefícios.
- Fluxo dos Investimentos: é destinado ao gerenciamento das aplicações de recursos alocados ao plano previdencial e plano de gestão administrativa da EFPC.

As movimentações entre os Planos, por meio de transferências de recursos, de cobranças e de repasses entre as diferentes naturezas de gastos dos mesmos são efetuadas de acordo com o estabelecido nos normativos legais.

O ALEPEPREV adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes estão evidenciadas em Notas Explicativas, com a qualificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

Os saldos do fluxo financeiro são derivados das variações ocorridas nos tipos de gestão – previdencial, administrativa e fluxo dos investimentos, sendo as entradas e saídas apresentadas em separado.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta.

Os lançamentos contábeis foram registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação dos resultados mensais são computadas as adições, as receitas e as rendas ou variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua afetiva realização, as deduções, as despesas e as deduções ou variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

Os registros relativos às contribuições dos autopatrocinados, vinculados a planos estruturados na modalidade Contribuição Definida, são escriturados com base no regime de caixa, conforme previsão legal apresentada na CNPC nº. 43, de 6 de agosto de 2021. As contribuições dos participantes ativos e da patrocinadora vinculados ao plano estruturado na modalidade Contribuição Definida também são escrituradas com base no Regime de caixa.

---

#### 4. COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DO ATIVO

---

##### 4.1. Disponível

A denominação Disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheque em tesouraria e numerários em trânsito, e apresentaram, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos seguintes:

	R\$ Mil	
Disponível	2022	2021
<b>IMEDIATO</b>	<b>296</b>	<b>31</b>
<b>BANCOS CONTA MOVIMENTO</b>	<b>296</b>	<b>31</b>
Santander - Conta PGA	10	7
Caixa Econômica - Conta Plano Alepeprev	173	23
Caixa Econômica- Conta PGA	1	1
Caixa Econômica - Fundo Previdencial	111	-

##### 4.2. Realizável

###### a) Gestão Previdencial

Registram os recursos a receber referentes às contribuições previdenciais e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ Mil	
Realizável - Gestão Previdencial	2022	2021
<b>CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO</b>	<b>23</b>	<b>18</b>
Autopatrocinados	23	18
<b>Total Recursos a Receber</b>	<b>23</b>	<b>18</b>

## b) Gestão Administrativa

Registram os recursos a receber, despesas antecipadas e depósitos judiciais referentes à gestão administrativa, e apresenta os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, conforme demonstrado a seguir:

Realizável - Gestão Administrativa	R\$ Mil	
	2022	2021
<b>Contribuições Normais no Mês</b>	<b>17</b>	<b>6</b>
Patrocinadora - ALEPE	12	-
Participante	3	3
Autopatrocinados	3	3
<b>Contribuições Para Custeio em Atraso</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Autopatrocinados	1	2
<b>Despesa Antecipada</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Despesa Antecipada	1	0
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>29</b>	<b>29</b>
Depósito Judicial/Recursais	29	29
<b>Total Recursos a Receber</b>	<b>48</b>	<b>37</b>

## c) Investimentos

Registra as aplicações dos recursos no mercado financeiro atualizado até a data do balanço.

### DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Investimentos	R\$ Mil	
	2022	2021
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>4.493</b>	<b>1.762</b>
<b>Referenciado</b>	<b>4.493</b>	<b>1.762</b>
FIC SANTANDER REF DI INSTITUCIONAL PREMIUM	4.493	1.762
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>51.745</b>	<b>46.971</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>51.206</b>	<b>46.386</b>
BB Institucional FI RF	9.575	8.495
Bradesco FI RF IMAB	6.489	6.124
FI Brasil IMAB LP	6.382	6.010
Bradesco FI RF Target I	13.361	11.825
Caixa FI Brasil TP RF LP	5.167	3.807
FI Santander Master RF CP LP	5.408	4.764
FI Brasil REF DI LP	16	1.102
FIC SANTANDER REF DI INSTITUCIONAL PREMIUM	4.807	4.259
<b>Ações</b>	<b>538</b>	<b>585</b>
JGP Institucional FIA	538	585
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>56.238</b>	<b>48.733</b>

A Carteira de Investimentos do ALEPEPREV, conforme demonstrada no quadro acima, apresenta uma boa diversificação dentre os produtos e gestores que lhe são permitidos.

Considerando a posição do fechamento de 2022 observa-se que o Plano de Benefícios investia 98,96% (R\$ 51.206 mil) no segmento de Renda Fixa e 1,04% (R\$ 538 mil) no segmento de Renda Variável.

Conforme previsto no Artigo 71 do Regulamento do Plano ALEPEPREV, eventual saldo remanescente na Conta Individual será destinado ao Fundo Administrativo ou Previdencial, mediante aprovação do Conselho Deliberativo. Foram transferidos para o Custeio o valor de R\$ 1.432 mil no mês de novembro de 2022 conforme Ata 4º DO C.D de 01/11/2022. O valor de R\$ 111 mil ficou em conta corrente, sendo aplicado em janeiro de 2023. Os recursos financeiros, no fechamento de 2022, no valor de R\$ 16 mil, estavam aplicados 100% em Renda Fixa no fundo FI Brasil REF DI LP, tendo como gestor a Caixa Econômica Federal.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA, por sua vez, investe 100% de seus recursos (R\$ 4.493 mil), no segmento de Renda Fixa, através do fundo FIC SANTANDER REF DI INSTITUCIONAL PREMIUM, gerido pelo Santander.

A Renda Fixa da Entidade é segmentada em quatro gestores, a saber: Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco do Brasil e Santander. A alocação em Renda Variável, por sua vez, é feita através da JGP Investimentos, em um fundo com gestão ativa.

---

## 5. COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DO PASSIVO

---

### 5.1. Exigível Operacional da Gestão Previdencial

O Exigível Operacional da Gestão Previdencial possui os seguintes saldos em **R\$ Mil**

Exigível Operacional - Gestão Previdencial	2022	2021
Retenções a Recolher	59	32
Obrigações Contratadas	9	9
Outras Obrigações	45	28
<b>Total do Exigível Operacional</b>	<b>113</b>	<b>69</b>

O Exigível operacional registra obrigações tributárias e valores recebidos dos participantes para cobertura de Risco em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A rubrica Outras Obrigações, registra as provisões das despesas com Custódia e CETIP, as contribuições não recebidas dos autopatrocinados e a taxa de carregamento a serem repassadas ao PGA, apresentando em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os seguintes saldos:

	R\$ Mil	
Outras Obrigações	2022	2021
Custódia e CETIP	3	3
Contribuições não Recebidas dos Autopatrocinados	23	18
Taxa de Carregamento	19	7
<b>Total de Outras Obrigações</b>	<b>45</b>	<b>28</b>

## 5.2. Exigível Operacional da Gestão Administrativa

Registra as despesas a pagar relativas à gestão administrativa. É composto pelas provisões e retenções sobre folha de pagamento, provisão de PIS e COFINS e Impostos Retidos que apresentaram em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos seguintes:

	R\$ Mil	
Exigível Operacional - Gestão Administrativa	2022	2021
Salários e Encargos	141	109
Pis/cofins	3	2
Retenções a Recolher	1	1
Outras Exigibilidades	2.255	1
<b>Total do Exigível Operacional</b>	<b>2.400</b>	<b>113</b>

## 5.3. Patrimônio Social

Registra a soma dos recursos para fazer frente a todas as obrigações dos planos de benefícios administrados pelo ALEPEPREV, bem como o Fundo Administrativo, constituído pelas sobras administrativas acrescidas da rentabilidade dos recursos do Plano de Gestão Administrativa e o Fundo Previdencial, criado a partir de 30/04/2015, que é constituído pelo saldo remanescente da conta individual do Participante que antes era destinado ao Fundo Administrativo.

O Patrimônio Social é composto das rubricas a seguir:

- a) **Patrimônio de Cobertura do Plano:** Registra o valor das provisões atuariais correspondentes ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios Previdenciários ALEPEPREV.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos por atuário externo, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, órgão fiscalizador e o próprio ALEPEPREV. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano e emite o seu parecer. A composição Consolidada do Exigível Atuarial, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentou conforme a seguir:



	R\$ Mil	
Patrimônio de Cobertura do Plano	2022	2021
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>51.812</b>	<b>45.842</b>
Benefícios Concedidos	4.931	5.567
Benefícios a Conceder	46.881	40.275
<b>Total do Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>51.812</b>	<b>45.842</b>

As principais premissas atuariais que suportam as provisões matemáticas do mês de dezembro de 2022, data base para a avaliação atuarial, estão apresentadas a seguir:

- Taxa Real Anual de Juros: 4,5% a.a. (quatro e meio por cento ao ano);
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários: 100%;
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios da entidade: 100,00%;
- Taxa de custeio administrativo: 9% incidentes sobre as contribuições normais;
- Indexador do plano (reajuste dos benefícios): INPC/IBGE
- Tábua de mortalidade geral: AT – 83;
- Tábua de mortalidade de inválido: AT – 83.

- b) **Fundo Administrativo:** O fundo administrativo é constituído pela diferença positiva apurada entre receitas e despesas e pelo rendimento de suas aplicações. Seu objetivo é a cobertura das despesas administrativas futuras.

Durante o exercício de 2022 e 2021 ocorreu a seguinte movimentação:

	R\$ Mil	
Fundo Administrativo	2022	2021
Constituição	725	1.016
(+/-)Atualização Financeira	2.877	2.709
<b>Total do Fundo Administrativo</b>	<b>2.152</b>	<b>1.693</b>

- a) **Fundo Previdencial:** A partir da aprovação da alteração regulamentar pela PREVIC, que se deu no dia 30/04/2015, os eventuais saldos remanescentes na Conta Individual passaram a ser transferidos para o Fundo Previdencial através da conta contábil Constituições / Reversões de Fundos. Os recursos destinados ao Fundo Previdencial estão investidos 100% (cem por cento) no segmento de Renda Fixa, em um fundo de investimentos da Caixa Econômica Federal, FI BRASIL REF DI LP. No fechamento de 2022,

conforme quadro abaixo, o saldo do Fundo Previdencial importava no valor de R\$ 128 mil.

	R\$ Mil	
Fundo Previdencial	2022	2021
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	114	1.015
(+/-)Atualização Financeira	14	87
<b>Total do Fundo Previdencial</b>	<b>128</b>	<b>1.102</b>

## 6. MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

### 6.1. Gestão Previdencial

A contabilização dos recursos coletados e utilizados da Gestão Previdencial é efetuada em atendimento ao princípio da competência. Com exceção dos registros às contribuições dos auto patrocinados, participantes ativos e da patrocinadora vinculado ao plano estruturado da modalidade de Contribuição Definida. Os registros são efetuados em conformidade com a Planificação contábil Padrão das EFPC de forma a possibilitar a prestação de informações de natureza estatística, entre outras.

Adições - Registram as contribuições normais de patrocinadores e participantes, contribuições extraordinárias e portabilidades previdenciais oriundas dos participantes referentes ao custeio do plano de benefícios, prevista na adesão ao plano. Em 2022 e 2021 foram apurados os seguintes saldos:

	R\$ Mil	
Adições	2022	2021
<b>Patrocinadoras</b>	<b>1.918</b>	<b>1.786</b>
Normal	1.918	1.786
<b>Participantes</b>	<b>2.465</b>	<b>2.292</b>
<b>Ativos</b>	<b>1.928</b>	<b>1.802</b>
Normal	1.918	1.784
Facultativa	10	18
<b>Assistidos</b>	<b>18</b>	<b>19</b>
Normal	18	19
<b>Autopatrocinados</b>	<b>518</b>	<b>471</b>
Normal	372	418
Facultativa	146	53
<b>BPD</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total de Adições</b>	<b>4.382</b>	<b>4.078</b>

Deduções – As despesas relativas ao plano, como as pensões, aposentadorias, os resgates de participante, os auxílios e as Restituições de Contribuições ao plano. Em 2022 e 2021 foram apurados os seguintes saldos:

<b>Deduções</b>	<b>R\$ Mil</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Pensões</b>	200	203
<b>Resgate</b>	334	310
<b>Aposentadoria Programada</b>	2.211	2.056
<b>Recursos do Fundo Previden cial a Repassar ao PGA</b>	1.432	-
<b>Total de Adições</b>	<b>4.177</b>	<b>2.570</b>

Custeio Administrativo - As despesas administrativas relativas ao Plano são custeadas pelas Patrocinadoras, pelos Participantes e Assistidos nos termos do Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação vigente. Durante os exercícios sociais de 2022 e 2021, o Custeio Administrativo, resultado da aplicação da alíquota de 9% sobre o valor dos recursos coletados, apresentou os seguintes saldos:

<b>Custeio Administrativo</b>	<b>R\$ Mil</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Patrocinadoras</b>	<b>158</b>	<b>147</b>
Sobrecarga Administrativa - Normal	158	147
Transferência Fundo Administrativo	-	-
<b>Participantes</b>	<b>207</b>	<b>201</b>
<b>Ativos</b>	<b>158</b>	<b>147</b>
Sobrecarga Administrativa - Normal	158	147
<b>Assistidos</b>	<b>18</b>	<b>19</b>
Sobrecarga Administrativa - Normal	18	19
<b>Autopatrocinados e Remidos</b>	<b>31</b>	<b>35</b>
Sobrecarga Administrativa - Normal	31	35
<b>Total do Custeio Administrativo</b>	<b>366</b>	<b>348</b>

Resultado dos Investimentos Previdenciais - Registra a transferência de recursos oriundos do Fluxo dos Investimentos decorrente da remuneração dos recursos, observada a participação proporcional da Gestão Previdencial no montante aplicado. Em 2022 e 2021 foram apurados os seguintes saldos:

<b>Investimentos - Previdenciais</b>	<b>R\$ Mil</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Resultado dos Investimentos	5.158	1.166
<b>Total do Resultado dos Investimentos</b>	<b>5.158</b>	<b>1.166</b>

## 6.2. Plano de Gestão Administrativo – PGA

Registra exclusivamente os resultados da gestão administrativa da entidade, não contemplados no plano de benefícios. As contas de resultado do Plano de Gestão Administrativa - PGA estão demonstradas pelo Princípio de competência.

Receitas Administrativas - Representam a soma das importâncias recebidas da Gestão Previdencial para cobertura dos custos administrativos e as Receitas Diretas da Gestão Administrativa. Em 2022 e 2021 foram apurados os seguintes saldos:

	R\$ Mil	
Receitas Administrativas	2022	2021
Correntes	366	349
Outras Receitas Administrativas	1.432	-
Diretas	5	6
<b>Total das Receitas Administrativas</b>	<b>1.803</b>	<b>355</b>

A partir de 2013, as receitas decorrentes das transferências de saldo de Fundo de cotas PATRONAL de ex-participantes, por exigência da PREVIC, passaram a ser contabilizado na conta “Correntes” na Receita Administrativa, já as receitas de pró-labore do contrato firmado com a Zurich e a receita do convênio de cooperação técnica firmado com Banco Santander, que antes eram contabilizados em “Outras” na Receita Administrativa, passou a ser contabilizado como “Diretas” no mesmo grupo de contas.

O valor registrado em outras receitas administrativas no exercício social de 2022 se referem a recursos oriundos do Fundo Previdencial

	R\$ Mil	
Outras - Receita Administrativa	2022	2021
Recursos Oriundos do Fundo Previdencial	1.432	-
<b>Total de Outras Receitas Administrativas</b>	<b>1.432</b>	<b>-</b>

A normatização Contábil atual, instituída pela Instrução Previc nº 31/2020, determina que os depósitos judiciais não sejam atualizados.

Despesas do Plano de Gestão Administrativa - As despesas administrativas da Entidade são registradas de acordo com a natureza, conforme determina a Resolução CNPC 43/2021. Durante os exercícios sociais de 2022 e 2021 foram apuradas as seguintes naturezas de despesas administrativas, registradas por competência contábil.

	R\$ MIL	
Despesas Administrativa	2022	2021
<b>A. Pessoal</b>	<b>1.112</b>	<b>796</b>
Remuneração de Pessoal	650	465
Encargos Trabalhistas	463	331
<b>B. Serviços de Terceiros</b>	<b>210</b>	<b>193</b>
Consultoria Atuarial	22	22
Consultoria Contábil	33	30
Informática	135	122
Gestão / Planejamento Estratégico	10	9
Auditoria Contábil	10	10
<b>C. OUTRAS</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
Outras	12	6
<b>D. Despesas Gerais</b>	<b>6</b>	<b>12</b>
Cartoriais	3	6
Entidade de Classe - ABRAPP/SINDAPP	2	2
Tarifa Bancária	2	4
<b>E. Impostos/Tributos</b>	<b>98</b>	<b>27</b>
Pis Administrativo	13	3
Cofins Administrativo	79	18
TAFIC	5	5
CIM	1	1
<b>F. Serviços de Terceiros - Investimentos</b>	<b>73</b>	<b>60</b>
Consultoria de Investimentos	73	60
<b>G. Custódia</b>	<b>11</b>	<b>10</b>
Custódia - Fundo Referenciado	11	10
<b>Total (A+B+C+D+E+F+G)</b>	<b>1.523</b>	<b>1.098</b>

Resultado dos Investimentos Administrativos - Registra a transferência dos recursos oriundos do Fluxo de Investimentos, decorrentes do resultado positivo ou negativo dos investimentos, observada a participação do plano de Gestão Administrativa no montante aplicado. Durante os exercícios 2022 e 2021 foram apurados os seguintes resultados:

	R\$ Mil	
Investimentos - Administrativo	2022	2021
Resultado dos Investimentos	168	88
<b>Total do Resultado dos Investimentos</b>	<b>168</b>	<b>88</b>

A totalidade do resultado dos investimentos administrativos está evidenciado no Fundo Administrativo, conforme quadro abaixo:

	R\$ Mil	
Fundo Administrativo	2022	2021
Constituição	725	1.016
(+/-)Atualização Financeira	2.877	2.709
<b>Total do Fundo Administrativo</b>	<b>2.152</b>	<b>1.693</b>

### 6.3. Fluxo dos Investimentos

É destinado ao gerenciamento das aplicações dos recursos dos planos previdencial e de gestão administrativa e apresenta os resultados líquidos dos investimentos. As contas de resultados do Fluxo dos Investimentos estão demonstradas pelo Princípio de competência. Os resultados apurados em 2022 e 2021 estão apresentados a seguir:

	<b>R\$ Mil</b>	
<b>Fluxos dos Investimentos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Aplicações em Instituições Financeiras</b>	<b>5.326</b>	<b>1.255</b>
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>5.327</b>	<b>1.255</b>
<b>Referenciado</b>	<b>168</b>	<b>88</b>
Rendas e Variações Positivas	179	98
(-) deduções/variações Negativas	- 11 -	10
<b>Renda Fixa</b>	<b>5.205</b>	<b>1.307</b>
Rendas e Variações Positivas	5.633	2.245
(-) deduções/variações Negativas	- 427 -	938
<b>Ações</b>	<b>47</b>	<b>140</b>
Rendas e Variações Positivas	166	97
(-) deduções/variações Negativas	- 213 -	237
<b>Despesas Diretas</b>	<b>1</b>	
<b>Total da Rentabilidade</b>	<b>5.326</b>	<b>1.255</b>

Resultados transferidos para Outras Gestões - Representa a soma das importâncias transferidas para as demais gestões a título de remuneração dos investimentos, na proporção do montante aplicado, e somou os seguintes valores:

	<b>R\$ Mil</b>	
<b>Fluxos dos Investimentos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Gestão Previdencial	5.158	1.166
Gestão Administrativa	168	88
<b>Total da Rentabilidade</b>	<b>5.326</b>	<b>1.255</b>

---

## **7. GESTÃO DE RECURSOS**

---

A gestão dos investimentos da Gestão Administrativa e da Gestão Previdencial é realizada por meio de segregação real dos ativos.

A partir de 2013, os recursos de investimentos da Gestão Previdencial passaram a ser custodiado através do contrato firmado de prestação de serviço de Custódia e Controladoria pela Caixa Econômica Federal em 23/04/2013, e os recursos estão

aplicados em Fundos de Investimentos de Renda Fixa Inflação, Renda Fixa Tradicional e um pequeno percentual em Renda Variável.

A Gestão Administrativa, a partir de 2014, teve seus recursos custodiados através do Termo Aditivo ao Contrato de Serviços de Custódia e Controladoria pela Caixa Econômica Federal assinado em 15 de janeiro de 2014 e seus recursos estão investidos em sua totalidade no Banco Santander no Fundo de Investimento Referenciado – FicSantander Ref Di Institucional Premium.

---

## 8. LANÇAMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

---

Em atendimento à legislação contábil aplicável ao segmento, as demonstrações devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. O ALEPEPREV, ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, anulou a seguinte operação por apresentar reflexo de duplicidade no patrimônio da Entidade:

		R\$ Mil
Participação no PGA		
Conta Contábil	Nome da Conta	Valor
1.2.2.3.01.00.00.000	Participação no Plano de Gestão Administrativa	2.152
2.3.2.2.02.01.00.000	Participação no Fundo Administrativo - PGA	- 2.152

---

## 9. PARTES RELACIONADAS

---

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 1.297, de 17 de setembro de 2010, aprovou a NBCT 17 (renumerada para NBC TG05 (R3)), com base no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) (IAS 24 do IASB), para tratar da divulgação sobre partes relacionadas. O objetivo principal da norma é assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade do balanço patrimonial e a demonstração do resultado da entidade estar afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com as referidas partes relacionadas.

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar têm por objetivos primordiais a instituição e administração de planos de benefícios complementares ou suplementares à previdência social. Para a realização de seus objetivos, as entidades realizam as seguintes transações recorrentes com as partes relacionadas:

- i) recebimentos de contribuições previdenciárias / administrativas, vertidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos e pagamento de benefícios aos assistidos, em conformidade com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios;
- ii) concessão de empréstimos aos participantes/assistidos, mediante regulamentos próprios; e

iii)pagamentos de remunerações aos empregados, Diretoria Executiva;

No ALEPEPREV são consideradas Partes Relacionadas:

- i) pessoa que possa influenciar de forma relevante as decisões na Fundação, tomadas em conjunto ou individualmente;
- ii) pessoa que exerça cargo de dirigente, membro de conselhos e/ou comitês de assessoramento do Conselho Deliberativo da Fundação ou em uma das empresas patrocinadoras ou instituidoras dos planos administrados pela Fundação;
- iii)pessoa que seja, em relação a quaisquer pessoas mencionadas nos itens (i) e (ii), (a) cônjuge ou companheiro; (b) parente consanguíneo ou por afinidade até o segundo grau, em linha reta ou colateral;
- iv)Considera-se que uma entidade está relacionada com a Fundação se: (a) entidade for empresa patrocinadora ou instituidora de um dos planos administrados pela Fundação; (b) a entidade exercer influência relevante sobre a Fundação; (c) for entidade controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto ou significativamente influenciada, por uma das pessoas identificada nos itens (i) e (ii).

As transações recorrentes com Partes Relacionadas são aquelas que decorrem de transações com patrocinadoras, participantes e assistidos, ou seja, da natureza das atividades da Fundação, cujos relacionamentos se iniciam por intermédios de Convênios de Adesões para oferecimento dos planos administrados pela Entidade, recebimentos de contribuições e pagamentos de benefícios, conforme previstos nos respectivos regulamentos.

Todas as transações recorrentes com partes relacionadas foram registradas nas demonstrações contábeis e estão a seguir detalhadas:

i) Patrocinadores/Instituidores:

- Contribuições Previdenciárias / Administrativas: Podem verter contribuições previdenciárias e administrativas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios por eles patrocinados.

ii) Participantes Ativos/Assistidos:

- Contribuições Previdenciárias / Administrativas: vertidas em conformidade com o regulamento do plano de benefícios;
- Benefícios: podem ser obtidos de acordo com o respectivo regulamento dos planos de benefícios. O valor total das contribuições e dos benefícios encontram-se demonstrados na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos respectivos planos.

iii)Empregados do ALEPEPREV

- Remuneração Global: A remuneração total dos empregados, incluindo salários, encargos e benefícios está apresentada na demonstração do plano de gestão administrativa na composição da rubrica pessoal e encargos.

iv)Diretoria do ALEPEPREV

- Remuneração Global: A remuneração total da Diretoria, incluindo honorários e encargos está apresentada na demonstração do plano de gestão administrativa na composição da rubrica pessoal e encargos.



---

## **10. CNPJ POR PLANO**

---

O Conselho Nacional de Previdência Complementar publicou em 11/12/2018 a Resolução CNPC nº 31/2018, instituindo o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ para que cada plano de benefícios administrado pela EFPC possa ter total independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios, dando com isso uma identidade própria e individualizada em todos os aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos, conforme estabelece a Lei Complementar nº 109 de 29/05/2001, em seu artigo 34 – I-b. O prazo para as EFPC se adequarem à Resolução CNPC nº 31/2018 era inicialmente de três anos, ou seja, em 31/12/2021.

Em 2021, por meio de sua Resolução nº 46, de 01/10/2021, o CNPC prorrogou o prazo de adequação por parte das EFPC para mais um ano, determinando como prazo final para a adequação dos procedimentos visando a adequação operacional do CNPJ nos EFPC o dia 31/12/2022.

Conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 5º da Resolução CNPC 46/2021, “a inscrição no CNPJ não confere personalidade jurídica própria aos planos de benefícios”. A Receita Federal do Brasil emitiu Nota RFB/SUFIS nº 8, de 10/10/2022, relatando que não haverá reflexos na forma de prestação das informações pelas EFPC à Receita Federal do Brasil, haja vista que os leiautes das obrigações acessórias a serem prestadas pelas entidades não exigem o detalhamento de informações por plano de benefício.

A Receita Federal do Brasil, através do Ato Executivo COCAD Nº 4/2022, informou às Entidades Fechadas de Previdência sobre a criação do CNPJ para os planos previdenciais, disponibilizando o número da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Para o plano de benefícios previdenciais administrados pelo ALPEPREV foi criado o seguinte CNPJ pela Receita Federal do Brasil:

CNPJ 48.307.422/0001-30 - PLANO: Plano de Benefícios Previdências da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

A Resolução CNPC nº 56 de 14/12/2022 e a Instrução Previc nº19 de 22/12/2022 definiram como data final para a adequação da estrutura operacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar o dia 30 de junho de 2023.

---

## **11. MUDANÇA DE LEGISLAÇÃO**

---

### **RESOLUÇÃO PREVIC Nº 18, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

A referida resolução consolidou as Instruções Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, Instrução Previc nº 40, de 22 de junho de 2021, Instrução Previc nº 42, de 11 de outubro de 2021 e Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021. A resolução Previc 18/2022 dispõe sobre os procedimentos contábeis, o plano contábil padrão, a função e o

funcionamento das contas e a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e os critérios para a constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

A partir de 1º de janeiro de 2023 as Entidades passarão a classificar os ativos financeiros sujeitos a risco de crédito em ordem crescente de nível de risco e constituir provisões para perdas esperadas, de acordo com os percentuais definidos nos intervalos para cada nível estabelecido na Legislação.

A classificação do ativo de acordo com o risco de crédito será de responsabilidade da Entidade e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas.

A vigência a resolução Previc nº 18/2022 terá início a partir de 1º de janeiro de 2023.

## **NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE – ITG 2001 – ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

A ITG 2001 estabelece critérios e procedimentos específicos para a estruturação das demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, para o registro das operações e das variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotados pelas EFPC, no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade.

O Conselho Federal de Contabilidade atualizou o referido normativo, publicado inicialmente em 22 de janeiro de 2010, visando o alinhamento procedimental com as normatizações contábeis emitidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar e Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A nova letra do normativo passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023, e não trará impacto na política contábil da EFPC.

Recife, 31 de dezembro de 2022.

---

Gildo Dantas Corrêia de Góis  
Diretor Presidente  
CPF nº 019.152.584-72

---

Norma Saraiva Soares  
Contadora  
CRC/MG – 067.665/O - 2  
CPF nº 740.446.996-15

# **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Diretores e Conselheiros da

**Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco - ALEPEPREV Recife – PE**

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do **Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV** em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Instrução PREVIC nº 22/2015 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações Contábeis da Entidade para PREVIC. O relatório deverá conter, entre outras: informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre

detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada
- por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos
- procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e
- respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e,
- com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as
- divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive, quando aplicáveis, as eventuais deficiências significativas nos controles internos que avaliamos durante nossos trabalhos.

Recife – PE, 21 de março 2023.

*PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC-PE – 000680/O-0*

**Hugo Ferreira da Silva Junior**

Contador – CRC-PE – 0011620/O

## **PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL**

### **1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Este parecer atuarial, integrante das Demonstrações Atuariais (DA), é concernente à avaliação atuarial do Plano ALEPEPREV, patrocinado pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE e pelo Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV, e tem por objetivo apresentar nossas considerações nos termos da legislação em vigor, em especial da Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019, estando avaliado na posição de 31/12/2022.

A avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial.

### **2. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA**

A base cadastral foi avaliada pela consultoria atuarial e julgada adequada para a realização da avaliação atuarial. Outras informações foram disponibilizadas em planilhas e em mensagens eletrônicas. Todas as informações são de responsabilidade do ALEPEPREV e relativas à posição de 31/12/2022.

Foram realizados testes de consistência nos dados cadastrais, os quais se mostraram de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante que são de interesse para o estudo atuarial.

Os valores dos saldos de conta que constam da base de dados foram confrontados com os valores efetivamente registrados no balancete e conclui-se que os montantes registrados contabilmente refletem os saldos de conta e contribuições informados na base de dados.

### **3. HIPÓTESES BIOMÉTRICAS, MÉTODO ATUARIAL E REGIME FINANCEIRO**

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial estão relacionados abaixo:

- Taxa Real Anual de Juros: 4,5% a.a;
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários: 100,00%;
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios da entidade: 100,00%;
- Hipóteses sobre gerações futuras de novos entrados: Não considerado;
- Hipótese sobre rotatividade: Nula;
- Tábua de mortalidade geral: AT-83;
- Tábua de mortalidade de inválido: AT-83.

Por se tratar de um plano de contribuição definida, as hipóteses atuariais não têm qualquer efeito no cálculo das provisões matemáticas, pois as mesmas são definidas em função das contribuições aportadas ao plano e dos rendimentos patrimoniais.

Os resultados aqui apresentados foram obtidos com base nos dados cadastrais posicionados em dezembro de 2022 e nas informações contábeis relativas aos saldos de contas extraídas do balancete de dezembro de 2022 encaminhado pelo ALEPEPREV, bem como em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

O plano sob análise é estruturado na modalidade de contribuição definida, nos termos da Resolução CGPC nº 16/2005, para todos os benefícios, inclusive os de

risco. Os benefícios são calculados com base nos saldos da conta benefício e pagos na forma de rendas temporárias ou vitalícias em cotas, sendo que as rendas vitalícias são definidas em função da expectativa de vida do beneficiário ou por prazo determinado.

Os benefícios abrangidos pelo plano são:

- Renda Mensal de Aposentadoria Voluntária;
- Renda Mensal de Aposentadoria por Invalidez Permanente;
- Renda Mensal por Morte de Participante Ativo;
- Renda Mensal por Morte de Participante Assistido.

A entidade mantém, junto à seguradora autorizada a operar no mercado brasileiro, seguro cujo objetivo é reforçar os saldos de conta individual nos casos em que forem concedidos benefícios decorrentes de invalidez e morte. O cálculo do capital segurado é feito conforme determina o art. 45 do regulamento do plano de benefícios, que disciplina a forma de cálculo da Parcela Adicional de Risco (PAR), base para a determinação do seguro. Dessa forma, mesmo para os benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte o plano continua a ser de contribuição definida, cujos benefícios são calculados em função do montante acumulado no saldo de conta individual do participante, incluídas as contribuições da patrocinadora e as respectivas rentabilidades patrimoniais.

#### **4. ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS PARA O REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO EM 2022**

O método atuarial – capitalização financeira – e o regime financeiro – de capitalização para todos os benefícios – encontram-se apropriadamente empregados nas avaliações deste plano de benefícios. Em comparação à avaliação atuarial de 31/12/2021 não ocorreram modificações, seja do método, seja do regime financeiro.

#### **5. ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS, PROVISÕES MATEMÁTICAS E RESULTADO ATUARIAL**

Ativo Líquido do Plano de Benefícios



O Quadro nº 1 demonstra o resultado do ativo líquido do Plano em 31/12/2022.

#### **Quadro N°1– Demonstrativo de Cálculo do Ativo Líquido do Plano**

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>R\$ 56.604.960,56</b>	<b>R\$ 48.818.541,32</b>
Exigível Operacional	R\$ 2.512.990,92	R\$ 181.541,88
Exigível Contingencial	-	-
Fundos Administrativos	R\$ 2.152.404,88	R\$ 1.693.420,90
Fundos Previdenciários	R\$ 127.712,08	R\$ 1.101.614,61
<b>Ativo Líquido</b>	<b>R\$ 51.811.852,68</b>	<b>R\$ 45.841.963,93</b>

Fonte: Balancetes do ALEPEPREV.

Em 31/12/2022, o plano contava com um total de 189 participantes, sendo 157 participantes ativos (ativo autopatrocínio total 46, ativo cancelamento de inscrição 2, ativo comissionado 63, ativo deputado 44 e ativo remido 2), dos quais 95 do sexo masculino e 62 do sexo feminino. O plano ainda conta com 32 assistidos, sendo 28 aposentados, 1 pensionista e 3 assistidos falecido na data-base desta reavaliação atuarial. O tempo médio de contribuição é de 105,5 meses e o tempo médio para a aposentadoria são 136,8 meses.

#### Provisões Matemáticas e Resultado Atuarial

Os valores das provisões matemáticas, do ativo líquido do plano e o resultado atuarial encontram-se detalhados no Quadro nº 2.

#### **Quadro N° 2 – Provisões Matemáticas, Ativo Líquido e Resultado Atuarial do Plano**

<b>Rubrica</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<i>Ativo Líquido do Plano</i>	<i>R\$ 51.811.852,68</i>	<i>R\$ 45.841.963,93</i>
<i>Exigível Atuarial</i>	<i>R\$ 51.811.852,68</i>	<i>R\$ 45.841.963,93</i>
<i>Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos</i>	<i>R\$ 4.931.411,09</i>	<i>R\$ 5.567.259,85</i>
<i>Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder</i>	<i>R\$ 46.880.441,59</i>	<i>R\$ 40.274.704,08</i>

Conforme o Quadro nº 2, as provisões matemáticas do plano ALEPEPREV eram, em 31/12/2022, iguais a R\$ 45.841.963,93, sendo compostas de R\$ 40.274.704,08, relativo às provisões matemáticas de benefícios a conceder, por R\$ 5.567.259,85, referente às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

No balancete de dezembro de 2022 está registrado como saldo do patrimônio de cobertura do plano o montante de R\$ 51.811.852,68, que proporciona cobertura integral das provisões matemáticas do plano de benefícios, demonstrando que o mesmo se encontra em situação atuarial equilibrada.

O plano de benefícios conta, ainda, com saldo registrado na conta de fundos administrativos e previdencial, cujo montante é R\$ 2.152.404,88 e R\$ 127.712,08 respectivamente.

## **6. VARIACÃO DO RESULTADO NO EXERCÍCIO 2021 EM COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR E SUAS CAUSAS**

O quadro nº 3 demonstra as variações dos resultados do Plano.

### **Quadro Nº 3 – Comparativo da Variação do Resultado do Plano entre 31/12/2021 e 31/12/2022**

<b>ITEM</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 51.811.852,68	R\$ 45.841.963,93	13,02%
Benefícios Concedidos	R\$ 4.931.411,09	R\$ 5.567.259,85	(11,42)%

Benefícios a Conceder	R\$ 46.880.441,59	R\$ 40.274.704,08	16,40%
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO	R\$ 51.811.852,68	R\$ 45.841.963,93	13,02%
<b>RESULTADO</b>	-	-	-

As variações ocorridas no exigível atuarial do plano são decorrentes: a) do aporte de contribuições para os saldos de conta durante o exercício de 2022, que ocasiona a elevação das reservas matemáticas de benefício a conceder, que são compostas pelos referidos saldos de conta; b) dos rendimentos patrimoniais incorporados aos saldos de conta em função da rentabilidade patrimonial.

Segundo informações encaminhadas pelo ALEPEPREV, a rentabilidade nominal do Plano de Benefícios no exercício foi igual a 2,69% a.a., não superando a meta de retorno dos investimentos (INPC + 4,5% a.a. = 10,70%).

## 7. COMPARATIVO DOS CUSTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2021 EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

Os custos dos benefícios do plano estão apresentados no Quadro nº 4 e representam os percentuais incidentes sobre os salários-de-contribuição, tendo sido calculados a partir das informações cadastrais enviadas pelo ALEPEPREV.

**Quadro Nº 4 – custos em 31/12/2022 – Taxas médias**

<b>Tipo de Custo</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b><i>Benefícios</i></b>	<b><i>14,13%</i></b>	<b><i>13,80%</i></b>
<i>Programados<sup>1</sup></i>	<i>13,77%</i>	<i>13,40%</i>
<i>Risco (invalidez e morte)<sup>2</sup></i>	<i>0,36%</i>	<i>0,40 %</i>
<i>Extraordinária<sup>3</sup></i>	<b><i>0,00%</i></b>	<b><i>0,00%</i></b>
<b><i>Administrativo<sup>4</sup></i></b>	<b><i>1,31%</i></b>	<b><i>1,30%</i></b>
<b><i>Custo Total</i></b>	<b><i>15,44%</i></b>	<b><i>15,10%</i></b>

Notas: (1) calculado com base nos montantes de contribuições normais e facultativas, de participante e patrocinadora, registrados no cadastro, divididos pelo total dos salários-de-contribuição; (2) calculado com base nos montantes de contribuições de risco, de participantes e patrocinadoras, registrados no cadastro,

divididos pelo total dos salários-de-contribuição; (3) não há mais contribuição extraordinária, pois houve a liquidação do contrato de dívida do serviço passado; (4) calculado com base na taxa de custeio administrativo de 9%, incidente sobre as contribuições normais; (5) para o cálculo dos custos foram usados os valores de contribuição referentes ao ano de 2021.

Os custos dos benefícios decorrentes de invalidez e morte são calculados anualmente pela seguradora contratada com base na Parcela Adicional de Risco (PAR).

No Quadro nº 5 está apresentado o plano de custeio para 2023, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-contribuição. As alíquotas de contribuição dos benefícios programados representam as taxas médias estimadas para o exercício, pois a regra de cálculo da contribuição está definida nos artigos do regulamento do plano de benefícios que tratam do plano de custeio. No caso dos benefícios de risco, as alíquotas de contribuição dependerão dos cálculos a serem efetuados pela seguradora quando da renovação da apólice de seguro que dá suporte financeiro ao custeio dos benefícios decorrentes de invalidez e morte.

**Quadro Nº 5 – Plano de  
custeio para 2023 – Alíquotas  
médias de contribuição**

<b>Tipo de Custeio</b>	<b>Taxas Médias</b>
<b><i>Patrocinadora</i></b>	<b>6,78%</b>
Normal	6,78%
Amortizante	0,00%
<b><i>Participante Ativo</i></b>	<b>8,66%</b>
Normal	8,66%
<b><i>Custeio Total</i></b>	<b>15,44%</b>
Patrocinadora	6,78%
Participante	8,66%

Nota: (1) Os assistidos contribuirão apenas para o custeio administrativo do plano, cuja alíquota de contribuição é resultante da divisão da contribuição administrativa, paga no momento da concessão do benefício, pelo valor do benefício inicial concedido pelo ALEPEPREV; (2) Para 2023 será adotado o custeio administrativo com percentual igual a 9% das receitas de contribuição relativas às contribuições normais.

## **8. EXPOSIÇÕES DO GRUPO DE CUSTEIO AOS RISCOS ATUARIAIS E MEDIDAS ADOTADAS PARA MITIGAÇÃO DOS MESMOS**

Dado que o plano de benefícios está estruturado na modalidade de contribuição definida, o mesmo não se encontra exposto a risco de natureza atuarial.

## **9. NATUREZA DO RESULTADO DO PLANO EM 2022**

Por se tratar de um plano de contribuição definida, não houve resultado atuarial para o plano de benefícios no exercício encerrado em 31/12/2022.

## **10. CERTIFICAÇÃO ATUARIAL**

Do exposto, nossa opinião é que o plano de benefícios ALEPEPREV apresenta situação atuarial equilibrada, não tendo registrado quaisquer insuficiências ao longo do exercício social de 2022, estando em ritmo de capitalização compatível com as suas necessidades futuras.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 17 de março de 2023.

**Antonio Mário Rattes de Oliveira**  
**MIBA 1.162**

# **PARECER DO CONSELHO FISCAL DO ALEPEPREV**

**PCF 04/2023**

**Ref. Demonstrações Contábeis – Exercício 2023.**

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, em conformidade com a Alínea II do Artigo 51 do Estatuto do ALEPEPREV e consoante ao que estabelece a letra “j”, do item 17 do Anexo C da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, o **Conselho Fiscal** do Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – **ALEPEPREV**, após examinar o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social Consolidada, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido do Plano ALEPEPREV, a Demonstração do Ativo Líquido do Plano ALEPEPREV, a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano ALEPEPREV, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, consubstanciado pelo Parecer do Atuário da Consultoria VESTING, responsável pelo Plano de Benefícios, emitido em 17 de março de 2023, assim como, pelo Relatório dos Auditores Independentes, PHF – Auditores Independentes S/S, datado de 21 de março de 2023, **entende que as demonstrações contábeis retratam adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV, em 31 de dezembro de 2022, os resultados de suas operações, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação do CNPC e PREVIC, aplicáveis ao segmento fechado de previdência complementar, reunindo as condições necessárias para aprovação do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV. Recife, 23 de março de 2023.

**IGNACIO RAPHAEL DE SOUTO JÚNIOR**

**Suplente Presidente do Conselho Fiscal do ALEPEPREV**

**WALDEMAR A. BORGES RODRIGUES NETO**

**Membro do Conselho Fiscal do ALEPEPREV**

**ISALTINO JOSÉ DO NASCIMENTO FILHO**

**Membro do Conselho Fiscal do ALEPEPREV**

# MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO ALEPEPREV

DCD – 04/2023

**Assunto:** Aprovação das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco - ALEPEPREV, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, em conformidade com o Inciso IX do Art. 32, do Estatuto do ALEPEPREV e consoante ao que estabelece a letra “k”, do item 17 do Anexo C da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, após proceder ao exame do Balanço Patrimonial, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada, da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano ALEPEPREV, da Demonstração do Ativo Líquido do Plano ALEPEPREV, da Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano ALEPEPREV, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, consubstanciado pelo Parecer do Atuário da Consultoria VESTING, responsável pelo Plano de Benefícios, emitido em 17 de Març o de 2023, assim como, pelo Relatório dos Auditores Independentes, PHF – Auditores Independentes S/S, datado de 21 de març o de 2023, e do Parecer do Conselho Fiscal emitido em 23 de març o de 2023, **aprovou as Demonstrações Contábeis** do Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV, posicionado em 31 de dezembro de 2022 e determinou o encaminhamento   Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em cumprimento as exigências legais. Determinou também, a devida ciência quanto   aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2022 às Patrocinadoras do Plano ALEPEPREV e a todos os Participantes e Assistidos do ALEPEPREV. Recife, 24 de març o de 2023.

**Presidente do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV**

ÁLVARO PORTO DE BARROS

**Membros do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV**

MANOEL FERREIRA DA SILVA

FRANCKLIN BEZERRA SANTOS

EDUARDO GOMES ARAÚJO  
SALVIANO RUFINO

## **MANIFESTAÇÃO DOS AUDITORES DA PATROCINADORA**

Relativo à manifestação das atividades contábeis e atuarial do exercício 2022, não foram realizadas em virtude do contrato de prestação de serviços de auditoria contábil e atuarial, haver encerrado em 07/07/2022, sem renovação por parte da Patrocinadora até presente data.



## **RETROSPECTIVA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

---

O Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV, criado em 30 de dezembro de 2008, tem por objeto a constituição e a Administração de Plano de Benefícios de natureza previdenciária. Nesse sentido, desde sua criação, temos como princípios norteadores a ética, a responsabilidade, a transparência e a credibilidade, e sempre nos empenhamos para contribuir continuamente com a ampliação e fortalecimento da Previdência Complementar no Brasil.

Nesse contexto, visando implementar uma maior transparência dos procedimentos adotados, apresentamos abaixo quadros demonstrativos contemplando toda a história desta Entidade Previdenciária, onde, de modo simples, qualquer Participante ou interessado poderá identificar as origens e as destinações dos recursos operacionalizados pelos Gestores do ALEPEPREV.

Ressalta-se que os Participantes e a Patrocinadora, mensalmente, realizam contribuições de caráter obrigatório, definida anualmente no Plano de Custeio, destinada a constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento dos benefícios previdenciários.

Em conformidade com o § 3º do Art. 202 da Constituição Federal e o Art.19 do Regulamento do Plano ALEPEPREV, a contribuição da Patrocinadora é paritária em relação à contribuição do Participante.

Primeiramente, tem-se abaixo um pequeno glossário das rubricas utilizadas no quadro para uma melhor compreensão:

***Contribuição Normal:*** obrigatória, de responsabilidade dos Participantes Ativos e das Patrocinadoras, com periodicidade mensal, destinada a prover o custeio dos Benefícios do Plano ALEPEPREV;

***Contribuição Voluntária:*** opcional, destinada a majorar os valores dos Benefícios, realizada pelos Participantes Ativos, sem contrapartida da Patrocinadora;

***Contribuição Extraordinária:*** obrigatória, destinada ao custeio do Valor do Serviço Passado em favor dos Participantes Fundadores, realizada exclusivamente pela Patrocinadora ALEPE;

***Rentabilidade Financeira:*** Resultado dos investimentos obtidos pela aplicação dos recursos garantidores do Plano, em conformidade com a legislação pertinente;

***Parcela Adicional de Risco – PAR:*** refere-se ao capital segurado, repassado pela Seguradora, destinado a compor os Benefícios de Risco (morte e invalidez permanente) dos Participantes Ativos.

Em seguida, para facilitar o entendimento e proporcionar uma maior clareza, apresentamos quadros demonstrativos relativos à evolução dos valores acumulados em dezembro de cada exercício, a seguir expostos:

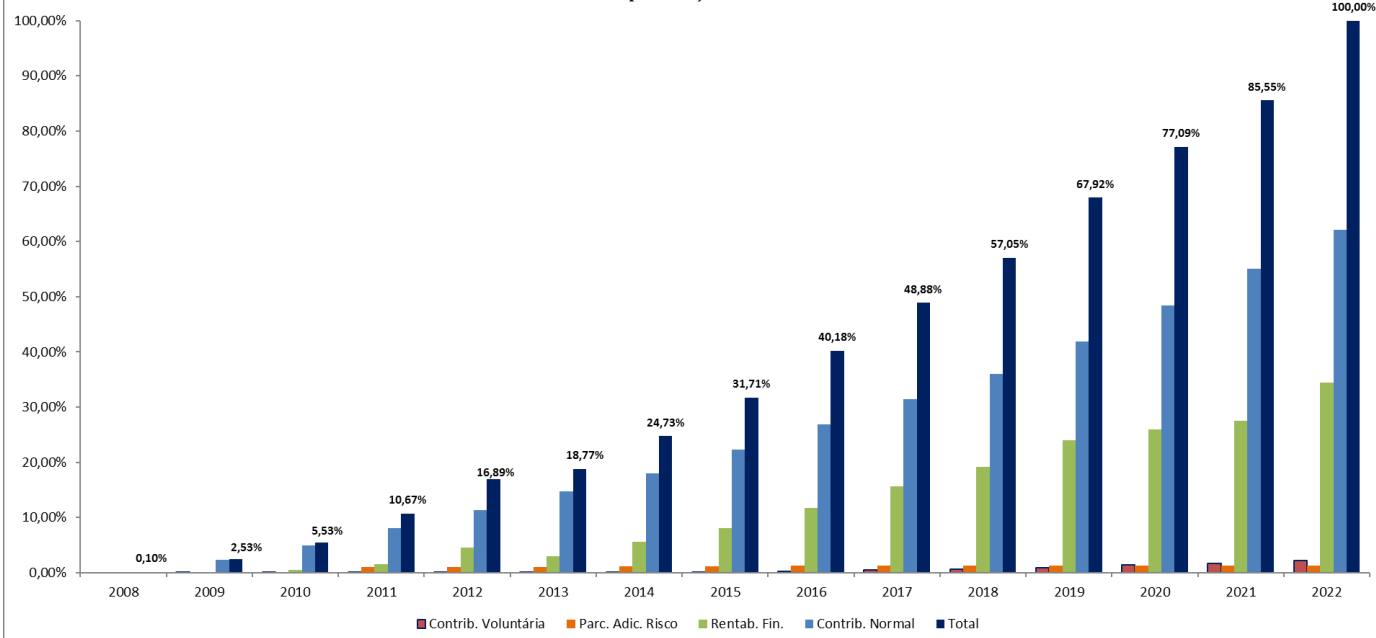
## Evolução das Contribuições dos Participantes acumuladas

Valores em R\$ 1,00

Em dezembro de 2022, a Entidade contava com 157 (cento e sessenta e sete) Participantes Ativos e 32 (trinta e dois) assistidos, com os saldos acumulados das contribuições: normal no valor de R\$ 18.702.440,68, voluntária de R\$ 673.404,93, rentabilidade financeira correspondente a R\$ 10.370.329,52 e parcela adicional de risco no valor de R\$ 382.390,78, totalizando a importância de R\$ 30.128.565,91.

Exercício	Contrib. Normal	%	Contrib. Voluntária	%	Rentab. Fin.	%	Parc. Ad. Risco	%	Total	%
2008	25.876,82	0,09%	-	-	-	-	-	-	25.876,82	0,09%
2009	722.007,76	2,40%	11.556,03	0,04%	28.429,44	0,09%	-	-	761.993,23	2,53%
2010	1.494.252,49	4,96%	11.556,53	0,04%	160.330,13	0,53%	-	-	1.666.139,15	5,53%
2011	2.421.165,55	8,04%	11.556,53	0,04%	483.271,95	1,60%	299.047,40	0,99%	3.215.041,43	10,67%
2012	3.407.369,32	11,31%	11.556,53	0,04%	1.370.807,16	4,55%	299.047,40	0,99%	5.088.780,41	16,89%
2013	4.449.245,06	14,77%	13.867,86	0,05%	893.893,81	2,97%	299.047,40	0,99%	5.656.054,13	18,77%
2014	5.419.719,01	17,99%	21.520,14	0,07%	1.673.260,25	5,55%	337.226,23	1,12%	7.451.725,63	24,73%
2015	6.732.526,61	22,35%	42.380,20	0,14%	2.440.757,41	8,10%	337.226,23	1,12%	9.552.890,45	31,71%
2016	8.102.798,90	26,89%	66.409,02	0,22%	3.553.210,88	11,79%	382.390,78	1,27%	12.104.809,58	40,18%
2017	9.482.195,87	31,47%	147.053,82	0,49%	4.714.380,84	15,65%	382.390,78	1,27%	14.726.021,31	48,88%
2018	10.848.962,71	36,01%	187.952,42	0,62%	5.767.642,66	19,14%	382.390,78	1,27%	17.186.948,57	57,05%
2019	12.603.012,92	41,83%	258.679,60	0,86%	7.220.682,38	23,97%	382.390,78	1,27%	20.464.765,68	67,92%
2020	14.582.199,35	48,40%	447.302,73	1,48%	7.815.368,63	25,94%	382.390,78	1,27%	23.227.261,49	77,09%
2021	16.601.964,45	55,10%	517.917,21	1,72%	8.273.295,09	27,46%	382.390,78	1,27%	25.775.567,53	85,55%
2022	18.702.440,68	62,08%	673.404,93	2,24%	10.370.329,52	34,42%	382.390,78	1,27%	30.128.565,91	100,00%

Representação Gráfica

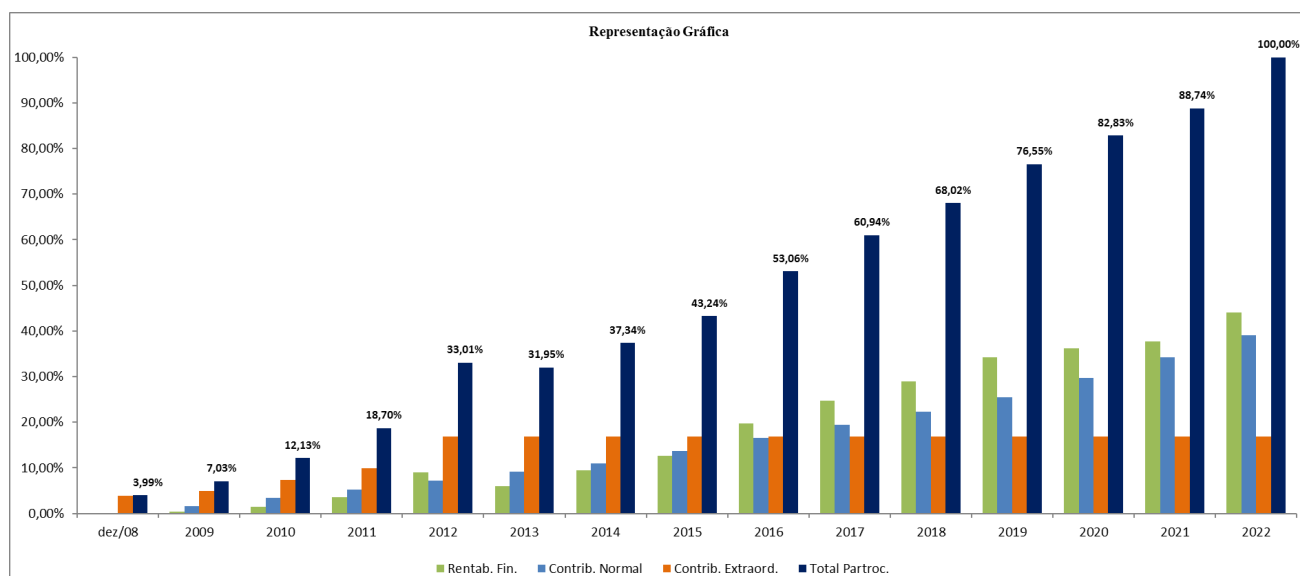


## Evolução das Contribuições das Patrocinadoras Acumuladas

Os saldos acumulados das contribuições no período de dezembro/2008 a dezembro/2022 foram os seguintes: Contribuição Normal no valor de R\$ 14.307.922,30, Contribuição extraordinária na importância de R\$ 6.181.875,39 e rentabilidades financeiras correspondentes a R\$ 16.174.949,90, totalizando a importância de R\$36.664.747,59.

Valores em R\$ 1,00

Exercício	Contrib. Normal	%	Contrib. Extraord.	%	Rentab. Fin.	%	Total	%
2008	25.876,82	0,07%	1.436.039,11	3,92%	-	0	1.461.915,93	3,99%
2009	600.412,90	1,64%	1.814.877,00	4,95%	160.504,77	0,44%	2.575.794,67	7,03%
2010	1.229.595,55	3,35%	2.668.536,23	7,28%	548.684,52	1,50%	4.446.816,30	12,13%
2011	1.896.918,97	5,17%	3.659.653,01	9,98%	1.300.806,30	3,55%	6.857.378,28	18,70%
2012	2.610.307,53	7,12%	6.181.875,39	16,86%	3.312.558,91	9,03%	12.104.741,83	33,01%
2013	3.331.645,31	9,09%	6.181.875,39	16,86%	2.200.855,54	6,00%	11.714.376,24	31,95%
2014	4.040.096,35	11,02%	6.181.875,39	16,86%	3.467.280,12	9,46%	13.689.251,86	37,34%
2015	5.019.795,09	13,69%	6.181.875,39	16,86%	4.650.573,62	12,68%	15.852.244,10	43,24%
2016	6.062.892,78	16,54%	6.181.875,39	16,86%	7.210.391,47	19,67%	19.455.159,64	53,06%
2017	7.117.592,47	19,41%	6.181.875,39	16,86%	9.044.242,07	24,67%	22.343.709,93	60,94%
2018	8.162.139,44	22,26%	6.181.875,39	16,86%	10.596.353,31	28,90%	24.940.368,14	68,02%
2019	9.323.242,50	25,43%	6.181.875,39	16,86%	12.562.961,23	34,26%	28.068.079,12	76,55%
2020	10.909.534,29	29,75%	6.181.875,39	16,86%	13.278.585,96	36,22%	30.369.995,64	82,83%
2021	12.548.416,51	34,22%	6.181.875,39	16,86%	13.806.020,35	37,65%	32.536.312,25	88,74%
2022	14.307.922,30	39,02%	6.181.875,39	16,86%	16.174.949,90	44,12%	36.664.747,59	100,00%

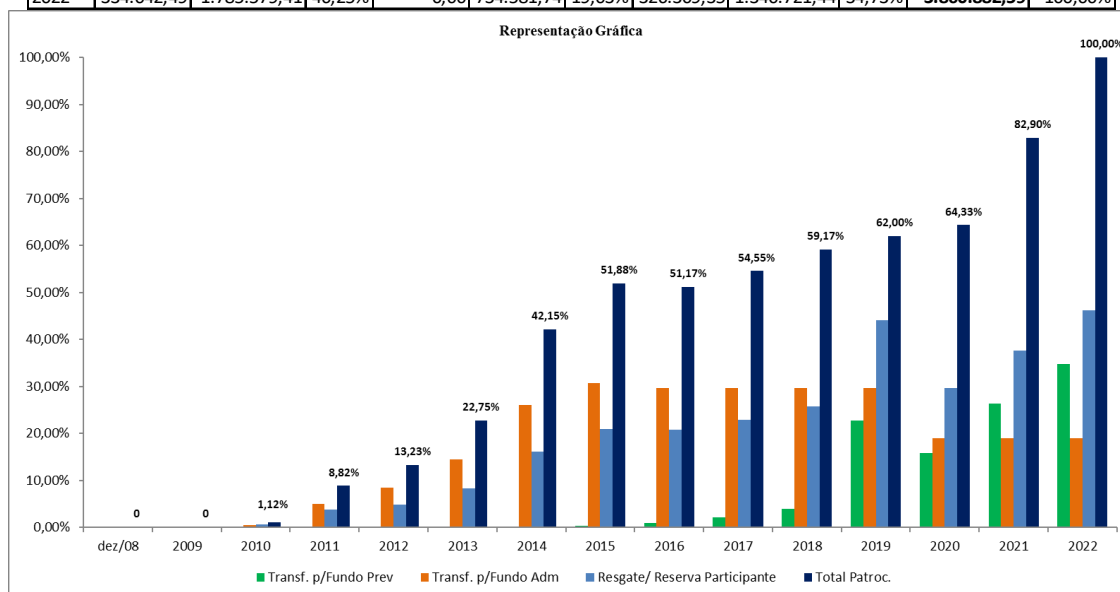


## Evolução das Contribuições Resgatadas

A opção pelo Instituto do Resgate enseja o imediato cancelamento da inscrição do Participante, sendo assim, cessa o recolhimento das contribuições tanto do Participante quanto da Patrocinadora. Por sua vez, foram pagos ao Participante 100% das contribuições por ele recolhidas acrescida da rentabilidade no período. O saldo remanescente referente às contribuições aportadas pelas Patrocinadoras foram transferidas para o Fundo Administrativo até abril de 2015 e partir desta data, para o Fundo Previdencial do ALEPEPREV.

Valores em R\$ 1,00

ANO	PARTICIPANTE/RESGATE			TRANSF. FUNDO ADM			TRANSF. FUNDO PREV.			RESERVA TOTAL	%
	Mês	Acum	%	Mês	Acum	%	Mês	Acum	%		
2010	25.468,73	25.468,73	0,80%	17.808,69	17.808,69	0,56%			0,00%	<b>43.277,42</b>	1,12%
2011	120.309,71	145.778,44	4,55%	176.869,17	194.677,86	6,08%			0,00%	<b>340.456,30</b>	8,82%
2012	38.818,46	184.596,90	5,77%	131.606,31	326.284,17	10,19%			0,00%	<b>510.881,07</b>	13,23%
2013	136.716,34	321.313,24	10,04%	230.648,41	556.932,58	17,40%			0,00%	<b>878.245,82</b>	22,75%
2014	80.305,74	401.618,98	12,55%	88.278,06	645.210,64	20,16%			0,00%	<b>1.046.829,62</b>	27,11%
2015	99.110,88	500.729,86	15,65%	89.371,10	734.581,74	22,95%	6.553,70	6.553,70	0,20%	<b>1.241.865,30</b>	32,17%
2016	14.446,31	515.176,17	16,10%	0,00	734.581,74	22,95%	14.720,37	21.274,07	0,66%	<b>1.271.031,98</b>	32,92%
2017	52.300,94	567.477,11	17,73%	0,00	734.581,74	22,95%	31.472,20	52.746,27	1,65%	<b>1.354.805,12</b>	35,09%
2018	70.009,07	637.486,18	19,92%	0,00	734.581,74	22,95%	44.826,16	97.572,43	3,05%	<b>1.469.640,35</b>	38,06%
2019	457.435,05	1.094.921,23	34,21%	0,00	734.581,74	22,95%	466.646,83	564.219,26	17,63%	<b>2.393.722,23</b>	62,00%
2020	46.833,24	1.141.754,47	35,67%	0,00	734.581,74	22,95%	43.188,98	607.408,24	18,98%	<b>2.483.744,45</b>	64,33%
2021	309.782,45	1.451.536,92	45,35%	0,00	734.581,74	22,95%	407.003,85	1.014.412,09	31,70%	<b>3.200.530,75</b>	82,90%
2022	334.042,49	1.785.579,41	46,25%	0,00	734.581,74	19,03%	326.309,35	1.340.721,44	34,73%	<b>3.860.882,59</b>	100,00%



Recursos resgatados pelos participantes no período de jan./2010 a dez./2022, que optaram pelo Instituto do Resgate, ocasionou um pagamento no valor total de R\$ 1.785.579,41, relativo às importâncias depositadas pelos participantes, acrescidos das rentabilidades financeiras do referido período, equivalente a 46,25% da reserva dos Participantes;

Recursos transferidos para o fundo administrativo, oriundos das importâncias aportadas pelo patrocinador no período de jan./2010 a abr./2015, no valor total de R\$ 734.581,74,

relativo às importâncias depositadas pelo Patrocinador, acrescidos das rentabilidades financeiras do referido período, equivalente a 19,03% da reserva dos Participantes;

Recursos transferidos para o Fundo Previdencial, oriundos das importâncias aportadas pelo patrocinador no período de maio/2015 a dez/2022, no valor total de R\$ 1.340.721,44, relativo às importâncias depositadas pelo Patrocinador, acrescidos das rentabilidades financeiras do referido período, equivalente a 34,73% da reserva dos Participantes.

## **Evolução do Patrimônio Líquido do Plano ALEPEPREV**

Convém, primeiramente, observar que o balanço patrimonial se divide em dois grandes grupos: ativo e passivo. O primeiro representa os bens e direitos da empresa, enquanto o segundo reúne suas obrigações. O patrimônio líquido, por sua vez, é a diferença entre o ativo e o passivo da Entidade, ou seja, é o que sobra depois de pagar todas as dívidas. Sendo assim, podemos afirmar que o Patrimônio Líquido é a representação da riqueza efetiva do ALEPEPREV.

O Quadro de Evolução do Patrimônio Líquido contempla as seguintes rubricas:

**Reserva Matemática:** *corresponde aos valores necessários para o pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.*

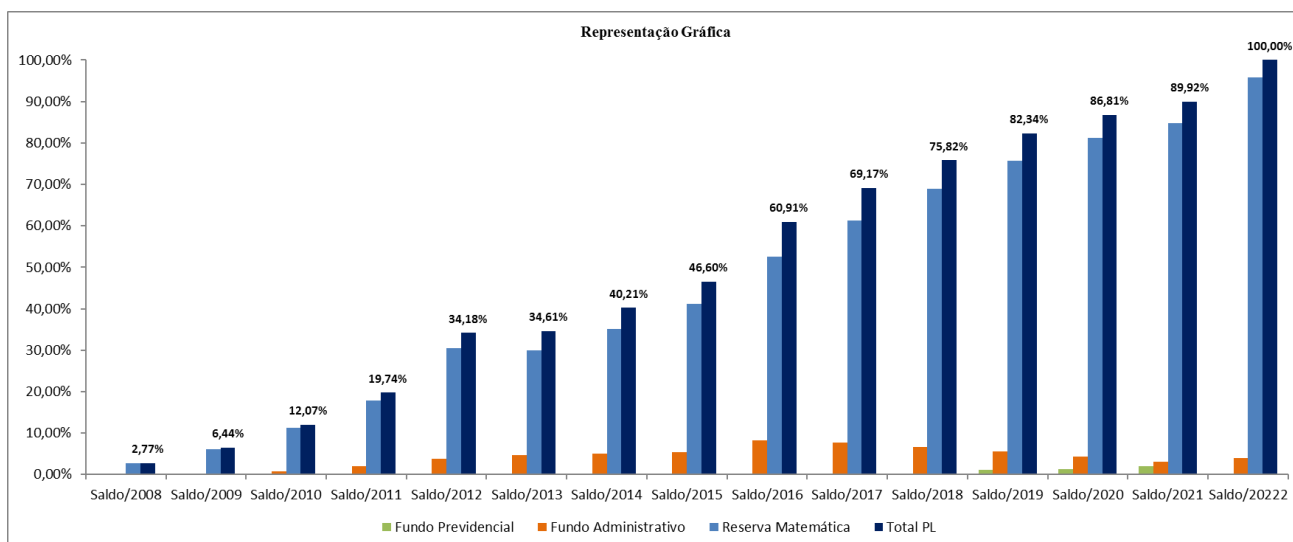
**Fundo Previdencial:** *Valores das Contribuições aportadas pelas Patrocinadoras, transferidas para o referido fundo por ocasião dos resgates pelos Participantes.*

**Fundo Administrativo:** *Resultados oriundos dos Superávits obtidos da Gestão Administrativa.*

**Patrimônio Líquido:** *É composto pela soma da Reserva Matemática, Fundo Previdencial e Fundo Administrativo.*

Valores em R\$ 1,00

Exercício	Reserva Matemática	%	Fundo Administrativo	%	Fundo Previdencial	%	Total	%
2008	1.487.792,75	2,75%	8.708,08	0,02%	-	-	1.496.500,83	2,77%
2009	3.343.517,86	6,18%	137.504,42	0,25%	-	-	3.481.022,28	6,44%
2010	6.072.905,61	11,23%	456.922,04	0,84%	-	-	6.529.827,65	12,07%
2011	9.619.469,42	17,78%	1.057.001,09	1,95%	-	-	10.676.470,51	19,74%
2012	16.477.611,40	30,46%	2.010.370,11	3,72%	-	-	18.487.981,51	34,18%
2013	16.173.605,25	29,90%	2.545.586,01	4,71%	-	-	18.719.191,26	34,61%
2014	18.991.037,73	35,11%	2.759.179,41	5,10%	-	-	21.750.217,14	40,21%
2015	22.271.596,12	41,17%	2.927.988,04	5,41%	6.595,05	0,01%	25.206.179,21	46,60%
2016	28.459.090,77	52,61%	4.463.333,68	8,25%	23.055,49	0,04%	32.945.479,94	60,91%
2017	33.183.796,73	61,35%	4.173.421,75	7,72%	58.062,55	0,11%	37.415.281,03	69,17%
2018	37.280.486,08	68,92%	3.624.167,17	6,70%	107.423,11	0,20%	41.012.076,36	75,82%
2019	40.916.101,56	75,64%	3.024.708,96	5,59%	600.468,22	1,11%	44.541.278,74	82,34%
2020	43.958.640,25	81,27%	2.338.210,85	4,32%	658.950,44	1,22%	46.955.801,54	86,81%
2021	45.841.963,93	84,75%	1.693.420,90	3,13%	1.101.614,61	2,04%	48.636.999,44	89,92%
2022	51.811.852,68	95,78%	2.152.404,88	3,98%	127.712,08	0,24%	54.091.969,64	100,00%



**Em dezembro de 2022**, a Reserva Matemática resultou em um saldo acumulado de R\$ 51.811.852,68, correspondente a 95,78% do Patrimônio Líquido, o Fundo Administrativo apresentou um saldo acumulado no valor de R\$ 2.152.404,88 equivalente a 3,98% do Patrimônio Líquido e o Fundo Previdencial com um saldo de R\$ 127.712,08 proporcional a 0,24% do Patrimônio Líquido do Plano ALEPEPREV no montante de R\$ 54.091.969,64.

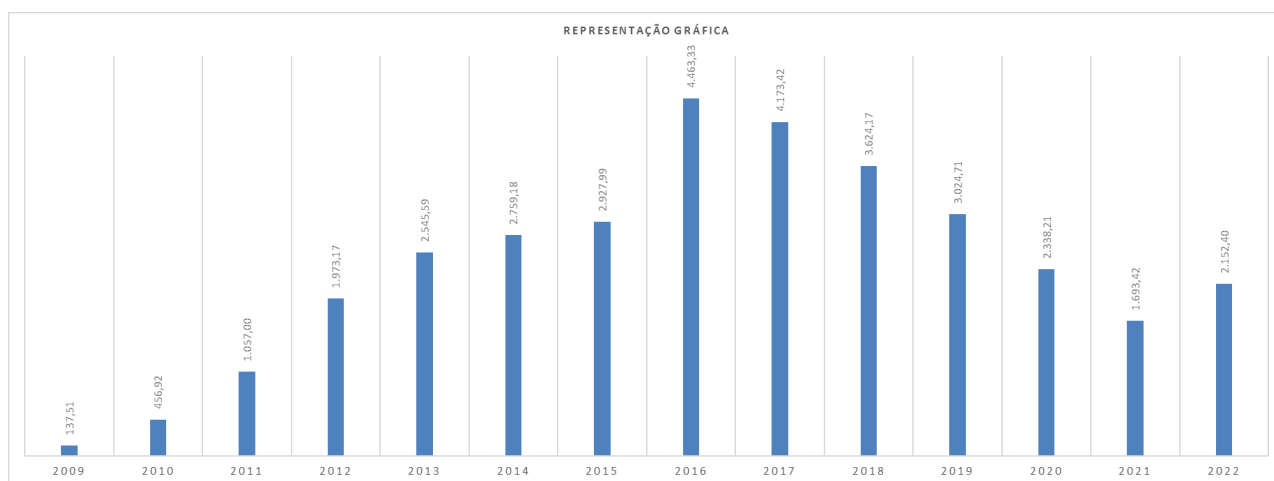
Diante do quadro apresentado, fácil é constatar que o ALEPEPREV vem aumentando seu Patrimônio ano a ano de uma forma equilibrada e consistente, sendo assim, estamos sempre trabalhando com segurança, responsabilidade e transparência para oferecer uma aposentadoria tranquila para os nossos participantes.

# Evolução do Fundo Administrativo do Plano ALEPEPREV

Período 2009 a 2022

Valores em R\$ 1,00

EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO DO ALEPEPREV														
ANO	Saldo Inicial Fundo Adm	Transferência do Fundo Previdencial	Receitas do PGA							Despesas do PGA	Saldo Final Fundo Adm	Superávit/ Déficit Fundo Adm		
			Redimentos	Convenio Santander	Doação Zurich	Participantes	Patrocinadoras	Outras Receitas	Reversão de Contingência				Total Receitas	
2009	8.708,08		3.909,80	-		134.262,51	389.861,45	114.142,84			642.176,60	- 513.377,93	137.506,75	128.798,67
2010	137.506,75		40.497,17	421.035,43	-	136.875,66	241.494,57	42.845,69	58.040,23		824.708,29	- 505.293,00	456.922,04	319.415,29
2011	456.922,04		126.530,54	460.659,26	-	166.549,64	273.027,58	223.465,21	16.154,32		1.266.386,55	- 666.307,50	1.057.001,09	600.079,05
2012	1.057.001,09		159.260,47	496.142,23		176.698,55	534.408,99	343.315,80	67.805,21		1.642.020,83	- 725.852,78	1.973.169,14	916.168,05
2013	1.973.169,14		191.228,72	515.775,76	11.334,64	131.334,59	319.515,27		93.021,54		1.262.210,52	- 689.793,65	2.545.586,01	572.416,87
2014	2.545.586,01		280.972,50	407.793,12	10.284,96	95.266,09	152.031,21	0,09	3.625,18		949.973,15	- 736.379,75	2.759.179,41	213.593,40
2015	2.759.179,41		350.759,33	307.700,00	10.709,64	131.397,07	177.539,51	1.197,48	7.361,59		971.941,44	- 803.132,81	2.927.988,04	168.808,63
2016	2.927.988,04		572.399,97	1.648.071,44	8.532,16	137.616,48	93.874,19	1.890,64			2.462.384,88	- 927.039,24	4.463.333,68	1.535.345,64
2017	4.463.333,68		422.991,56	-	7.924,45	143.359,31	94.918,09	2.430,46	51.178,94		620.444,93	-910.356,86	4.173.421,75	-289.911,93
2018	4.173.421,75		237.477,93	-	6.826,30	142.265,69	94.004,40	1.207,48			481.781,80	- 1.031.036,38	3.624.167,17	-549.254,58
2019	3.624.167,17		186.356,78	-	7.130,41	150.986,14	104.198,44	1.810,62			450.482,39	- 1.049.940,60	3.024.708,96	-599.458,21
2020	3.024.708,96		48.322,16	-	5.159,57	194.958,61	142.759,87	626,87			391.827,08	- 1.078.325,19	2.338.210,85	-686.498,11
2021	2.338.210,85		88.361,81	-	5.635,88	201.486,29	147.492,69				442.976,67	- 1.087.766,62	1.693.420,90	-644.789,95
2022	1.693.420,90	1.431.649,04	168.088,68	-	5.231,27	207.900,22	158.348,84				1.971.218,05	- 1.512.234,07	2.152.404,88	458.983,98



A evolução do fluxo das receitas e despesas do Plano de Gestão Administrativa, no período de 2009 a 2016, apresentou receitas no valor de R\$10.021.802,26 e despesas na importância de R\$ 5.567.176,66, proporcionando um saldo no Fundo Administrativo no valor de R\$ 4.463.333,68, equivalente a 44,54%.

ANOS	RECEITAS	DESPESAS	SALDO FUNDO ADM - 2016	% FUNDO ADM/ RECEITA
2009-2016	10.021.802,26	5.567.176,66	4.463.333,68	44,54%

Relativo ao período de janeiro de 2017 a dezembro de 2021, o Fundo Administrativo apresentou déficits sucessivos, por não haver sido recebido recursos oriundos do convênio de cooperação técnica, realizado entre o Alepeprev e Banco Santander, nos valores de R\$ 2.086.243,29 e R\$ 417.248,66, conforme orientação da PREVIC ofício nº 18/2021/ERPE/DIFIS/PREVIC, de 27/AGO/2021, gerou uma receita de R\$ 2.387.512,87, despesas de R\$5.157.425,65, proporcionando uma redução do Fundo Administrativo na importância de R\$ 2.769.912,78 equivalente a 62,06%.

ANOS	RECEITAS	DESPESAS	SALDO FUNDO ADM - 2021-2016	% FUNDO ADM/ RECEITA
2017-2021	2.387.512,87	5.157.425,65	2.769.912,78	62,06%

No exercício de 2022, o Plano de Gestão Administrativa, apresentou receitas no valor de R\$1.971.218,05 e despesas na importância de R\$1.512.234,07, proporcionando um superávit valor de R\$ 458.983,98, equivalente a 21,32%, em virtude da transferência da importância R\$1.431.649,04 do Fundo Previdencial para o Fundo Administrativo.

ANO	RECEITA	DESPEZA	SALDO FUNDO ADM - 2022	SUPERÁVIT	% SUPERÁVIT/ FUNDO ADM
2022	1.971.218,05	1.512.234,07	2.152.404,88	458.983,98	21,32%

## RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL

---

### SÍNTESE DA SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO ALEPEPREV

Em 31/12/2022, o Plano ALEPEPREV contava com 189 Participantes, sendo 157 Ativos e 32 Assistidos.

Dos 157 Participantes encontrados na situação de Ativos, temos 107 Patrocinados, 46 Auto patrocinados, 2 Remidos e 2 Ativos com cancelamento e inscrição, que até o momento não optaram pelo instituto de resgate ou da portabilidade. Cabe ressaltar, ainda 3 assistidos falecidos, sem beneficiário e no aguardo da nomeação dos herdeiros legais.



Conforme Parecer Atuarial 2022, contido na página 68 deste Relatório, o Plano ALEPEPREV está solvente economicamente, uma vez que o valor presente de todas as suas obrigações se iguala ao valor corrente dos seus ativos.

Foram realizados testes de consistência nos dados cadastrais, posicionados em 31/12/2022, utilizados na avaliação atuarial, os quais se mostraram de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante que são de interesse para o estudo atuarial.

O Plano ALEPEPREV é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, nos termos da Resolução CNPC nº 41/2021, para todos os benefícios, inclusive os de risco.

Os benefícios são calculados com base nos saldos da conta benefício e pagos na forma de rendas temporárias ou vitalícias em cotas, sendo que as rendas vitalícias são definidas em função da expectativa de vida do beneficiário ou por prazo determinado.

Os benefícios abrangidos pelo plano são:

- Renda Mensal de Aposentadoria Voluntária;
- Renda Mensal de Aposentadoria por Invalidez Permanente;
- Renda Mensal por Morte de Participante Ativo;
- Renda Mensal por Morte de Participante Assistido.

Listamos, a seguir, as Premissas, o Método Atuarial e os Regimes Financeiros empregados na avaliação atuarial de 31/12/2022. Vale ressaltar que por se tratar de um Plano constituído na modalidade de Contribuição Definida, as premissas não interferem na situação atuarial do mesmo.

#### **Premissas Atuariais:**

a) Premissas Biométricas (As Tábuas Biométricas são instrumentos destinados a medir as probabilidades de sobrevivência, morte, morbidez e hígidez dos participantes de um plano):

- Tábua de Mortalidade Geral de Válidos: AT-83
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-83
- Tábua de Entrada em Invalidez: Não aplicada
- Tábua de Rotatividade: Não aplicado
- Hipótese sobre geração futuras de novos entrados: Não aplicada
- Hipótese sobre composição de família de pensionistas: Não aplicado

b) Premissas Econômicas (São as premissas que devem balizar prognósticos econômicos prudentemente amparados na matemática econômica e em elementos de econometria de comprovada consistência):

- Taxa Real Anual de juros: 4,5% a.a. (quatro e meio por cento ao ano);

- Projeção de Crescimento Real de Salário: 0% a.a. (zero por cento ao ano);
- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: não aplicado;
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários: 100,00%;
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios da entidade: 100,00%;
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios do INSS: Não aplicado;
- Taxa de custeio administrativo: 9% incidentes sobre as contribuições previdenciais;
- Indexador do Plano (reajuste dos benefícios): INPC/IBGE.

c) outras hipóteses: Os participantes são elegíveis à obtenção de aposentadoria na primeira data que atenderem todas as carências.

**Método Atuarial:** capitalização financeira.

**Regimes Financeiros:** capitalização financeira.

A seguir, faremos um breve resumo com relação às Provisões Matemáticas e para uma melhor compreensão da situação Atuarial, vamos definir alguns termos técnicos:

- A Provisão Matemática corresponde ao valor necessário para o pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.
- A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que serão concedidos pelo Plano ALEPEPREV.
- A Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos, corresponde ao valor necessário para Pagamento dos Benefícios que já foram concedidos pelo Plano ALEPEPREV.

Demonstração das Provisões Matemáticas

Valores em R\$ 1,00

ITEM	31/12/2022	31/12/2021	VARIAÇÃO
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 51.811.852,68	R\$ 45.841.963,93	13,02%
Benefícios Concedidos	R\$ 4.931.411,09	R\$ 5.567.259,85	-11,42%
Benefícios a conceder	R\$ 46.880.441,59	R\$ 40.274.704,08	16,40%
ATIVO LÍQUIDO DO PLANO	R\$ 51.811.852,68	R\$ 45.841.963,93	13,02%
<b>RESULTADO</b>	-	-	-

As Provisões Matemáticas do Plano totalizaram a importância de R\$ 51.811.852,68, sendo compostas de R\$ 46.880.441,59, relativo às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, e por R\$ 4.931.411,09, referente às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

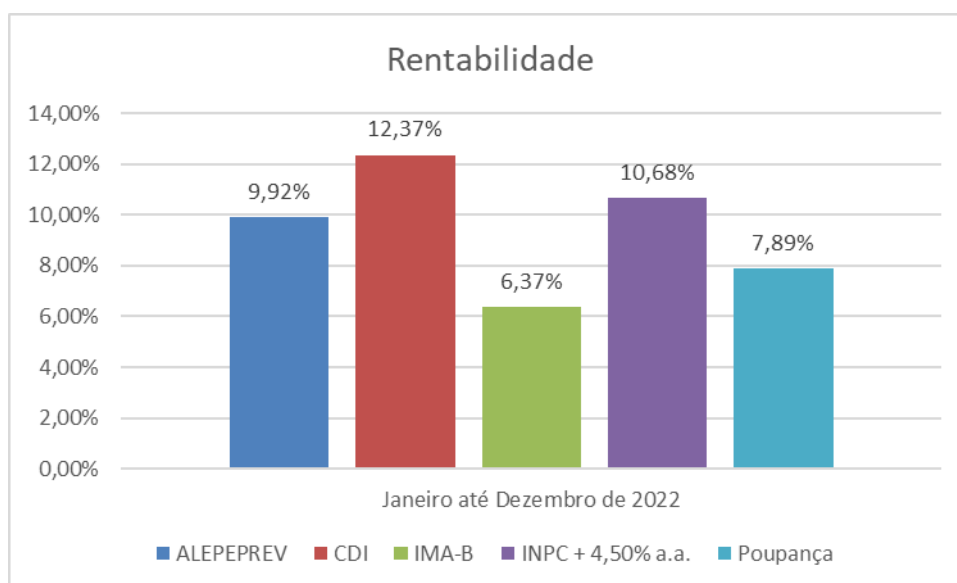
Portanto, a situação atuarial do Plano de Benefícios apresentou equilíbrio, uma vez que a soma dos benefícios concedidos e a conceder se iguala com o ativo líquido do plano, possuindo patrimônio para financiar todas as obrigações com pagamentos, de forma tal a demonstrar solidez, em ritmo de capitalização compatível com as suas necessidades e com recursos suficientes para o pagamento de todos os benefícios futuros de seus participantes, assistidos e dependentes.

O Plano de Benefícios conta, ainda, com um saldo registrado na conta de Fundos Administrativo e Previdencial, cujo montante é de R\$ 2.152.404,88 e R\$ 127.712,08 respectivamente.

## SÍNTESE DOS RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS DO PLANO ALEPEPREV

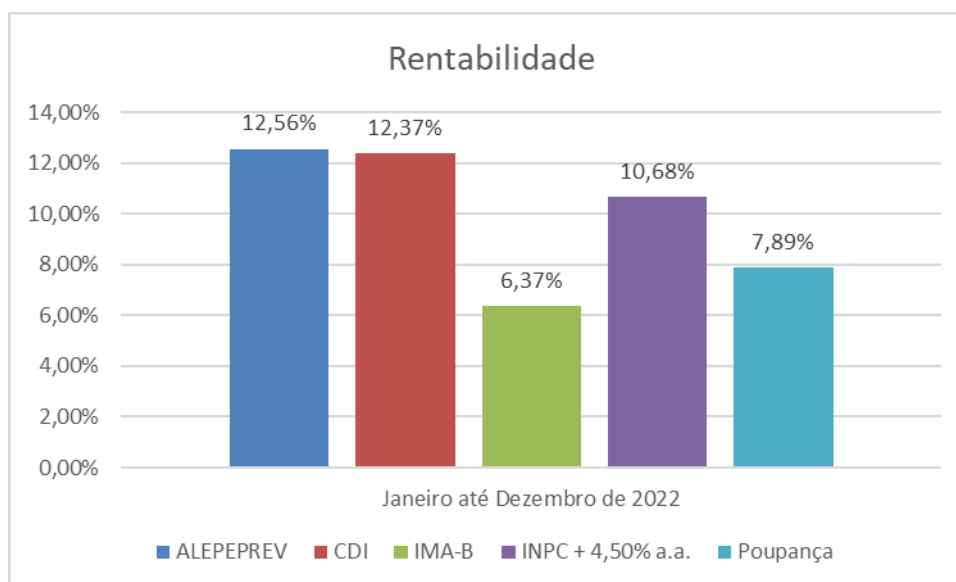
O Plano de Benefícios do ALEPEPREV obteve em 2022 um retorno de 9,92%, contra 12,37% da taxa CDI e 7,89% da Poupança, porém, não conseguiu superar a sua meta de investimentos definida pela Política de Investimentos (INPC + 4,5% ao ano) cujo resultado foi de 10,68%.

### Rentabilidade Plano de Benefícios



O Plano de Gestão Administrativa – PGA superou o CDI, ficando 1,88% acima do índice, conforme poderá ser constatado no gráfico abaixo:

### Rentabilidade Plano de Gestão Administrativa – PGA



### Rentabilidade Anual do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa – PGA no Período de 2009-2022

#### Plano de Benefícios

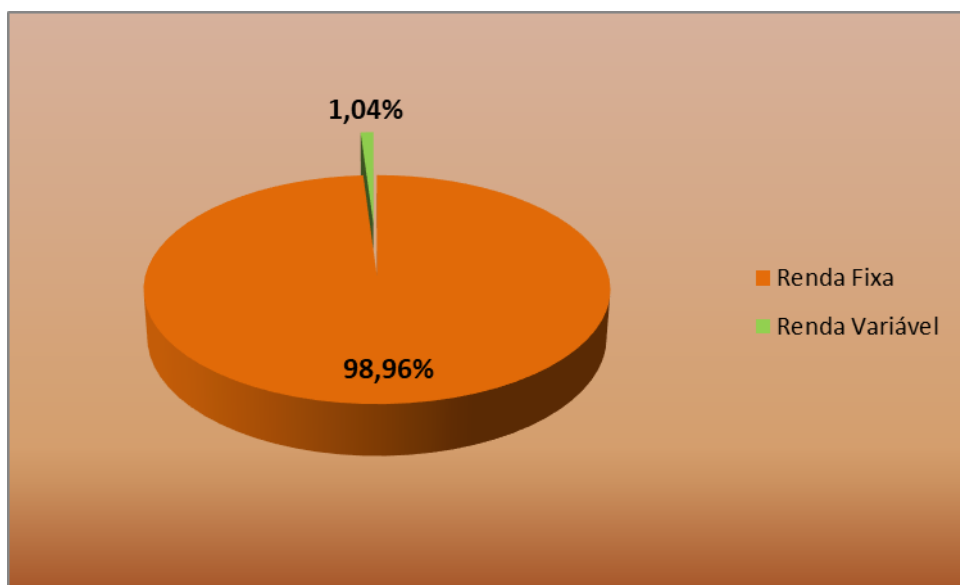
Ano	Plano	Meta de Retorno	Poupança
2009	9,56%	10,36%	7,09%
2010	11,76%	12,85%	6,81%
2011	14,81%	12,44%	7,50%
2012	26,36%	12,57%	6,58%
2013	-9,07%	10,84%	6,38%
2014	12,79%	11,01%	7,08%
2015	10,22%	16,28%	8,07%
2016	19,01%	11,36%	8,30%
2017	11,08%	6,60%	6,61%
2018	8,13%	8,05%	4,62%
2019	10,62%	9,20%	4,26%
2020	3,46%	10,17%	2,11%
2021	2,98%	15,10%	2,99%
2022	9,92%	10,68%	7,89%

## Plano de Gestão Administrativa - PGA

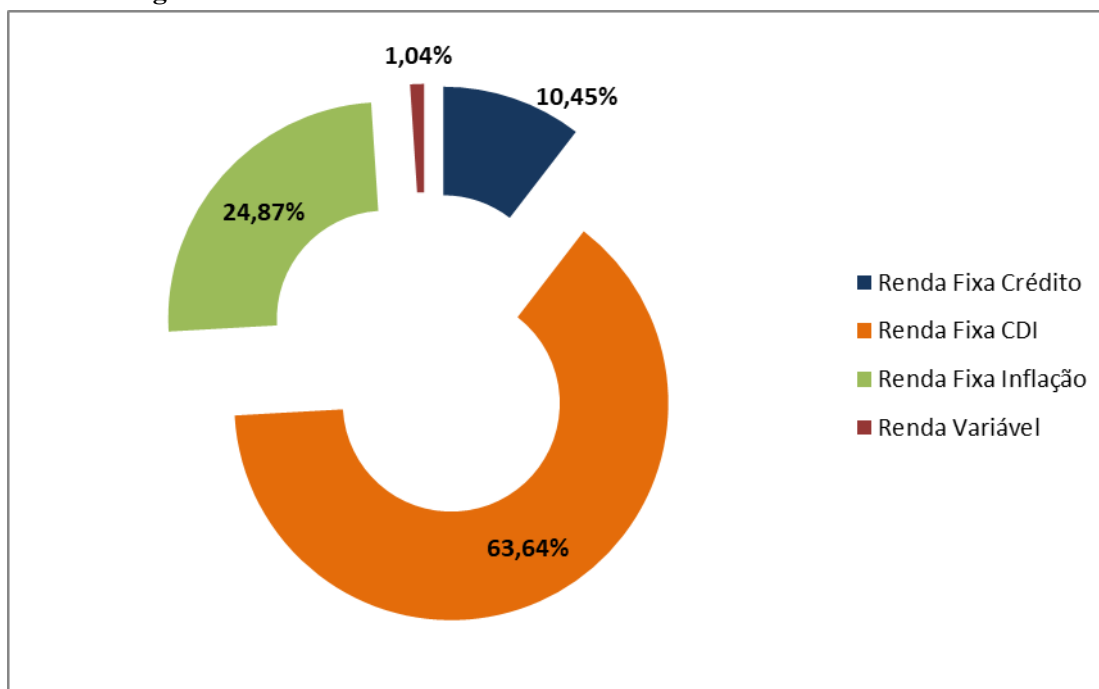
Ano	PGA	Meta de Retorno	Poupança
2009	**	**	**
2010	11,85%	12,85%	6,81%
2011	14,84%	12,44%	7,50%
2012	11,65%	12,57%	6,58%
2013	8,08%	10,84%	6,38%
2014	10,95%	11,01%	7,08%
2015	13,48%	16,28%	8,07%
2016	14,14%	11,36%	8,30%
2017	10,17%	6,60%	6,61%
2018	6,35%	8,05%	4,62%
2019	5,82%	9,20%	4,26%
2020	2,10%	10,17%	2,11%
2021	5,01%	15,10%	2,99%
2022	12,56%	10,68%	7,89%

Os recursos do Plano de Benefícios estão alocados nos segmentos de Renda Fixa (98,96%) e Renda Variável (1,04%), sendo que na Renda Fixa além da segregação por fundos e gestores, estão desmembrados por estratégia, sendo: Renda Fixa Tradicional (63,64%), Renda Fixa Inflação (24,87%) e Renda Fixa Crédito (10,45%).. Dessa forma, podemos dividir assim a carteira:

### Por Segmentos:



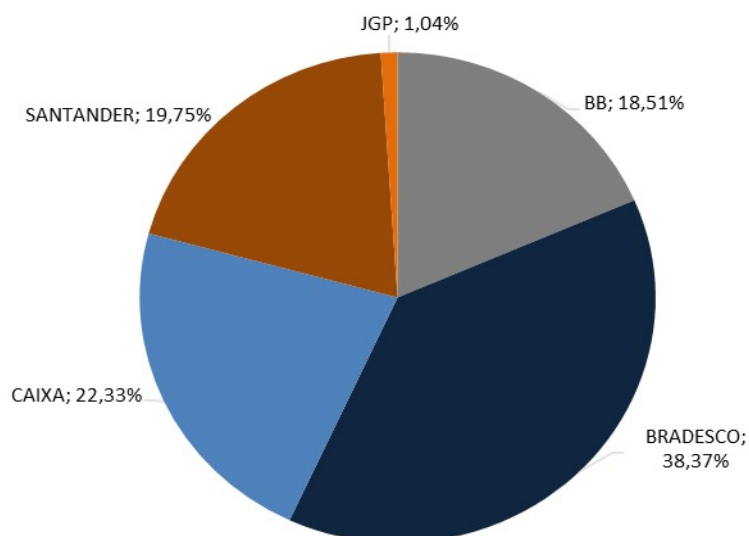
**Por Estratégia:**



A Renda Fixa da Entidade é segmentada em quatro gestores, a saber: Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco do Brasil e Santander. A alocação em Renda Variável, por sua vez, é feita através da JGP Investimentos em um fundo com gestão ativa. Os recursos do segmento de Renda Fixa estão aplicados predominantemente em títulos públicos federais que são considerados como de menor risco de crédito do mercado.

Abaixo segue uma representação gráfica da segregação dos Investimentos da Carteira do Plano de Benefícios – Distribuição por Fundos de Investimentos em 30/12/2022 – Valor Total R\$ 51.744.708,48.

### Total de Investimentos do Plano ALEPEPREV por Gestor



### Carteira de Investimentos – Plano ALEPEPREV – Posicionada em 30/12/2022

NOME DO GESTOR	NOME DO FUNDO DE INVESTIMENTOS	SALDO ATUAL	% APLICADO
<b>RENDA FIXA</b>			
BRADESCO	BRADESCO INSTIT. FIC FI RF IMA-B e BRADESCO TARGET I	19.849.912,28	38,37%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	FI CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF LP, FI CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RF LP e FI CAIXA BRASIL RF REF. DI LP	11.565.852,70	22,33%
BANCO DO BRASIL	BB INSTITUCIONAL FI RF	9.574.724,23	18,51%
SANTANDER	SANTANDER RF REF. DI INSTIT. PREMIUM FIC FUNDOS e SANTANDER RF CRÉD PRIV CRESCIMENTO INSTIT. FI LP	10.215.788,91	19,75%
<b>RENDA VARIÁVEL</b>			
JGP	JGP INSTITUCIONAL FIA	538.430,36	1,04%
<b>TOTAL CARTEIRA INVESTIMENTOS - PLANO ALEPEPREV</b>		<b>51.744.708,48</b>	<b>100%</b>

**Carteira de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa – Posicionada em 30/12/2022**

<b>NOME DO GESTOR</b>	<b>NOME DO FUNDO DE INVESTIMENTOS</b>	<b>SALDO ATUAL</b>	<b>% APLICADO</b>
SANTANDER	SANTANDER RF REF. DI INSTIT. PREMIUM FIC FUNDOS	4.493.239,73	100%

**Fundo Previdencial**

A partir da aprovação da alteração regulamentar pela PREVIC, que se deu no dia 30/04/2015, os eventuais saldos remanescentes na Conta Individual passaram a ser transferidos para o Fundo Previdencial.

Os recursos destinados ao Fundo Previdencial estão investidos 100% (cem por cento) no segmento de Renda Fixa em um fundo de investimentos da Caixa Econômica Federal, CAIXA FI BRASIL DI LP.

<b>NOME DO GESTOR</b>	<b>NOME DO FUNDO DE INVESTIMENTOS</b>	<b>SALDO ATUAL</b>	<b>% APLICADO</b>
Caixa Econômica Federal	CAIXA FI BRASIL DI LP	16.346,44	100%

As alocações dos investimentos do Plano ALEPEPREV e do Plano de Gestão Administrativa – PGA estão em conformidade com as estratégias e as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos e na legislação em vigor.

A maior preocupação do ALEPEPREV, diante do atual cenário, consiste na manutenção do equilíbrio atuarial do Plano de Benefícios, através de investimentos com boas perspectivas de rentabilidade para um nível de risco considerável aceitável ao perfil dos Participantes da Entidade.



# SÍNTESE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DO ALEPEPREV

## Informações Contábeis

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, no exercício social, a posição patrimonial e financeira da Entidade. Nele é evidenciado o conjunto de bens e direitos (ATIVO) e as obrigações (PASSIVO) do ALEPEPREV.

Podemos constatar, através do Balanço Patrimonial, que as obrigações atuariais e administrativas estão totalmente lastreadas pelos ativos nos exercícios sociais de 2022 e 2021:

		R\$ Mil			
ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
<b><u>DISPONÍVEL</u></b>	<b><u>296</u></b>	<b><u>31</u></b>	<b><u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u></b>	<b><u>2.513</u></b>	<b><u>183</u></b>
			Gestão Previdencial	113	69
			Gestão Administrativa	2.400	113
<b><u>REALIZÁVEL</u></b>	<b><u>56.309</u></b>	<b><u>48.788</u></b>	<b><u>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</u></b>	<b><u>0</u></b>	<b><u>0</u></b>
Gestão Previdencial	23	18	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	48	36			
<b><u>INVESTIMENTO</u></b>	<b><u>56.238</u></b>	<b><u>48.733</u></b>	<b><u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u></b>	<b><u>54.092</u></b>	<b><u>48.637</u></b>
Fundos de Investimento	56.238	48.733	Patrimônio de Cobertura do Plano	51.812	45.842
			Provisões Matemáticas	51.812	45.842
			Benefício Concedidos	4.931	5.567
			Benefício a Conceder	46.880	40.275
			Fundos	2.280	2.795
			Fundos Previdenciais	128	1.102
			Fundos Administrativo	2.152	1.693
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>56.605</b>	<b>48.819</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>56.605</b>	<b>48.819</b>

Para a PHF AUDITORES INDEPENDENTES, as demonstrações contábeis do Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco - ALEPEPREV apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, em 31 de dezembro de 2022, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

## SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DO PLANO ALEPEPREV

Ressalta-se que os Participantes e a Patrocinadora, mensalmente, realizam contribuições de caráter obrigatório, definida anualmente no Plano de Custeio, destinada a constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento dos benefícios previdenciários.

Em conformidade com o § 3º do Art. 202 da Constituição Federal e o Art.19 do Regulamento do Plano ALEPEPREV, a contribuição da Patrocinadora é paritária em relação à contribuição do Participante.

Primeiramente, tem-se abaixo um pequeno glossário das rubricas utilizadas no quadro para uma melhor compreensão:

***Contribuição Normal:*** obrigatória, de responsabilidade dos Participantes Ativos e das Patrocinadoras, com periodicidade mensal, destinada a prover o custeio dos Benefícios do Plano ALEPEPREV;

***Contribuição Voluntária:*** opcional, destinada a majorar os valores dos Benefícios, realizada pelos Participantes Ativos, sem contrapartida da Patrocinadora;

***Contribuição Extraordinária:*** obrigatória, destinada ao custeio do Valor do Serviço Passado em favor dos Participantes Fundadores, realizada exclusivamente pela Patrocinadora ALEPE;

***Rentabilidade Financeira:*** Resultado dos investimentos obtidos pela aplicação dos recursos garantidores do Plano, em conformidade com a legislação pertinente;

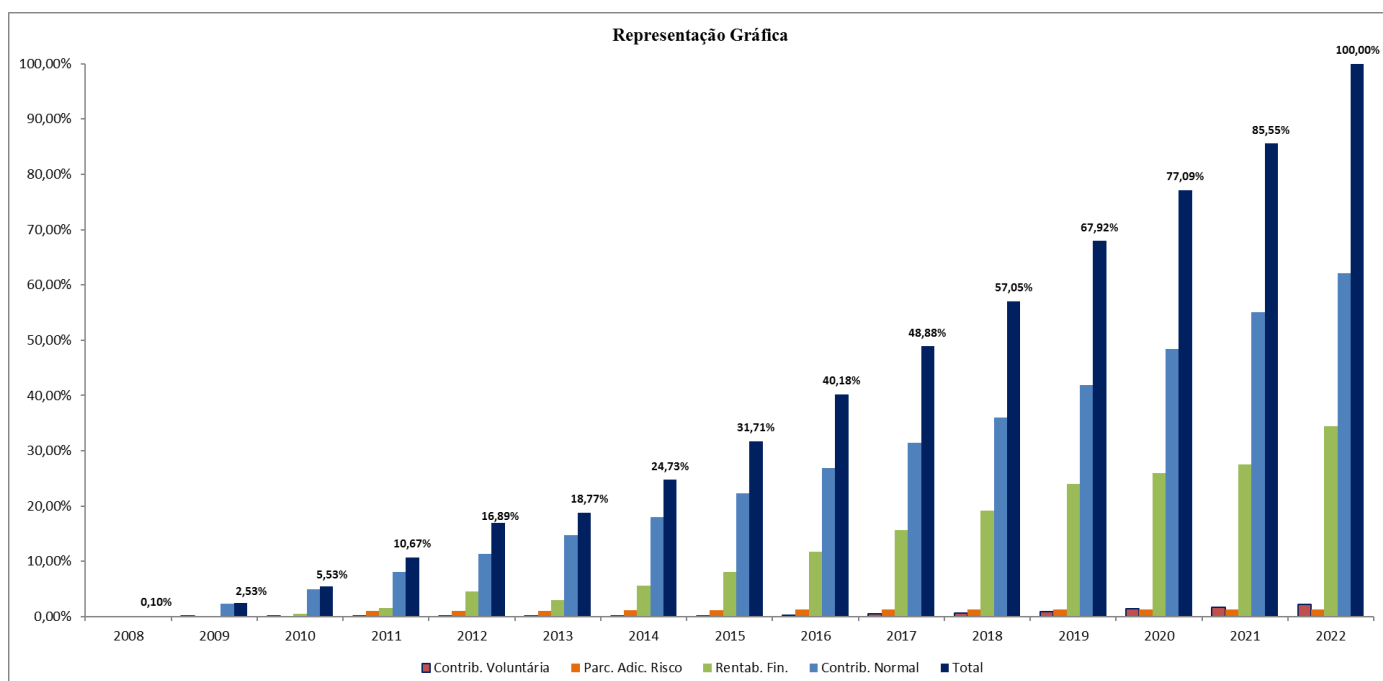
***Parcela Adicional de Risco – PAR:*** refere-se ao capital segurado, repassado pela Seguradora, destinado a compor os Benefícios de Risco (morte e invalidez permanente) dos Participantes Ativos.

Em seguida, seguem abaixo os quadros que demonstram a evolução das contribuições dos participantes e patrocinadoras de forma acumulada:

## Evolução das Contribuições dos Participantes acumuladas

Valores em R\$ 1,00

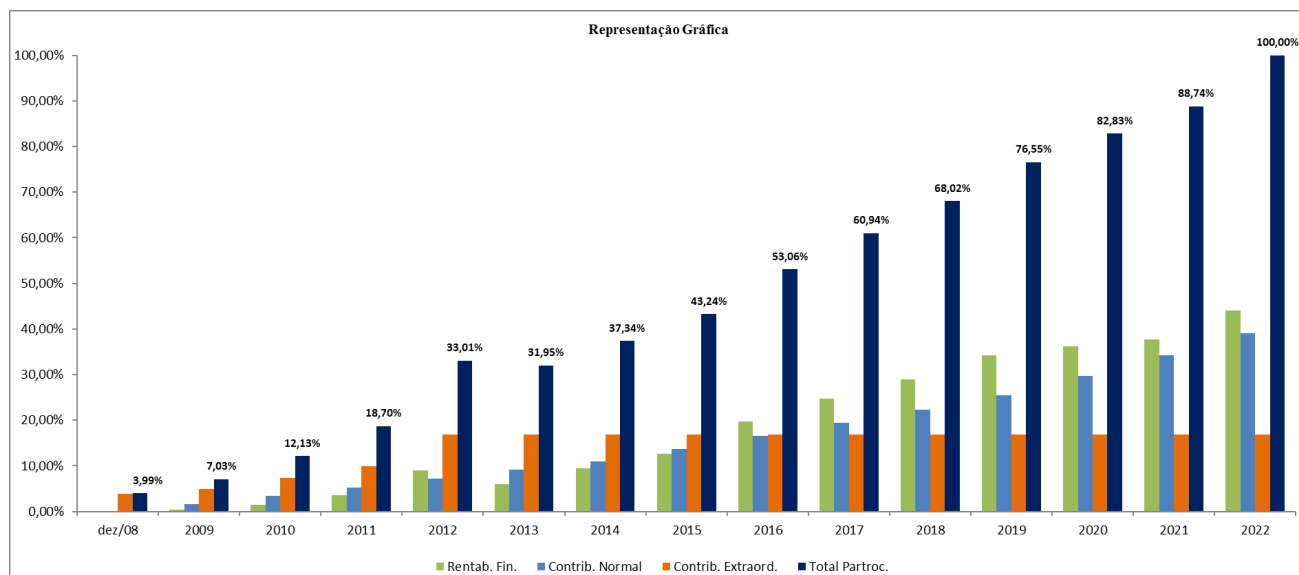
Exercício	Contrib. Normal	%	Contrib. Voluntária	%	Rentab. Fin.	%	Parc. Ad. Risco	%	Total	%
2008	25.876,82	0,09%	-	-	-	-	-	-	25.876,82	0,09%
2009	722.007,76	2,40%	11.556,03	0,04%	28.429,44	0,09%	-	-	761.993,23	2,53%
2010	1.494.252,49	4,96%	11.556,53	0,04%	160.330,13	0,53%	-	-	1.666.139,15	5,53%
2011	2.421.165,55	8,04%	11.556,53	0,04%	483.271,95	1,60%	299.047,40	0,99%	3.215.041,43	10,67%
2012	3.407.369,32	11,31%	11.556,53	0,04%	1.370.807,16	4,55%	299.047,40	0,99%	5.088.780,41	16,89%
2013	4.449.245,06	14,77%	13.867,86	0,05%	893.893,81	2,97%	299.047,40	0,99%	5.656.054,13	18,77%
2014	5.419.719,01	17,99%	21.520,14	0,07%	1.673.260,25	5,55%	337.226,23	1,12%	7.451.725,63	24,73%
2015	6.732.526,61	22,35%	42.380,20	0,14%	2.440.757,41	8,10%	337.226,23	1,12%	9.552.890,45	31,71%
2016	8.102.798,90	26,89%	66.409,02	0,22%	3.553.210,88	11,79%	382.390,78	1,27%	12.104.809,58	40,18%
2017	9.482.195,87	31,47%	147.053,82	0,49%	4.714.380,84	15,65%	382.390,78	1,27%	14.726.021,31	48,88%
2018	10.848.962,71	36,01%	187.952,42	0,62%	5.767.642,66	19,14%	382.390,78	1,27%	17.186.948,57	57,05%
2019	12.603.012,92	41,83%	258.679,60	0,86%	7.220.682,38	23,97%	382.390,78	1,27%	20.464.765,68	67,92%
2020	14.582.199,35	48,40%	447.302,73	1,48%	7.815.368,63	25,94%	382.390,78	1,27%	23.227.261,49	77,09%
2021	16.601.964,45	55,10%	517.917,21	1,72%	8.273.295,09	27,46%	382.390,78	1,27%	25.775.567,53	85,55%
2022	18.702.440,68	62,08%	673.404,93	2,24%	10.370.329,52	34,42%	382.390,78	1,27%	30.128.565,91	100,00%



## Evolução das Contribuições das Patrocinadoras acumuladas

Valores em R\$ 1,00

Exercício	Contrib. Normal	%	Contrib. Extraord.	%	Rentab. Fin.	%	Total	%
2008	25.876,82	0,07%	1.436.039,11	3,92%	-	0	1.461.915,93	3,99%
2009	600.412,90	1,64%	1.814.877,00	4,95%	160.504,77	0,44%	2.575.794,67	7,03%
2010	1.229.595,55	3,35%	2.668.536,23	7,28%	548.684,52	1,50%	4.446.816,30	12,13%
2011	1.896.918,97	5,17%	3.659.653,01	9,98%	1.300.806,30	3,55%	6.857.378,28	18,70%
2012	2.610.307,53	7,12%	6.181.875,39	16,86%	3.312.558,91	9,03%	12.104.741,83	33,01%
2013	3.331.645,31	9,09%	6.181.875,39	16,86%	2.200.855,54	6,00%	11.714.376,24	31,95%
2014	4.040.096,35	11,02%	6.181.875,39	16,86%	3.467.280,12	9,46%	13.689.251,86	37,34%
2015	5.019.795,09	13,69%	6.181.875,39	16,86%	4.650.573,62	12,68%	15.852.244,10	43,24%
2016	6.062.892,78	16,54%	6.181.875,39	16,86%	7.210.391,47	19,67%	19.455.159,64	53,06%
2017	7.117.592,47	19,41%	6.181.875,39	16,86%	9.044.242,07	24,67%	22.343.709,93	60,94%
2018	8.162.139,44	22,26%	6.181.875,39	16,86%	10.596.353,31	28,90%	24.940.368,14	68,02%
2019	9.323.242,50	25,43%	6.181.875,39	16,86%	12.562.961,23	34,26%	28.068.079,12	76,55%
2020	10.909.534,29	29,75%	6.181.875,39	16,86%	13.278.585,96	36,22%	30.369.995,64	82,83%
2021	12.548.416,51	34,22%	6.181.875,39	16,86%	13.806.020,35	37,65%	32.536.312,25	88,74%
2022	14.307.922,30	39,02%	6.181.875,39	16,86%	16.174.949,90	44,12%	36.664.747,59	100,00%



## SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO ALEPEPREV

Visando implementar uma maior transparência dos procedimentos adotados, apresentamos abaixo um quadro demonstrativo contemplando todo o histórico desta Entidade Previdenciária, onde, de modo simples, qualquer Participante ou interessado, poderá identificar a evolução do Patrimônio Líquido do Plano.

Para um melhor esclarecimento em relação ao conceito de Patrimônio Líquido, convém, primeiramente, observar que o balanço patrimonial divide-se em dois grandes grupos: ativo e passivo. O primeiro representa os bens e direitos da empresa, enquanto o segundo reúne suas obrigações. O patrimônio líquido, por sua vez, é a diferença entre o ativo e o passivo da Entidade, ou seja, é o que sobra depois de pagar todas as dívidas. Sendo assim, podemos afirmar que o Patrimônio Líquido é a representação da riqueza efetiva do ALEPEPREV.

Em seguida, tem-se abaixo um pequeno glossário das rubricas utilizadas no quadro para uma melhor compreensão do participante:

***Reserva Matemática:*** *corresponde aos valores necessários para o pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.*

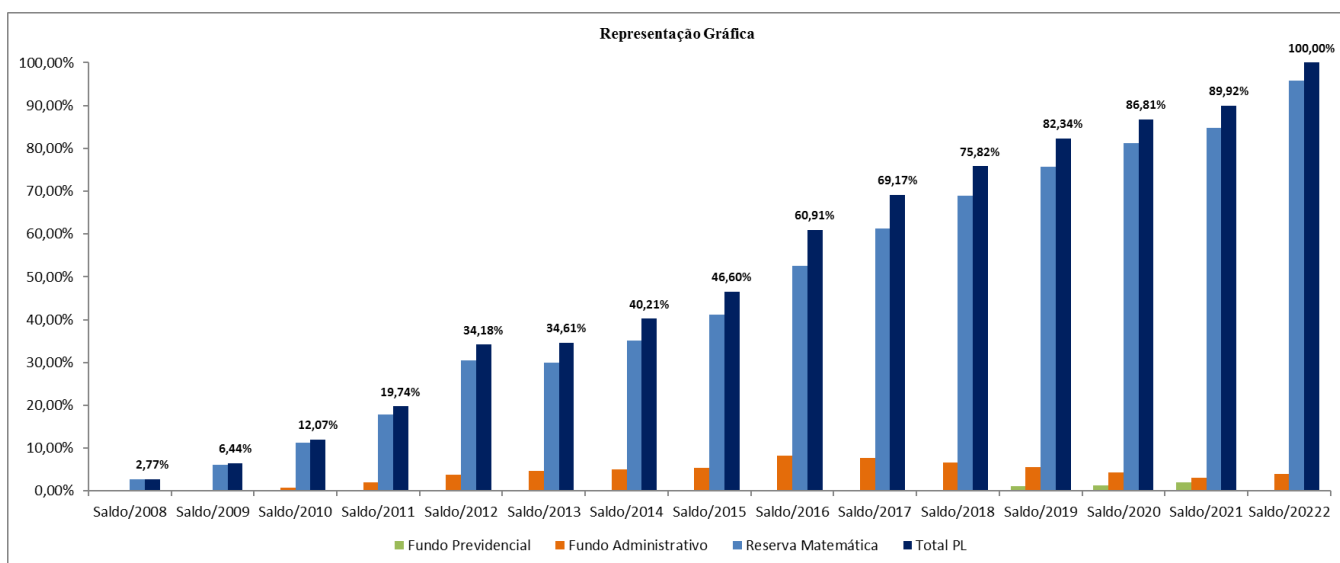
***Fundo Previdencial:*** *Valores das Contribuições aportadas pelas Patrocinadoras, transferidas para o referido fundo por ocasião dos resgates pelos Participantes.*

***Fundo Administrativo:*** *Resultados oriundos dos Superávits obtidos da Gestão Administrativa.*

***Patrimônio Líquido:*** *É composto pela soma da Reserva Matemática, Fundo Previdencial e Fundo Administrativo.*

Por fim, segue quadro com a evolução do Patrimônio Líquido da entidade que contém os valores acumulados em dezembro de cada exercício e o percentual em relação ao saldo de dezembro de 2022, a seguir exposto:

Exercício	Reserva Matemática	%	Fundo Administrativo	%	Fundo Previdencial	%	Total	%
2008	1.487.792,75	2,75%	8.708,08	0,02%	-	-	1.496.500,83	2,77%
2009	3.343.517,86	6,18%	137.504,42	0,25%	-	-	3.481.022,28	6,44%
2010	6.072.905,61	11,23%	456.922,04	0,84%	-	-	6.529.827,65	12,07%
2011	9.619.469,42	17,78%	1.057.001,09	1,95%	-	-	10.676.470,51	19,74%
2012	16.477.611,40	30,46%	2.010.370,11	3,72%	-	-	18.487.981,51	34,18%
2013	16.173.605,25	29,90%	2.545.586,01	4,71%	-	-	18.719.191,26	34,61%
2014	18.991.037,73	35,11%	2.759.179,41	5,10%	-	-	21.750.217,14	40,21%
2015	22.271.596,12	41,17%	2.927.988,04	5,41%	6.595,05	0,01%	25.206.179,21	46,60%
2016	28.459.090,77	52,61%	4.463.333,68	8,25%	23.055,49	0,04%	32.945.479,94	60,91%
2017	33.183.796,73	61,35%	4.173.421,75	7,72%	58.062,55	0,11%	37.415.281,03	69,17%
2018	37.280.486,08	68,92%	3.624.167,17	6,70%	107.423,11	0,20%	41.012.076,36	75,82%
2019	40.916.101,56	75,64%	3.024.708,96	5,59%	600.468,22	1,11%	44.541.278,74	82,34%
2020	43.958.640,25	81,27%	2.338.210,85	4,32%	658.950,44	1,22%	46.955.801,54	86,81%
2021	45.841.963,93	84,75%	1.693.420,90	3,13%	1.101.614,61	2,04%	48.636.999,44	89,92%
2022	51.811.852,68	95,78%	2.152.404,88	3,98%	127.712,08	0,24%	54.091.969,64	100,00%



## SÍNTESE DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ALEPEPREV

Em cumprimento ao disposto no Inciso V do Artigo 3º da Resolução CGPC nº 23/2006, combinado com o Artigo 17 da Resolução CGPC nº 13/2004, apresentamos a seguir o detalhamento das receitas e despesas da gestão administrativa do Alepeprev.

Vale ressaltar que conforme determinação do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV, constante da Ata da Segunda Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de março de 2021, bem como, em cumprimento ao Artigo 6º da Resolução CGPC nº 29/2009, a Entidade vem observando como limite das despesas administrativas, à taxa de carregamento de até 9% (nove por cento).

Durante os exercícios sociais de 2022 e 2021, foram apurados os seguintes resultados:

Despesas Administrativa	R\$ MIL	
	2022	2021
<b>A. Pessoal</b>	<b>1.112</b>	<b>796</b>
Remuneração de Pessoal	650	465
Encargos Trabalhistas	463	331
<b>B. Serviços de Terceiros</b>	<b>210</b>	<b>193</b>
Consultoria Atuarial	22	22
Consultoria Contábil	33	30
Informática	135	122
Gestão / Planejamento Estratégico	10	9
Auditoria Contábil	10	10
<b>C. OUTRAS</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
Outras	12	6
<b>D. Despesas Gerais</b>	<b>6</b>	<b>12</b>
Cartoriais	3	6
Entidade de Classe - ABRAPP/SINDAPP	2	2
Tarifa Bancária	2	4
<b>E. Impostos/ Tributos</b>	<b>98</b>	<b>27</b>
Pis Administrativo	13	3
Cofins Administrativo	79	18
TAFIC	5	5
CIM	1	1
<b>F. Serviços de Terceiros - Investimentos</b>	<b>73</b>	<b>60</b>
Consultoria de Investimentos	73	60
<b>G. Custódia</b>	<b>11</b>	<b>10</b>
Custódia - Fundo Referenciado	11	10
<b>Total (A+B+C+D+E+F+G)</b>	<b>1.523</b>	<b>1.098</b>

**Fundo de Previdência Complementar da Assembleia  
Legislativa do Estado de Pernambuco - ALEPEPREV**

**Rua da União, 439 - Boa Vista - Recife  
Pernambuco - Brasil | CEP 50.050-010  
Fone: (81) 31812138 | Fax: (81) 31812388 | [www.alepeprev.org.br](http://www.alepeprev.org.br)**